



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS**

FLÁVIA MARA HENRIQUES GOMES

**ESTRATÉGIAS E MODOS DE VIDA:
UM CAMINHO PELA ALIMENTAÇÃO NOS
QUILOMBOS DO CERRADO GOIANO**

**Salvador
2021**

FLÁVIA MARA HENRIQUES GOMES

**ESTRATÉGIAS E MODOS DE VIDA:
UM CAMINHO PELA ALIMENTAÇÃO NOS
QUILOMBOS DO CERRADO GOIANO**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.
Linha de pesquisa: Estudos Étnicos

Orientadora: Profa. Dra América Lúcia Silva César.

Salvador
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

Gomes, Flávia Mara Henriques

G633 Estratégias e modos de vida: um caminho pela alimentação nos quilombos do cerrado goiano / Flávia Mara Henriques Gomes, 2021.
176 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. América Lúcia Silva César
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos.
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de
Estudos Afro-Orientais, Salvador, 2021.

1. Comunidades. 2. Quilombolas - Goiás. 3. Alimentos. 4. Hábitos alimentares.
5. Quilombolas – Identidade. 6. Cultura. 7. Cerrado. I. César, América Lúcia Silva.
II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia e Serviço Social. III. Título.

CDD: 326

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213

FLÁVIA MARA HENRIQUES GOMES

ESTRATÉGIAS E MODOS DE VIDA: UM CAMINHO PELA ALIMENTAÇÃO NOS QUILOMBOS DO CERRADO GOIANO

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Salvador, 29 de março de 2021.

Banca examinadora

América Lúcia César

América Lúcia Silva César – Orientadora

Doutora em Lingüística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal da Bahia

Irenilza Oliveira e Oliveira

Irenilza Santos de Oliveira
Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade do Estado da Bahia

Marcelo N. B. da Cunha

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Espiritualidade que me acompanha, aos Orixás e à minha Ancestralidade que me sustentaram para chegar até aqui e sempre me guiaram a pensar profundamente nas terras, nas águas, nas gentes, nos frutos, em Nós. Aos Quilombos e toda terra forte que já pisei, sou imensamente grata. Às Águas que sempre me renovaram para seguir nesse processo.

Ao meu Pai por sempre me apoiar e dengar meus vários sonhos e passos. À Vó Querida, presente na cadeira ao lado na mesa e em revezamento de livro no sofá em tanto da minha vida escolar. À Mamãe que me deu a vida e me ensina a enfrentar a vida como Búfala. À Mãe Ana, minha lindona, que toda a sua afirmação e negação esteve sempre na cozinha.

Em especial, a todas e todos os moradores de Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado, eu agradeço imensamente.

À minha orientadora América, por sua especial dedicação a mim e à minha turma, segurou minhas mãos e me fortaleceu quando eu duvidei da minha competência, eu agradeço de todo coração e sempre com forte emoção.

Agradeço ao Pós-Afro, programa tão necessário e de potência especial, que tenho imensa admiração e orgulho em fazer parte do corpo discente. Agradeço aos servidores da instituição e aos colegas de turma que tanto contribuíram nessa minha formação e por todos os momentos para além da academia.

Muito, muito obrigada à Fundação Oswaldo Cruz, instituição seríssima e comprometida, que me deu a oportunidade de realizar essa pesquisa, em especial agradeço à Dra. Denise do Palin e à Prof. Lucélia. E à querida Priscila Olin, da UnB e coordenadora de campo do projeto da pesquisa maior da UFAL que em diversos momentos me ajudou muito.

Agradeço à Didi, Dayana, minha irmã de alma que está sempre comigo nos meus processos mais e menos importantes, e aqui também esteve. Lavi, hoje grande amigo, que me apresentou e com muita sabedoria me ensinou realmente um pouquinho das grandezas das Africanidades. À Thulio que me alimentava - em tudo - quando eu mesma me esquecia ao longo das escritas, e toda a família de Salvador. À Ana Luiça pela injeção de coragem e confiança em tantos momentos da minha vida e agora no fechamento desse ciclo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me concedido financiamento para a execução dessa pesquisa de cunho tão necessário que, do contrário, seria inviável.

À todas às preciosidades que a Existência me presenteia, aos Caminhos e ao Tempo, eu agradeço.

Só quem carrega o próprio balde sabe o valor
de cada gota d 'água.

Eli Odara Theodoro

RESUMO

Este estudo prima por abordar modos de vida em comunidades quilombolas do cerrado goiano a partir de pesquisa de base etnográfica a respeito da alimentação. Aqui serão apresentados quatro quilombos: Fazenda Canabrava (Flores Velha), Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado, localizadas no nordeste goiano. No intuito de tratar a alimentação é intrínseca a questão do uso da terra, assim como do acesso à terra pelas populações negras rurais. A pesquisa sobre as comunidades quilombolas se inicia com estudos documentais e bibliográficos a respeito da formação territorial brasileira no interior do país e das sucessões históricas que as comunidades negras e os territórios quilombolas têm sofrido por parte do Estado. Também serão analisados a ocupação do cerrado e o atual modelo hegemônico de expansão do agronegócio e as implicações sociais e ambientais contemporâneas nos quilombos. A água está intimamente ligada à produção de alimentos e impacta diretamente os hábitos alimentares e modos de vida, sendo, portanto, uma questão central nos quilombos estudados e nesta pesquisa. Foram realizadas pesquisas de campo e gabinete em parceria com projeto interinstitucional, junto à Fundação Oswaldo Cruz-Brasília, onde foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observação de campo. O estudo também inclui vivências pessoais da pesquisadora e traz problemáticas socioambientais que se relacionam e ajudam na compreensão das estratégias adotadas pelas comunidades. A reflexão sobre como a questão da terra, ambiente, cultura e alimentação estão interligados nas comunidades quilombolas perpassa todo o trabalho. Partindo da compreensão da indissociação entre a questão ambiental e social foi possível analisar histórias, trajetos, culturas e vivências no cerrado brasileiro, relacionados à alimentação no contexto estudado. Os diversos elementos abordados relatam parte da identidade e estratégias de vida, históricas e atuais, nesses quilombos.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas. Alimentação. Terra. Água. Identidade. Cultura. Cerrado.

ABSTRACT

This study focuses on addressing the ways of life of quilombola communities in the Goiás Cerrado region, drawing on ethnographic research on food. Four quilombos will be presented: Fazenda Canabrava (Flores Velha), Baco Pari, Extrema, and Povoado Levantado, located in northeastern Goiás. The issue of land use and access to land by rural Black populations is intrinsic to addressing food. The research on quilombola communities begins with documentary and bibliographical studies on the formation of Brazilian territory in the interior of the country and the historical consequences that Black communities and quilombola territories have suffered at the hands of the state. The occupation of the Cerrado and the current hegemonic model of agribusiness expansion will also be analyzed, as well as the contemporary social and environmental implications for the quilombos. Water is closely linked to food production and directly impacts eating habits and ways of life, thus being a central issue in the quilombos studied and in this research. Field and office research were conducted in partnership with an inter-institutional project with the Oswaldo Cruz Foundation-Brasília, utilizing semi-structured interviews, informal conversations, and field observation. The study also includes the researcher's personal experiences and highlights interrelated socio-environmental issues that contribute to understanding the strategies adopted by the communities. Reflection on how issues of land, environment, culture, and food are interconnected in quilombola communities permeates the entire work. Understanding the inseparability of environmental and social issues enabled us to analyze stories, trajectories, cultures, and experiences in the Brazilian Cerrado, as they relate to food in the context studied. The various elements addressed reflect part of the identity and life strategies, both historical and current, in these quilombos.

Keywords: Quilombola communities. Food. Land. Water. Identity. Culture. Cerrado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1 – De onde surge esta pesquisa?	25
Figura 1 - Lideranças quilombolas e militantes de movimentos sociais em Brasília para Audiência Pública do Quilombo Rio dos Macacos.....	36
Figura 2 - Reunião de apresentação dos projetos na Igreja de Nossa Senhora Aparecida – Comunidade Quilombola de Baco Pari	45
Figura 3 - Rua em quilombo do Forte, Serra Geral ao fundo.....	45
Figura 4 - Cozinha no Quilombo do Forte.....	47
Figura 5 - Doce de banana caseiro no Quilombo do Forte.....	47
Figura 6 - Feitura em Casa de Farinha, Fazenda Canabrava.....	49
Figura 7 - Feitura em Casa de Farinha, Fazenda Canabrava 2.....	49
Tabela 1 - Quilombos participantes da pesquisa.	52
Figura 8 - Mapa da localização dos quilombos Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado:	59
Figura 11 - Dona Catarina, anciã do quilombo Extrema, e eu.	71
Figura 12 - Cachoeira em Fazenda Canabrava.....	82
Figura 13 - Recipientes em quintal de família pouco numerosa.	84
Figura 14 - Recipientes em quintal de família com adultos e muitas crianças.....	84
Figura 15 - Sal boiando na água e acumulado nas bordas do recipiente.....	85
Figura 16 - Canos para a prometida tubulação de água vinda do Rio Prata.....	86
Figura 17 - Caixa d’água central com cadeado: conflitos internos pela água.....	86
Figura 18 - Antiga fonte de água do quilombo totalmente seca.....	89
Figura 19 - Moradora de Extrema em sua residência e a cisterna para captação de água de chuvas.	91
Figura 20 - Morador de Povoado Levantado apresentando orgulhoso a cisterna de sua residência.	91
Figura 21 - Equipe de pesquisa do projeto de pesquisa maior – UFAL, eu e quilombolas de Baco Pari	93

em frente à Igreja de Nossa Senhora Aparecida.....	93
Figura 22 - Chegada ao Quilombo Fazenda Canabrava.....	95
Figura 23 - Dona Zezé em entrevista.	97
Figura 24 - Quintal da casa de Dita com árvores frutíferas e horta ao fundo.....	98
Figura 25 - Seu Luís e Dona Adelena ao fundo.	99
Figura 26 - Dona Dercília e seu filho no quintal de sua casa.	100
Figura 27 - Vista da casa de D. Dercília.....	101
Figura 28 - Fogão a lenha de Dona Dercília.....	101
Figura 29 - Roçado de mandioca de D. Dercília.	102
Figura 30 - Criação de porcos de D. Dercília.	102
Figura 31 - Gado de D. Dercília em área de pastagem próxima a sua casa.	102
Figura 32 - Filho de Nazaré preparando a carne.	103
Figura 33 - Filhos de Nazaré na cozinha: o mais velho no preparo do alimento.	104
Figura 34 - Neta de Rosa mostrando abóboras colhidas no quintal.	105
Figura 35 - Plantação de frutíferas e cana-de-açúcar.	105
Figura 36 - Neta de Rosa brincando em antigo forno de feitura de rapadura em seu quintal.	106
Figura 37 - Parte do quintal de Rosa sombreado por frutíferas e diversas espécies de galinhas.	106
Figura 38 - Rancho da casa de Rosa.....	107
Figura 39 - Máquina para feitio de rapadura com motor quebrado.....	107
Figura 40 - D. Maria extraindo de semente de Baru em seu quintal.	109
Figura 41 - Quintal produtivo de D. Bete.....	109
Figura 42 - Horta no quintal de D. Bete.	110
Figura 43 - Igreja do quilombo Fazenda Canabrava.	112
Figura 44 - Criação de pequenos animais nos quintais 1.	112
Figura 45 - Criação de pequenos animais nos quintais 2.	113
Figura 46 - Casas espaçadas umas das outras em Fazenda Canabrava.	113
Figura 47 - Plantação de roçado – mandioca.....	114
Figura 48 - Paisagem na chegada à Comunidade Quilombola Baco Pari.	115
Figura 49 - Igreja de Nossa Senhora Aparecida.....	116

Figura 50 - Caminho da rua principal de Baco Pari ao entardecer.....	116
Figura 51 - Devoção a Nossa Senhora Aparecida em pintura na fachada de casa em Baco Pari.
	117
Figura 52 - Casas de alvenaria, próximas umas das outras e sem cultivo nos quintais.	118
Figura 53 - Residência de lona e plantação seca.	119
Figura 54 - Via principal de Baco Pari.....	120
Figura 55 - A horta a mais farta do quilombo, de D. Duvirge.	123
Figura 56 - Antônio com sua sanfona em desuso.....	125
Figura 57 - D. Duvirge e Luciana debulhando feijão andu.	126
Figura 58 - Colheita de feijão andu.	126
Figura 59 - Escola Municipal João Damaceno Rocha – quilombo Extrema.....	128
Figura 60 - Torneira e tubulação e da cisterna para a captação da água das chuvas 1.....	129
Figura 61 - Torneira e tubulação e da cisterna para a captação da água das chuvas 2.....	130
Figura 62 - Banco de sementes em Extrema.	131
Figura 63 - Plantação de abóbora em Povoado Levantado.	132
Figura 64 - Quilombola em seu quintal produtivo em Povoado Levantado.....	132
Figura 65 - Criação de porcos em Povoado Levantado.....	133
Figura 66 - A direita o casal Francisco e Zeferina.	134
Figura 67 - Horta de Seu Francisco e Dona Zeferina.	135
Figura 68 - Quilombola em Povoado Levantado manejando sistema de irrigação em seu quintal.	135
Figura 69 - Seu Anastácio e suas parentes no quilombo Povoado Levantado.	136
Figura 70 - Seu Anastácio e o grupo musical com pífanos e batuques em Povoado Levantado.
	137
Figura 71 - Seu Anastácio e o grupo musical com pífanos e batuques em Povoado Levantado.
	138
Figura 72 - Grupo de capoeira em Povoado Levantado.	138
Figura 73 - Frente da Igreja Sagrado Coração de Jesus e Maria em Extrema.....	139
Figura 74 - Mastros enfeitados na frente da Igreja Sagrado Coração de Jesus e Maria ainda enfeitados dos festejos juninos.	140
Figura 75 - Frente da igreja São João Batista no Povoado Levantado.	140

Figura 75 - Interior da igreja São João Batista no Povoado Levantado.	141
Figura 76 - Quilombolas mostram orgulhosos o mastro da Festa do Divino em Povoado Levantado.	141
Figura 77 – Demandas.....	142
Figura 78 - Horta com sistema de irrigação e gado em quintal de casa em Fazenda Canabrava.	148
Figura 79 - Horta com sistema de irrigação em quintal de casa em Fazenda Canabrava.	148
Figura 80 - Fogão a lenha de Dona Bete em Fazenda Canabrava.....	150
Figura 81 - Cozinha da casa de Rosa em Fazenda Canabrava.	150
Figura 82 - Quilombola tratando a lenha para o uso no fogão em Baco Pari.	151
Figura 83 - Dona Bete tratando a lenha para o fogão em Fazenda Canabrava.	151
Figura 84 - Extração de semente de Baru por D. Maria em seu quintal.....	153
Figura 85 - Semente de Baru, fonte de renda de D. Maria 1.....	154
Figura 86 - Semente de Baru, fonte de renda de D. Maria 2.....	154
Figura 87 - Dona Bete, quilombola feitora de rrafadas.	155
Figura 88 - Garrafadas medicinais produzidas por D. Bete.	156
Figura 89 - Entrevista com Cida, agente de saúde e representante comunitária.	156
Figura 90 - Pílulas de Babosa.....	157
Figura 91 - Caderno de receitas de Cida onde consta a fórmula da pílula de babosa e	157
logo abaixo receita de bolo gelado 1.	157
Figura 92 - Caderno de receitas de Cida onde consta a fórmula da pílula de babosa e	157
logo abaixo receita de bolo gelado 2.	157
Tabela 2 - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) das comunidades Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado.	162

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA E DA PESQUISADORA	24
2.1 DE ONDE SURGE ESTA PESQUISA?.....	24
2.2 PRIMEIROS PASSOS NAS INSTITUIÇÕES E QUILOMBOS	30
2.3 DESENCADEAMENTO DA PESQUISA	38
2.4 APRESENTAR E SER APRESENTADA – REALIDADES E DEFINIÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO	44
3 CERRADO QUILOMBOLA	57
3.1 OS QUILOMBOS DO NORDESTE GOIANO.....	57
3.2 TERRITÓRIOS E OS POVOS NO BIOMA	74
3.2.1 O LUGAR DAS ÁGUAS.....	81
4 RELATO DO CAMPO	93
4.1 QUILOMBO FAZENDA CANABRAVA.....	93
4.2 QUILOMBO BACO PARI	115
4.3 QUILOMBOS EXTREMA E Povoado LEVANTADO	127
5 ALIMENTAÇÃO É CULTURA.....	1433
5.1 OLHOS FECHADOS PARA OS GUARDIÕES DO CERRADO	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173

1 INTRODUÇÃO

O que se revela nesta pesquisa surge da minha inquietação em saber mais e melhor da formação e realidade das comunidades quilombolas do interior do país, em especial as que vivem no Cerrado. Durante minha trajetória escolar, acadêmica, profissional e militante, muito pouco ouvi a respeito delas. O histórico e os atuais modos de vida dessas populações, de uma forma geral, não estão presentes em documentos históricos, materiais socioeducativos ou em produções midiáticas de maior alcance. A despeito desse “esquecimento”, somente na região centro-oeste existem 164 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. À exceção do maior território quilombola do país, Kalunga, localizado no Goiás, para mim, que sou da região, as informações sobre os quilombos sempre foram uma incógnita.

Iniciarei pelo fato de fazer parte de uma família migrante, de avós paternos amazonenses, avós maternos, mãe e pai cearenses, campo pessoal em que surge minha inquietação. Antes de meus avós - paternos - soube de bisavó nascida no Acre, quando o estado ainda pertencia à Bolívia, e a outra bisavó paterna provinda do interior do Amazonas, mas que os pais teriam vindo do Maranhão. Sou bisneta de quem não se conformou em migrar com os nove filhos para o Rio de Janeiro e conseguiu voltar para o Amazonas, lamentando que de lá nunca deveria ter saído. Ouço essa história desde criança da ‘avó índia’ de meu pai, que sempre se afirmava assim, mas frequentemente com informações muito falhas, fragmentadas e um tanto estereotipadas. Paraíba e Pernambuco também estavam enquanto estados de origem de membros da família nas poucas narrativas de meu avô, na dificílima tarefa de tentar traçar a sua origem.

Sobre etnicidade, mobilidade, hábitos tradicionais, quase nada se falava. A medicina tradicional com recursos da floresta amazônica, conhecimentos muito utilizados por minhas bisavós, a maior parte de minha família silenciou. Apenas uma tia-avó gosta de falar a respeito disso. Como prática e ofício, sei que grande parte da minha família trabalhava como coletores em castanhais no Amazonas.

Dos antepassados e lugares da minha família materna, cearense, eu quase nada sei. Já num passado que presenciei, tenho na memória a cozinha de minha avó cheia de doces para consumo próprio e, quando em grandes quantidades, para encomendas de festas. Eram doces de todo jeito, vários cheiros, muito confeitados, de diversos tipos de frutas e oleaginosas...e minha avó, junto à Mãe Ana, varando à noite, preocupada com cada detalhe. Nessa mesma cozinha eram feitos frequentemente xaropes e melaços quando alguém da família necessitava de cuidados para a saúde. E assim caminho na minha própria história, desde as mobilidades

humanas dos meus antepassados em diferentes tempo-espaços, suas relações com o meio e a alimentação.

Eu e meus irmãos somos frutos de uma nova rota de migração. Dessa vez, os meus pais se fixaram em Brasília nos anos setenta, como ocorreu com milhares de brasileiros. Para uma criança brasiliense dos anos oitenta ou candanga¹, como prefiro ser chamada, é natural ter colegas de rua, classe ou qualquer encontro casual com pessoas de origem familiar dos diversos estados do Brasil. Em minha lembrança sempre ficou muito nítida essa diferença: era inicialmente muito marcada nos falares e distintos hábitos alimentares que via nas casas de amigas e amigos. Esse estranhamento também ocorria com alguns colegas quando visitavam minha casa, muitas vezes por pouca afinidade com alguns alimentos ou mesmo pela frequência com que consumíamos cuscuz, beiju, baião de dois, feijão verde, entre outros. Os modos de fazer também causavam surpresas, como, por exemplo, o preparo e o cozimento da carne de sol ou o fato de minha mãe criar galinhas e cultivar hortaliças diversas em área urbana. Tratar de doenças por meio de chás e garrafadas, igualmente, causavam surpresa a alguns. Até ao servir a refeição, quando minha mãe nos chamava para merendar, o termo “merendar” muitas vezes era desconhecido para os de fora da família. O mesmo ocorreu comigo ao visitar casas de pessoas de origem das regiões sul e sudeste, por exemplo. Os pratos, os modos de temperar, os lanches, o que armazenavam nas cozinhas, a refeição que os reunia nos almoços de domingo e o próprio comportamento à mesa, por vezes, eram muito alheios ao que vivenciava em casa.

Então, o fato do que e como iria ser servida uma refeição em outra família, de um núcleo diferente do meu, sempre me instigava, não pelo receio da alimentação, mas pela curiosidade. Assim percebi a alimentação como um forte símbolo de identidade nas casas que frequentava, por mais que eu não tivesse isso de forma elaborada. Acredito que os hábitos alimentares permeiam as lembranças afetivas de todos nós e para mim isso ocorre de maneira muito específica e especial.

Hoje, adulta, os sabores, as culinárias locais e regionais, ingredientes, as formas de fazer e a comensalidade, continuam a me fascinar e, intimamente, sempre me remetem a questionar suas histórias. Eu, candanga criada com amizades de diversos estados brasileiros, filha e neta de nordestinos e nortistas, de antepassados que realizaram intenso fluxo migratório, sempre questionei origens. Isso se potencializa pelo fato de eu ser uma mulher negra, de pele clara,

¹Candango é o termo dado às pessoas que migraram para trabalhar na construção da futura capital. Como uma forma de homenagem, também é utilizado o termo para as pessoas que nascem no Distrito Federal, a fim de reverenciar esses trabalhadores pioneiros.

numa família extremamente miscigenada e, neste caso, constantemente e também intimamente, sempre refleti acerca de ancestralidade: essa desde a minha infância.

Conjuntamente dessas lembranças e questionamentos tão presentes em minha memória, me tornei geógrafa e também militante na luta por direitos à terra e ao território, cujo lugar de pertencimento se encontra no cerrado. Difícil falar dessa relação de pertença a um estado especificamente, mas é fato que além do Distrito Federal, o estado de Goiás é extremamente presente na minha vida desde que eu era muito jovem. O cerrado está também presente na Bahia, lugar que morei por anos e onde também me sinto em casa. Aliás, foi nesse estado onde atuei pela primeira vez em projeto de pesquisa junto a comunidades quilombolas, no Recôncavo Baiano.

Além dos quilombos, nos últimos anos também participei de trabalhos e vivências com movimentos sociais. Na minha trajetória acadêmica estive junto a diversos movimentos de luta por direitos historicamente negados (no campo e na cidade) e constatar o fluxo migratório de uma população majoritariamente negra nesses movimentos foi um fato. Compreender a ausência de direitos para a população negra e onde isso se inicia na histórica e sistemática violência de não acesso à terra ou habitação digna fez com que eu me aliasse em prol da causa.

Inicialmente me aproximei de movimentos sociais agrários, compreendendo toda a complexidade que vai além do acesso à terra, mas também as lutas contra o modelo dominante de produção agrícola, a questão dos agrotóxicos no ambiente e na saúde humana, do livre acesso à água de qualidade, a preservação ambiental e dos recursos naturais, soberania alimentar, entre várias outras pautas centrais. Ou seja, toda uma relação com o uso da terra.

Nas comunidades quilombolas pode-se dizer que, somado às demandas que são pautas das populações do campo, ainda haveria os fazeres tradicionais e locais ou uma identidade coletiva. Diferentemente dos movimentos sociais agrários num determinado território, as comunidades quilombolas possuem uma trajetória de seus antepassados em comum e uma historicidade que é muito pouco registrada.

Como abordarei na sessão 2, eu havia conhecido mais quilombos situados em estados da costa brasileira – nos estados do Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo — que são alguns dos estados símbolos da construção do que chamamos Brasil, logo, da exploração de mão de obra de pessoas criminalmente traficadas de África nos diferentes períodos da economia brasileira. O povoamento colonialista ocorrido inicialmente nos estados litorâneos, através dos poucos estudos e relatos que pude acessar a respeito da população quilombola, também oscilam majoritariamente por esses estados e aqui também acrescento Pernambuco (pela mesma lógica citada). Mas a compreensão da dinâmica populacional, passada e atual, do interior do Brasil me

parece mais turva e cheia de lacunas. Essa invisibilidade vai desde os povos nativos até as populações negras que ali chegaram, seja num passado distante ou mais recente. Para exemplificar essa complexidade, para mim – e acredito que para a maioria de nós, brasileiros – é difícil o exercício de imaginar a formação e a realidade de quilombos no cerrado mato-grossense (adicone-se o fato do estado ser o maior produtor brasileiro de soja, estando essa produção agrícola crescente. Como essas populações estão sobrevivendo?), por exemplo.

Considero de extrema importância que informações sobre a formação e atual conjuntura de quilombos no interior do Brasil sejam mais pesquisadas e disseminadas, especificamente as populações que vivem no cerrado — o bioma que mais tem sido devastado devido ao agronegócio nos últimos anos, numa rapidez exorbitante. A população brasileira, em geral, realmente desconhece esse fato tanto quanto a importância desse bioma para todos nós e as futuras gerações. Igualmente desconhecemos as comunidades quilombolas que vivem no interior do país, desde sua formação até sua conjuntura atual.

Questionava-me, além da concepção dessas comunidades (como origens, rotas e fixação no território), se haveria algum marcador cultural presente na alimentação e modos de fazer dessas comunidades. E mais, como estariam se alimentando os que vivem na maior área de produção de grãos no Brasil? Em quais condições estariam os quilombolas que vivem na região onde se estabeleceu com mais intensidade o atual modelo de desenvolvimento agrícola e industrial brasileiro, o agronegócio? A modificação da paisagem em Goiás se tornou drástica nos últimos anos e avançou de maneira tão veloz que o cerrado nativo se transformou em raridade. Em viagens, reflexiva e atenta às paisagens pela estrada, esses pensamentos sempre se intensificaram junto às indagações sobre os povos que ali habitavam.

Foi assim que uni elementos da minha trajetória pessoal e política na formulação desta pesquisa. Queria saber como se deu a formação de comunidades quilombolas no cerrado goiano. Aspirava muito compreender a dinâmica populacional, a formação dos quilombos e saber das reais condições em que vivem atualmente. Enquanto geógrafa, pensar fluxo migratório, ocupação dos espaços, formação de territórios, cultura e uso da terra, sempre me fascinou. Como sempre compreendi a alimentação enquanto elemento forte de identidade, sociabilidade e afetividade, via no campo da alimentação um terreno muito fértil para a pesquisa. Unindo esses fatores, integrei um projeto que me daria subsídios e elementos para sanar algumas dessas inquietações e assim assumir a responsabilidade (e a satisfação) de preencher algumas dessas lacunas que tanto me incomodavam.

A oportunidade surgiu através de um projeto que integrei no âmbito da Fiocruz-Brasília denominado Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e

Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil. É essa pesquisa que embasa boa parte desta dissertação em quatro quilombos: Fazenda Canabrava (Flores Velha), Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado, todos localizados no nordeste de Goiás.

A pesquisa de campo incluiu questionários, entrevistas e anotações pessoais em caderno de campo, assim como também o acesso a documentos oficiais — Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e arquivos da Fundação Cultural Palmares — para compreender melhor o histórico das comunidades quilombolas.

Logo, a partir da pesquisa de campo, narro de uma forma geral as experiências e dados obtidos a fim de termos maior conhecimento sobre as diversidades e realidades das comunidades quilombolas pesquisadas no estado de Goiás, dialogando brevemente com sua formação sócio-histórica, conjuntura atual e, finalmente, suas práticas relacionadas à alimentação e produção de alimentos. Em seguida, além de reflexões da alimentação enquanto elemento cultural, abordo a questão ambiental do nordeste goiano baseado em referências bibliográficas. Tenciono uma breve reflexão, porém necessária, a respeito da preservação do cerrado na região e os quilombos enquanto agentes dessa salvaguarda mesmo diante de dificuldades.

Esse estudo se origina em um projeto de pesquisa ainda maior, que transita entre instituições no âmbito governamental para realizar um estudo sobre saúde da população negra, mais especificamente em comunidades quilombolas, intitulado “Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de Diferentes Regiões Brasileiras: Estudo Multicêntrico”, proposto pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O objetivo do citado estudo foi traçar um panorama sobre a saúde da população quilombola nas quatro macrorregiões do Brasil, com exceção da região norte, utilizando-se o método quantitativo. Elegeu-se um estado de cada macro região: Alagoas (nordeste), Goiás (centro-oeste), Rio de Janeiro (sudeste) e Rio Grande do Sul (sul). A partir desse projeto de pesquisa, o Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura (Palin) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), propõe o subprojeto Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil. Este subprojeto demandou a realização de um inventário sobre os patrimônios alimentares das comunidades a ele articuladas sob outra perspectiva, em que, para tal, foi prevista a utilização da abordagem etnográfica.

A partir do envolvimento e conjunto de dados que a experiência me proporcionaria desenvolvi o projeto de pesquisa de mestrado para o Programa em Estudos Étnicos e Africanos

(Pós-Afro) que orienta esta pesquisa, a fim de aprofundar a análise do material que pesquisaria junto ao Palin/Fiocruz.

Portanto essa dissertação se beneficia diretamente da experiência que pude participar enquanto pesquisadora voluntária no Palin/Fiocruz, uma das entidades que respondem por uma parte do referido estudo. Uma das minhas intenções enquanto pesquisadora no Palin/Fiocruz era observar a relação entre alimentação e cultura em comunidades quilombolas, com maior interesse em conhecer a realidade dos quilombos do cerrado, do estado de Goiás em particular, ainda pouco conhecidos.

O projeto de pesquisa de mestrado apresentado ao Pós-Afro inicialmente abordava a possível relação das práticas e hábitos alimentares enquanto elemento da cultura quilombola e sua identidade étnica. Logo, seria parte do resultado de conhecimentos e dados obtidos ao longo do trabalho realizado junto ao Palin/Fiocruz, que se propunha a realizar uma pesquisa etnográfica nos quilombos. Era minha intenção trazer à tona a complexidade de vários fatores que compõem o sistema alimentar quilombola das comunidades pesquisadas na tentativa de articulá-lo com alguns eixos como historicidade, cultura e sociabilidade. No entanto, no decorrer do trabalho, diversas chamadas da realidade interferiram para que eu pudesse repensar os rumos deste projeto, conforme será abordado na seção 2.

Desse modo, para além de rever minha trajetória, experiências e expectativas, precisei lidar com a situação real das condições da pesquisa de campo e resultados obtidos e, assim, repensar e reconduzir este trabalho, procurando sempre ser a mais responsável e honesta possível. Todas as intempéries, processos, descobertas e problemáticas ocorridas fazem igualmente parte desta dissertação.

Assim, a fim de abranger as realidades que compõem o todo desta dissertação, o texto está dividido em cinco sessões, sendo a primeira a presente Introdução. Na sessão 2, trato dos processos que me levaram a esta pesquisa, os primeiros passos, a apresentação da instituição Fiocruz e sua relevância, assim como o detalhamento do Projeto do Palin que participei. Perpasso alguns lugares que transitei enquanto pesquisadora da instituição, minhas experiências anteriores em quilombos e trago alguns caminhos metodológicos. Finalizo a sessão 2 relatando como se deram os contatos iniciais com os participantes da pesquisa, apresentação do projeto nos quilombos, minhas percepções e também as condições do trabalho.

Na seção 3 abordo a histórica negação ao direito à terra e território às populações negras, tomando por base estudos já realizados por outros pesquisadores, os documentos oficiais a que tive acesso e os próprios registros de campo. Considerar a violenta e sistemática negação ao direito à posse da terra e o que foi tramado por parte do Estado nos contextos próximos e pós

abolição, pode nos ajudar a compreender circunstâncias da estrutura fundiária brasileira. Ainda, posto que todos os projetos que consolidam parte desse trabalho são propostos/aceito por instituições públicas, considero relevante pontuar algumas ações e estratégias historicamente utilizadas pelo Estado no que concerne ao não-acesso à terra pelas populações negras. Trago à tona a reflexão da possível necessidade da mobilidade desses grupos, seja por fuga e, principalmente, a migração nos diferentes contextos históricos, fato que se confirma nos quilombos que participaram da pesquisa, conforme será abordado. Em seguida, descrevo e analiso o contexto de comunidades quilombolas e do cerrado contemporaneamente. A água foi uma narrativa comum nos quatro quilombos, havendo questões graves e muito específicas em Baco Pari. Poder-se-ia dizer que as narrativas a respeito da água foi um dos temas centrais, assim finalizo essa sessão com o foco nas águas, seja no acesso por políticas públicas, abundância natural ou ausência dessas.

Na sessão 4, exponho a pesquisa de campo, uso as respostas obtidas no questionário da Fiocruz junto às minhas anotações pessoais em caderno de campo, um Instrumental sobre Características Gerais da Comunidade (pequeno roteiro que elaborei para maiores informações sociohistóricas e culturais) e também a análise documental por arquivos solicitados à Fundação Cultural Palmares e estudos do RTID advindos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sigo discorrendo sobre cada quilombo, dialogando com questões ambientais, históricas e sociais. Em paralelo com tais questões, trago dados das quatro comunidades quilombolas com maior foco na questão da produção de alimentos e alguns hábitos alimentares. Avanço nessa sessão pela ordem cronológica que foi realizada a pesquisa de campo em cada comunidade: Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado.

Finalmente, na sessão 5 discorro sobre a relação entre alimentação e cultura, a presença e complexidade da alimentação. Retrato de uma forma geral elementos das quatro comunidades, dialogando, inclusive, com dados obtidos sobre segurança alimentar, considerando que serão mais bem compreendidos por todos os elementos trazidos anteriormente. Já abordadas diversas questões históricas, culturais, sociais e ambientais, finalizo o trabalho trazendo dados sobre a invisibilidade dessas comunidades e sua região na atualidade, enfatizando a preservação ambiental do cerrado (em diálogo com a cultura) e a ausência desse reconhecimento, assim como também de direitos fundamentais. Encerro com reflexões acerca do racismo ambiental sofrido pelas populações quilombolas.

Devido ao meu histórico e vivência, brevemente expostos inicialmente, optei por justamente unir minha trajetória pessoal que foi ao encontro do tema, resgatar o histórico de

acesso/exclusão à terra da população negra e finalmente exponho os dados coletados em pesquisa de campo em diálogo com fontes documentais de cada quilombo.

As problemáticas centrais em relação à produção de alimentos nos quilombos e os desdobramentos dessa ação na alimentação e modos de vida, além da negação a direitos básicos da população negra no país, permeiam a vasta questão das mudanças climáticas, racismos e suas consequências. Essa é uma problemática extremamente complexa e real nos quilombos rurais atualmente. Esse não é um trabalho em que se pretende fazer qualquer análise de impacto ambiental, mas se aproxima de uma análise socioespacial onde serão abordadas algumas vulnerabilidades e violências históricas e socioambientais que os quilombolas da região enfrentaram e enfrentam. A pesquisa em alimentação será o fio condutor para tal compreensão. Começo por onde tudo começou em minhas experiências, olhares e alertas internos, perpassando pela pesquisa e as dificuldades nela. A dimensão racial (e regional) que estáposta nesses territórios quilombolas é como um código de corporeidade que me aproxima — que se encontra com toda a força a uma ancestralidade (que também carrego), sonegada no seu direito à terra, mas que caminhou, plantou e gerou frutos por este país — e essa é uma das pontas iniciais desse fio condutor com que adentro neste caminhar. Peço licença.

2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA E DA PESQUISADORA

2.1 DE ONDE SURGE ESTA PESQUISA?

O trabalho em questão é uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a colaboração de uma entidade governamental, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com sede em Brasília, através do seu Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura (Palin). Ao atuar no Palin voluntariamente, foi possível realizar pesquisa de campo em quilombos localizados no nordeste de Goiás e colher material para responder ao subprojeto Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil. No estado de Goiás o subprojeto compunha-se de duas instituições públicas parceiras: Fiocruz Brasília, através do Palin, e Universidade de Brasília (UnB). O subprojeto está subordinado a um projeto de pesquisa intitulado Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de Diferentes Regiões Brasileiras: Estudo Multicêntrico², onde a instituição proponente é a Universidade Federal do Alagoas (UFAL).

O projeto de pesquisa intitulado Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de Diferentes Regiões Brasileiras: Estudo Multicêntrico foi coordenado pelo Dr. Haroldo Ferreira, nutricionista e docente da UFAL. Esse projeto de pesquisa previa a realização de pesquisa em comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (mas ainda não tituladas) em um determinado estado das macrorregiões brasileiras, à exceção da região Norte. Logo, a pesquisa propunha a coleta de dados em comunidades quilombolas de Alagoas, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O critério de escolha por cada estado foi a proximidade de localização com as instituições acadêmicas envolvidas na proposta nesses estados, a saber: Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Pernambuco (Alagoas); Universidade Federal do Rio de Janeiro e Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz (Rio de Janeiro); Universidade de Brasília e Fundação Oswaldo Cruz – Brasília (Goiás); Universidade Federal de Pelotas e Universidade Católica de Pelotas (Rio Grande do Sul).

²Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/ SGEP/ DAGEP nº 21/2014 - Saúde da População Negra no Brasil Tema 4: Identificação e avaliação de estratégias de promoção da saúde e qualidade de vida para a população negra e quilombola em espaços promotores de saúde, levando em consideração as práticas culturais, tradicionais e religiosas afro-brasileiras. - Processo nº 466718/2014-4.

Na região centro-oeste (estado de Goiás), o projeto Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de Diferentes Regiões Brasileiras: Estudo Multicêntrico foi coordenado pelo Departamento de Saúde Coletiva (DSC) da UnB. Vários seriam os objetivos desse projeto de pesquisa, com foco na coleta de dados a respeito da saúde da população negra em comunidades quilombolas, tais como: identificar a existência/atuação da Estratégia de Saúde da Família Quilombola; caracterizar as famílias segundo as condições demográficas e socioeconômicas; estimar a prevalência e os fatores associados à insegurança alimentar; determinar o estado nutricional de mulheres, crianças e idosos por meio de indicadores antropométricos; investigar sobre saúde mental e hipertensão arterial das mulheres; realizar inventário de patrimônios alimentares materiais e imateriais, entre outros.

É por esse último citado — realização de inventário — que surge e se consolida o subprojeto Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil, proposto pelo Palin/Fiocruz. O subprojeto seguiria metodologia e abordagens próprias, independentes do projeto principal do qual se originou.

Organograma 1 – De onde surge esta pesquisa?



Fonte: Flávia Gomes (2020)

O exposto organograma sinaliza a origem dessa pesquisa através dos projetos propostos, especificamente no estado de Goiás, a fim de ilustrar melhor os caminhos. Destaca-se que, doravante, por questões práticas, nessa dissertação de mestrado o projeto de pesquisa Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de Diferentes Regiões Brasileiras: Estudo Multicêntrico se denominará apenas enquanto “projeto de pesquisa maior/UFAL”. Logo, o subprojeto do Palin/Fiocruz aqui será intitulado enquanto “projeto”.

Consta no texto do projeto de pesquisa maior/UFAL que a coleta de dados em campo seria realizada utilizando-se quatro questionários: um em que seriam coletados dados sobre a infraestrutura de serviços públicos; dois questionários destinados à avaliação dos “serviços de saúde” e “escolas”, respectivamente; e o quarto destinado ao inquérito domiciliar (variáveis demográficas, socioeconômicas, qualidade de vida, nutricionais e de saúde). Até aqui exclui-se como seria realizada a coleta de dados para a realização do inventário, posto que se daria de forma independente. É um recorte do projeto de pesquisa maior/UFAL, gerando um outro projeto e pesquisa, havendo, inclusive, uma outra instituição responsável.

Isto posto, para o inventário de patrimônios alimentares do projeto do Palin/Fiocruz seriam realizadas entrevistas em profundidade pela abordagem etnográfica. É para esse fim que surge o projeto Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil, sob responsabilidade do Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura da Fiocruz Brasília, também em parceria com a UnB.

A coleta de dados do projeto de pesquisa maior/UFAL foi prevista para abordar quatrocentas residências por estado, idealizando-se entrevistar o máximo de pessoas por comunidade. Ou seja, todos os moradores que concordassem em participar das etapas da pesquisa em cada quilombo seriam entrevistados. Em alguns casos foram previstos exames laboratoriais e antropométricos e medições em saúde na população. A equipe que aplicou os questionários deveria passar por treinamento específico para tal.

Para realizar a coleta de dados para o inventário sobre patrimônios alimentares (projeto do Palin/Fiocruz) foi indicada a abordagem etnográfica, focando-se apenas em alguns quilombolas (como agricultores, cozinheiras, benzedeiras, entre outros), a ser realizada por outra equipe, com diferente formação. Seriam duas abordagens distintas. A esse respeito, consta no texto do projeto de pesquisa maior/UFAL, trecho específico que descreve:

Trata-se da realização de inventário sobre o patrimônio alimentar material e imaterial de alimentos e alimentação com enfoque nas práticas e itinerários terapêuticos relacionados ao uso da culinária para a promoção da alimentação saudável nas comunidades quilombolas. A abordagem etnográfica será o caminho metodológico,

utilizando-se diários de campo, entrevistas em profundidade e registro audiovisual (PROMOÇÃO DA SAÚDE..., 2014, p. 18).

Logo, os resultados obtidos no projeto “Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil” comporiam peça fundamental do projeto de pesquisa maior/UFAL.

Institucionalmente, uma equipe de pesquisadores da Fiocruz Brasília, através do Palin, juntamente com docentes da UnB (uma assistente social e um antropólogo), estruturaram metodologias, confeccionaram questionário e trabalharam na formação da equipe para a atuação no projeto de pesquisa maior/UFAL, Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil. A saber, além da coordenadora do Palin, a nutricionista Dra. Denise Oliveira e Silva, estiveram presentes nesse processo o Dr. Everton Luiz Pereira, antropólogo e docente do Departamento de Saúde Coletiva da UnB, e a Dra. Lucélia Luiz Pereira, assistente social e docente do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB.

A Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, referência em ciência e tecnologia em saúde na América Latina, com sede no Rio de Janeiro. Os conceitos que pautam sua atuação são “promover a saúde e desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente de cidadania” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

A história da Fiocruz está entrelaçada com o desenvolvimento dos serviços de saúde pública no Brasil. Ela se inicia em maio de 1900 com a criação do Instituto Soroterápico Federal, na Fazenda de Manguinhos, no Rio de Janeiro, onde se localiza até os dias atuais.³ Vivenciando as diversas estruturas e conjunturas políticas ocorridas em nosso país ao longo da história⁴, a instituição tem uma atuação extremamente relevante, tanto na estrutura dos serviços de saúde por parte do Estado quanto em pesquisas científicas e formação profissional. Atualmente na Fiocruz são executados mais de mil projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que, além de produzirem conhecimentos para o controle de doenças, também têm como foco os temas ligados à saúde coletiva, como por exemplo a violência e mudanças climáticas.

³Hoje Manguinhos é um bairro, situado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

⁴“O Instituto também foi peça chave para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920. [...] Perdeu autonomia com a Revolução de 1930 e foi foco de muitos debates nas décadas de 1950 e 1960. Com o golpe de 1964, foi atingida pelo chamado Massacre de Manguinhos: a cassação dos direitos políticos de alguns de seus cientistas.” Fonte: <https://portal.fiocruz.br/historia> acesso em março de 2019

A Fundação, obviamente, tem um amplo e integrado conceito de saúde, não entendido apenas como ausência de doenças. É extremamente competente no que se propõe e reconhecida por isso. É uma instituição pública que tem como missão fundamental:

Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

A Fiocruz Brasília nasceu enquanto Diretoria Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz (DIREB) em 1976. Nos anos 80 começou a efetivar parcerias estratégicas com a Universidade de Brasília (UnB), realizando diversas pesquisas de extrema relevância social. Desde 2010 o prédio da Fiocruz Brasília se localiza no campus da UnB, onde funcionam escritórios de diversos projetos e Programas, como o Palin. Essa proximidade física do prédio da Fiocruz Brasília com a UnB amplia muito o diálogo entre os projetos e pesquisas de ambas as instituições.

Desde 2005 o Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura (Palin) desenvolve, entre outras atividades diversas, pesquisas com a população quilombola. Inicialmente os estudos eram realizados em comunidades quilombolas localizadas no norte e nordeste do país, e, a partir de 2012, no centro-oeste, especificamente no estado de Goiás. A partir da qualidade dos diversos materiais acadêmicos e governamentais desenvolvidos pelo Palin, atualmente a instituição integra o Comitê Técnico de Saúde da População Negra. O Palin me interessava muito, pois sempre quis me envolver no campo da alimentação e cultura, principalmente com foco em populações quilombolas.

Ao me inserir como voluntária no Programa da Fiocruz Brasília, incontestavelmente, me aproximei e conheci melhor a instituição. Participei de diversos cursos de capacitação, mesas de debates, encontros científicos, disciplinas de curso de pós-graduação, entre outros.

Em distintos momentos vi na Fiocruz discussões e estudos de extrema relevância social e científica dentro de uma pauta ativa e responsável de seus pesquisadores, tais como: a questão da medicalização compulsória (com denúncias aos abusos da indústria farmacêutica); os efeitos do uso abusivo de agrotóxicos no ambiente e em comunidades; a enfática defesa da relevância social e contra o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS); os conceitos de ambientes saudáveis e territórios do Bem Viver (atualmente pauta central de diversos movimentos sociais organizados de luta pela terra e território), entre outros.

Confesso que, *a priori*, tinha uma visão restrita e estereotipada da Fundação, que permeava um enfoque que (erroneamente) imaginava um pouco higienista. Foi no ano de 2014 que comecei a me perceber equivocada ao me aproximar da Fiocruz por meio de outro projeto que participava promovido pela Faculdade de Direito da UnB. Nesse ano, eu compunha a equipe de coordenação do curso de capacitação em Promotoras Legais Populares, à luz de um projeto em Direitos Humanos e Gênero. O curso de capacitação em Promotoras Legais Populares tem como base metodológica a educação popular freireana. No citado ano, a Fiocruz se tornou uma parceira nesse projeto e se mostrou uma excelente colaboradora.

Algo que verdadeiramente me impressionou foi perceber a Fiocruz como uma instituição que valoriza conhecimentos tradicionais e populares, atuando em diversas instâncias comunitárias. Tal fato foi gradativamente se confirmado. Recentemente, também na Fiocruz Brasília, por exemplo, foi oferecido o Curso em Educação perinatal de base comunitária: saberes tradicionais em saúde feminina⁵. Progressivamente me atentei ao fato de que a Fiocruz, em suas diversas unidades técnico-científicas, também oferece e apoia atividades fundamentais, como exemplo os cursos de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde⁶ e TRANSformação⁷.

No que concerne à atuação direta e efetiva em comunidades tradicionais há, por exemplo, o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), criado a partir de uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). O OTSS atua para o desenvolvimento de estratégias que promovam sustentabilidade, saúde e direitos para o bem viver das comunidades em territórios indígenas, quilombolas e caiçaras da região⁸.

Trago essas ilustrações para que nos atentemos à pluralidade dessa instituição pública, a relevância de conteúdos, ações, comprometimento sociopolítico e público-alvo que beneficia alguns lugares com que essa instituição se compromete. Acredito ser relevante ampliar o olhar do leitor com exemplos reais de alguns de seus funcionamentos e práticas para que seja possível

⁵Curso destinado prioritariamente a mulheres em situação de vulnerabilidade social e sem nenhum nível de instrução formal como pré-requisito. Nele, aliam-se os conhecimentos biomédicos aos conteúdos provenientes de parteiras, doulas, raizeiras, educadoras perinatais, entre outras.

⁶Iniciado em 2013, que já ocorreu em 16 estados brasileiros e tem como intuito favorecer a atuação dos trabalhadores de diversas áreas de saúde e lideranças comunitárias nos processos de conquista de direitos em saúde da população e no fortalecimento da participação social.

⁷Iniciativa que visava aprimorar a formação da população trans em temas relativos à saúde, educação, movimentos sociais, direito e cidadania.

⁸Há mais de dez anos o OTSS se empenha em diferentes áreas, tais como: saneamento ecológico, agroecologia, turismo de base comunitária, promoção da saúde, educação diferenciada, justiça socioambiental, cartografia social, incubação de tecnologias sociais.

compreender um pouco mais sobre o papel e multiplicidade de uma instituição estatal que atua no âmbito da saúde pública.

Pessoal e profissionalmente me sinto mais confortável em desenvolver esta pesquisa de mestrado em parceria com um projeto em comunidades quilombola iniciado nessa Fundação, que acredito ser sinceramente comprometida com a ética e valores de defesa ao direito à saúde e cidadania em sentido amplo.

2.2 PRIMEIROS PASSOS NAS INSTITUIÇÕES E QUILOMBOS

O trajeto inicial para o desenvolvimento dessa pesquisa, de fato, começa no ano de 2015, quando procurei maiores informações sobre os projetos do Programa de Alimentação Nutrição e Cultura (Palin). Ao me interessar pela proposta do programa, fui ao encontro da Dra. Denise Oliveira e Silva pessoalmente a fim de conhecê-la e integrar algum projeto.

Nesse primeiro período de 2015, eu estava terminando minha graduação em Geografia na UnB e vislumbrando novos horizontes. Elaborei minha monografia de conclusão de curso com base em trabalhos desenvolvidos em quatro comunidades quilombolas do Recôncavo Baiano. Nesse trabalho foi relatado o processo e apresentado o produto gerado pelo projeto de extensão universitária que havia participado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), quando fui estudante de mobilidade acadêmica nesta instituição. O projeto de extensão, consolidado enquanto Atividade Curricular em Comunidade (ACC), intitulava-se Mapeamento Biorregional Participativo como Ferramenta para Educação Ambiental em Comunidades Costeiras Tradicionais, promovido pelo Instituto de Biologia da UFBA e coordenado pelo Prof. Miguel Accioly. Participei do programa de mobilidade acadêmica na UFBA nos anos de 2011 e 2012, período em que fui aluna extensionista e, posteriormente, voluntária no referido projeto de extensão. Ao retornar à UnB, em 2015, apresentei e discuti esse trabalho de extensão universitária realizado com/em comunidades quilombolas do município de Cachoeira (BA) em minha monografia. Fui orientada e co-orientada por pesquisadoras do Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde (LAGAS) da UnB.

Foi nesse período que comecei a ampliar minha visão a respeito da atuação das instituições que trabalham com a temática de saúde e ambiente. Ainda, estava completando um ano de estágio na Fundação Cultural Palmares (FCP), com alto grau de envolvimento com a proteção e promoção da cultura afro-brasileira. A saber, a FCP é a autarquia governamental ao qual compete a emissão da certificação de comunidades quilombolas brasileiras. De acordo com o § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, é reservada à Fundação

Cultural Palmares (FCP) a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas⁹ e sua inscrição em cadastro geral.

Em minha trajetória pessoal e acadêmica sempre foquei meus estudos e interesses em temas ligados à questão racial, fundiária, territorial, cultural, étnica, ambiental e de desenvolvimento social no Brasil, constantemente atenta ao contexto histórico e atual das populações negras em diálogo com cada uma dessas temáticas. Notadamente mais alerta com a potência dos espaços atuantes em saúde e com a abrangência dos contextos na área, procurei o Palin. Aliei essa atitude às experiências anteriores com a temática da alimentação/produção de alimentos — mais especificamente com movimentos sociais agrários de luta pela terra — e o interesse na relação entre alimentação e cultura.

O primeiro contato realizado com a coordenadora Dra. Denise Oliveira e Silva se deu via e-mail em abril de 2015. Explanei meu interesse em conhecer melhor os projetos do Palin e quiçá participar de alguma forma em algum deles. Ela pediu para que eu lhe enviasse meu currículo e, posteriormente, marcamos um encontro em sua sala na Fiocruz Brasília. A primeira sensação de desconforto foi quebrada no instante em que a avistei e a conversa foi ficando cada vez mais agradável ao longo das nossas identificações.

Deparei-me com uma mulher negra, com tom certeiro e objetivo. Após anos de atuação profissional, finalmente a tão ausente representatividade estava ali na minha frente: uma cientista negra ocupando um alto cargo em uma instituição de grande renome. Destaco que a coordenadora Denise, profissional internacionalmente reconhecida na área de nutrição, alimentação e cultura, já foi inclusive diretora da Fiocruz Brasília. Ela também coordena o Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares, é Editora Chefe da Revista de Alimentação e Cultura das Américas e pós-doutora em Antropologia da Alimentação. Certamente a pessoa, tudo que ela representa e defende é um conforto especial e contundente para mim, pessoalmente, e para o significado da pesquisa que me envolveria.

Na ocasião do nosso encontro havia três linhas de pesquisa/projetos no Palin:

1. Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil
2. Migração e Comensalidade: A Influência das Feiras Populares na Formação e Transmissão de Hábitos Alimentares na Capital do Brasil – Brasília

⁹Ou Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), conceito reconhecido institucionalmente nas esferas legais e governamentais, o qual discutirei brevemente adiante.

3. Biografias Alimentares Sobre o Excesso de Peso em Mulheres de Baixa Renda no Brasil

A coordenadora me apresentou e discorreu sobre os três projetos. Pela nossa conversa, que foi ficando cada vez mais afetiva, fomos aprofundando na proposta do inventário a partir do projeto de pesquisa maior/UFAL, ou seja, o projeto sobre patrimônios materiais e imateriais de comunidades quilombolas brasileiras. Denise comentou o quanto acreditava no potencial das práticas e sistemas alimentares de comunidades quilombolas, o quanto de sabedoria e práticas saudáveis — comumente negadas em diversos campos da saúde — haveria ali. Narrou o quanto acreditava que isso poderia contribuir para a noção de saúde para o restante da população brasileira e não o contrário. Falou especificamente dessa potência que já havia presenciado em quilombos do norte do Brasil e trocamos opiniões e experiências a respeito. Após um sincero diálogo e análise do meu currículo por parte da coordenadora, ela indicou que eu atuasse no projeto Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil, exatamente pelo qual havia me interessado imediatamente.

Desenvolver uma pesquisa onde os conhecimentos e práticas alimentares da população quilombola fossem exaltados e não lidos a partir de uma noção branca, eurocêntrica e/ou folclórica, era obviamente um ponto fundamental para mim. Certificar-me da visão crítica e comprometida por parte da coordenação do Palin era essencial. Exatamente por isso enfatizo algumas posturas do Palin e da própria Fiocruz, dado que a pesquisa de campo ocorreu de maneira peculiar, como será disposto adiante. Mas acredito que pode ter sido um caso isolado. Por motivo de força maior, a pesquisa de campo não ocorreu como havíamos planejado anteriormente, mas não cabe o questionamento sobre a seriedade do Palin ou da Fiocruz Brasília nesse sentido.

Fui informada que a partir da minha procura para atuar voluntariamente no Palin, posto que não haveria possibilidade de vínculo empregatício, surgiu a ideia de abrir um edital de seleção para trabalho voluntário¹⁰ nos três diferentes projetos do Programa. participei desse processo seletivo e, junto a outros/as selecionados/as em junho de 2015, fui oficialmente integrada à equipe de pesquisa do projeto Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil enquanto

¹⁰Disponível em: <https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/palin-abre-seleção-para-trabalho-voluntário-em-pesquisa>. Acesso em: 16 set. 2018.

pesquisadora voluntária da Fiocruz Brasília. Pouco tempo depois iniciamos os trabalhos de gabinete do Projeto.

O primeiro passo consistiu na análise de diversos laudos antropológicos que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de comunidades quilombolas advindos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse foi também um momento de estudo, visto que esses laudos antropológicos foram lidos sistematicamente, sendo diversas narrativas antropológicas colhidas através de uma experiência em campo a respeito de quilombos em vários estados do Brasil. Abordarei a respeito desta análise no próximo tópico.

Mesmo de uma forma restrita, é fato que já havia estudado um pouco sobre comunidades quilombolas na academia e fora dela. Também anteriormente e, já há alguns anos, tive vivências em Comunidades Quilombolas em Alcântara no Maranhão, no Quilombo Sacopã no Rio de Janeiro, com os Kalungas em Goiás, no Quilombo Rio dos Macacos em Salvador (BA), além das comunidades Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia no Recôncavo Baiano, onde participei de projeto pela UFBA. Nos últimos anos também pude conhecer o Quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira (SP), o Quilombo Quingoma em Lauro de Freitas (BA) e o Quilombo Mesquita, na divisa do Distrito Federal com Goiás. As experiências em cada uma dessas comunidades foram totalmente distintas e sempre extremamente enriquecedoras para mim. Cada terra me fez refletir sobre direitos, negações, violências, lutas, racismos, sustentabilidade e resistências. Ainda, a relação com a produção, culinária, alimentação e extrativismo local sempre me chamou especial atenção.

As primeiras comunidades quilombolas que conheci foram em Alcântara (MA), a convite de uma capoeirista que também estava de visita em São Luís (MA), há aproximadamente quinze anos. Infelizmente não me recordo ao certo em quais comunidades estive. Lembro que chegamos à comunidade por meio de um transporte coletivo semelhante ao “pau-de-arara” e que foi um bom tempo de viagem em estrada de chão. Era uma região de praias muito bonitas, rica em manguezais. A única informação anterior que eu tinha do lugar era o conflito territorial pelo programa federal de lançamento aeroespacial de foguetes na região. Ao perguntar sobre isso, percebi certo desconforto e uma sutil maneira de encerrar o assunto. Era uma comunidade com casas muito próximas umas das outras. Durante o dia via algumas pessoas pescando na praia e outras se ajudando em atividades comunitárias. A noite conversávamos e dançamos tambor de crioula, atividade cultural que acontece com frequência na região. Fomos muito bem recebidas e todos os dias que voltávamos da praia — onde almoçamos pescado — a dona da

casa nos dizia que não poderíamos ir embora sem experimentar sua galinha à cabidela. Na última noite nos foi servida e certamente é uma das melhores que já comi até hoje.

Conheci o Quilombo Sacopã por meio de excursão científica do SINGA¹¹ em 2009. O quilombo está localizado às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, uma das áreas mais nobres e valorizadas do Rio de Janeiro. Neste momento, na graduação em Geografia, já estava interessada nas questões fundiárias, históricas e socioculturais em territórios negros. Foi uma tarde de reunião onde moradores expunham toda a luta contra a especulação imobiliária para permanecer no local. Discorreram sobre várias violências, tentativas de desapropriação e racismo sofridos historicamente. Igualmente, faziam questão de enfatizar todas as atividades artístico-culturais e resistências, contexto histórico e conjuntura daquele momento no local, com falas extremamente politizadas e mais enérgicas. Sacopã é um quilombo urbano, numa pequena área de mata pressionada por luxuosos condomínios. A dinâmica de vida urbana das pessoas, principalmente socioeconômica, as distanciava totalmente da forma de vida das famílias quilombolas que havia conhecido no Maranhão. Uma semelhança entre os dois quilombos eram as constantes ameaças sofridas para deixarem seu território. Mas desta vez não vinha por parte do Estado e sim de empresas do ramo imobiliário. Foi um encontro breve. Dessa vez a minha entrada havia se dado de outra forma: foi articulada a partir de movimentos sociais e acadêmicos. Eu também já possuía um olhar mais atento e a comunidade estava organizada na intenção de falar e denunciar. Após o encontro com graves acusações, foi servida uma tradicional feijoada acompanhada de samba, onde também foi enfatizado o teor político da manutenção desses hábitos.

O Quilombo Kalunga é o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, possui uma área que se estende por três municípios na região nordeste de Goiás, sendo constituído por cerca de 8.000 famílias (mais de 50 comunidades). Essas terras foram ocupadas há centenas de anos por africanos escravizados que fugiram da exploração nas minerações e se juntaram a indígenas que já habitavam o local. Essas populações mantiveram-se em isolamento até os anos 70 do século passado, onde, até 1982, não havia nenhum levantamento social e/ou antropológico sobre eles. É possível conhecer algumas dessas comunidades pelo turismo, já muito difundido no local, visto que este território abriga algumas das mais belas e visitadas cachoeiras da região da Chapada dos Veadeiros. Foi nesse contexto do turismo que os conheci, há cerca de doze anos, tendo retornado algumas vezes. Hoje os Kalunga têm forte organização comunitária,

¹¹IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, na Universidade Federal Fluminense – UFF.

muito incentivada e, talvez até necessária, devido ao turismo de natureza — com enfoque em turismo étnico e gastronômico também. A população vende artesanatos, produtos naturais, remédios, entre outros e ainda há um restaurante local para atender aos turistas. É um restaurante já muito conhecido e movimentado pelo seu excelente sabor. A paçoca de carne feita no pilão é um produto típico local, de sabor único e grande notoriedade, sendo um alimento muito procurado pelos turistas.

Os quilombos do Vale do Iguape no Recôncavo Baiano — Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia — são comunidades de marisqueiras e pescadores. É uma identidade marcante das/os quilombolas. O cotidiano das atividades através da pesca e da mariscagem é base da vida em seus territórios. Além da qualidade do pescado e gastronomia, hoje a região é bastante conhecida pela Festa da Ostra que acontece anualmente. Como o meu conhecimento dessas comunidades se deu de forma gradativa, realizando um trabalho em conjunto, pude me atentar e conhecer mais a fundo o valor da terra e mar, da produção, do quanto o ambiente e a organização social estão essencialmente unidos. As práticas de sobrevivência pelas atividades e recursos locais advindos da maré, mesmo com todas as dificuldades, foi o que manteve aquele povo ali e as quilombolas sempre fizeram muita questão de enfatizar isso.

Ainda na Bahia, no ano de 2013, enquanto geógrafa militante e então integrante da Marcha Mundial das Mulheres em Salvador, fiz parte de uma equipe que organizou uma caravana para a Audiência Pública do Quilombo Rio dos Macacos em Brasília (DF). O poder público era ciente do conflito e forte violência sofrida pela população por parte da Marinha brasileira. Mas foi neste encontro, enquanto viajávamos pela estrada e permanecemos alguns dias em Brasília, que pude conhecer presencialmente alguns moradores, me aproximar mais e tomar maior conhecimento de suas vivências, pautas e lutas. As violências sofridas pelos quilombolas vão além da invasão de suas terras pelo Estado brasileiro. Os militares, enquanto um corpo-equipamento do Estado, vão muito além de delimitar acessos, impedir o uso da água do rio, destruir plantações, entre várias outras graves atrocidades. Os moradores do Quilombo Rio dos Macacos denunciam que os militares torturaram, espancam, estupram e matam. Depois desse encontro pude ir ao Quilombo Rio dos Macacos algumas vezes. Duas vezes a passeio a convite de Dona Olinda e em outro momento para seminário sobre Racismo Ambiental. Apresentaram-me algumas roças, a resistência na produção de alimentos por parte de alguns quilombolas — mesmo as plantações sofrendo frequentes ataques e com o acesso ao rio vetado — mas a violência excessiva que estão sofrendo obviamente protagoniza os discursos. No dia do seminário, havia muitas pessoas externas e algumas famílias estavam vendendo produtos

que produziam nas roças como mandioca, folhagens, frutas e temperos. Até hoje o Quilombo Rio dos Macacos grita por direitos, liberdade e autonomia, ainda que, recentemente, tenha conquistado a titulação de seu território. O que o Rio dos Macacos vive é uma situação assombrosa, absurda e um genocídio explícito, que impacta a saúde de todos que lá resistem.

Figura 1- Lideranças quilombolas e militantes de movimentos sociais em Brasília para Audiência Pública do Quilombo Rio dos Macacos.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2013).

Em São Paulo, pude conhecer o quilombo Ivaporunduva, igualmente por excursão científica do SINGA, agora no ano de 2017. O quilombo está localizado no interior de São Paulo, em uma área de mata atlântica preservada às margens do Rio Ribeira de Iguape. Permaneceram em seu território desde o período escravocrata por herança de terra. Os quilombolas discorreram como, por meio da produção e venda de bananas e da perspectiva agroecológica, o quilombo foi positivamente afetado nas esferas ecológica, econômica e social. Ainda, além de também trabalharem com turismo étnico e artesanato, dão palestras para diversos grupos e movimentos sociais. Nos quintais das casas há uma enorme variedade de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais. Fomos recebidos em uma enorme sede que foi construída com uma arquitetura pensada pelos próprios quilombolas, que dispunha de um grande refeitório, além de quartos para pouso de turistas que agendam pernoite. Com um sólido discurso e consciência de raça, classe e etnia, posso afirmar que foi uma das comunidades

quilombolas mais organizadas sociopoliticamente que já conheci. Muito dos produtos alimentares ofertados no nosso almoço durante a visita era da produção local.

Os Quilombos Quingoma em Lauro de Freitas (BA) e Mesquita (GO), que também conheci mais recentemente, partilham de situação semelhante quanto ao direito a seus territórios. Ambos estão próximos às regiões metropolitanas de Salvador (BA) e Brasília (DF) respectivamente, tendo seus territórios ameaçados por grandes empreendimentos urbanos.

O Quilombo Quingoma sofre com a construção da Via Metropolitana que atravessa Lauro de Freitas, passando pela comunidade. Esta construção do governo do estado da Bahia compromete acessos, assim como, a permanência de moradores, a manutenção de fontes de água, devasta florestas e rios, entre outros. Logo, compromete também toda a produção alimentar dos/as moradores/as. O Quingoma, formado no século XVI, é um dos quilombos mais antigos do Brasil e sofre com uma grande ameaça de perda de seu território, não apenas pela Via Metropolitana, mas toda especulação imobiliária interessada no território. Estive lá no ano de 2018 para uma atividade sociopolítica proposta pela comunidade junto a alunos de Residência multidisciplinar da UFBA, através da pós-graduação em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, onde também me tornei especialista no referido curso. Também pela atuação dessa Residência no Quilombo, em encontros na UFBA, pude presenciar denúncias e narrativas de moradores do Quingoma quanto ao impacto desse projeto do estado no território (escassez de recursos naturais) e modos de vida da comunidade.

Conheci o Quilombo Mesquita no ano de 2017 pelo Projeto de Pesquisa Maior UFAL, em uma das visitas de apresentação do projeto. Mesmo sabendo que não atuaria lá, quis acompanhar a equipe, a fim de conhecê-lo. Era algo que já desejava há tempos. A estratégia do mercado imobiliário também ameaça o Quilombo Mesquita, que fica na divisa do DF com GO, na Cidade Ocidental (GO), há 50 quilômetros do centro de Brasília. Recentemente o INCRA reduziu 80% da área comprovada em estudos e documentos como pertencente à comunidade do território do Quilombo Mesquita, contrariando o RTID elaborado pelo próprio Instituto. A área em torno dos limites do território está sendo ocupada por condomínios de luxo. A fim de enfraquecer o discurso da identidade étnica, toda a legitimação do território e atividades histórico-culturais estão sendo contestadas por agentes externos, causando, inclusive, conflitos internos. A produção de marmelo é de forte identificação cultural da comunidade que deu origem à tradicional Festa do Marmelo, realizada no mês de janeiro há vários anos. Esta atividade também está sendo contradita para desmobilizar a comunidade e favorecer empresas do ramo imobiliário.

De todos os territórios citados, apenas os Quilombos Kalunga (GO), Ivaporunduva (SP) e, mais recentemente, o Rio dos Macacos (BA), possuem titulação de suas terras. Essas experiências, de visitas mais breves a trabalhos mais aprofundados, aliados a participações em eventos, leitura bibliográfica, entre outros, me fizeram questionar: Por que nada ou muito pouco escuto falar dos outros quilombos no estado do Goiás ou mesmo do centro-oeste? Todos teriam um contexto semelhante ao dos Kalungas? Em que contexto se formaram? Qual seria a situação deles hoje? Como se daria a subsistência dos quilombos rurais e distantes das regiões litorâneas? Estariam conseguindo manter suas atividades agrícolas e/ou extrativismo? Elas já existiram? Existiria soberania alimentar? Mais ainda, como pensar soberania nesses territórios? Como sobrevivem em contextos de escassez? Existe algum conflito com as empresas do agronegócio que estão devastando o cerrado? Essas e outras perguntas ficaram anos permeando o meu imaginário.

2.3 DESENCADEAMENTO DA PESQUISA

Era sabido pela equipe de coordenação do projeto da dificuldade de obter informações sobre alimentação quilombola em diálogo com sua identidade e cultura. Embora já muito envolvida na temática de alimentação, cultura e patrimônios alimentares, essa dificuldade se constituía em um obstáculo para execução da pesquisa. A historiadora Alexandra Santos (2012) considera que os caminhos percorridos em pesquisas sobre identidade étnica quilombola têm sido diversos e acredita que há nas práticas e hábitos alimentares um fértil terreno para a compreensão de como as populações quilombolas relacionam sua ancestralidade, se localizam socialmente e demarcam sua identidade.

Há um número reduzido de estudos e produção no assunto, advindos principalmente de programas de pós-graduação. Por isso também a relevância desta pesquisa.

Tomamos “o alimentar” como o conjunto articulado de práticas e processos sociais, seus produtos e consequências, que compreendem desde os recursos naturais a partir dos quais se produz a matéria-prima para a elaboração de alimentos até o consumo desses alimentos e suas decorrências (HINTZE, 1997 *apud* MENASCHE, 2012, p. 7).

Assim, o primeiro procedimento da pesquisa foi a análise de laudos antropológicos, peças que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território no processo de titulação de terras de comunidades quilombolas advindos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Baseado no Decreto nº 4.887 de 2003, compete ao INCRA, na esfera federal, a titulação dos territórios quilombolas. Os RTIDs são documentos

oficiais que tratam das informações socioculturais, identitárias, históricas, geográficas e ambientais (entre outros) do território obtidas em campo. São realizados por equipe técnica designada pelo INCRA e após análise e chancela da direção do Instituto, o RTID é publicado no Diário Oficial da União. Após emitida a Certidão de Autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, a elaboração do RTID é a etapa inicial e fundamental nos processos de regularização fundiária quilombola.

Dado que nos RTIDs constam as informações etnográficas, antropológicas, históricas, ecológicas, socioeconômicas, agronômicas, etc. das comunidades quilombolas tituladas e/ou em processo de titulação, a equipe supervisora do projeto no Palin considerou pertinente que a etapa inicial da pesquisa seria a análise desses relatórios. O intuito era averiguar se nestes documentos estavam descritas práticas e hábitos alimentares das comunidades quilombolas tais como: consumo, formas de preparo, pratos que remetessem à identidade local e etc. Caso positivo, como estes estariam descritos e que qualidade de informações trariam.

Após negociações formais entre Fiocruz Brasília, UnB e INCRA, a equipe do Palin teve acesso a 187 laudos antropológicos que compõem o RTID de comunidades quilombolas das cinco macrorregiões brasileiras. Não houve seleção alguma de quais documentos seriam analisados, se teriam alguma relação com as comunidades que iriam participar da pesquisa ou mesmo se tínhamos acesso efetivamente aos RTIDs dos quilombos que provavelmente participariam da pesquisa. Como neste momento a questão central era averiguar se/como estariam descritas as práticas e hábitos alimentares de comunidades quilombolas, não houve critério de escolha por estado e/ou região. Os documentos foram disponibilizados em arquivos de formato digital e divididos numericamente para estudo entre os/as pesquisadores/as do projeto.

Iniciou-se o processo de análise e sistematização desses laudos antropológicos no que fosse concernente à alimentação. Nas análises de todos os pesquisadores, era praticamente unânime a conclusão sobre a ausência de informações com este foco. Por vezes era destacada, porém de forma muito breve e sucinta. Os laudos de uma forma geral variavam muito entre si em qualidade, quantidade de informação, visão crítica do antropólogo, tamanho, etc. Destaca-se que, das quatro comunidades quilombolas presentes nessa dissertação, apenas tive acesso ao RTID de Baco Pari e em um momento posterior a essa análise profissional. Para os estudos documentais de Fazenda Canabrava, Extrema e Povoado Levando, obtive apenas processos advindos da Fundação Cultural Palmares, os quais solicitei pessoalmente, onde as informações são mais limitadas.

Ainda, por motivos organizacionais, o ritmo das análises desses laudos antropológicos diminuiu e a equipe também ficou cada vez mais desfalcada. Analisamos algumas dezenas de relatórios, mas com o passar do tempo, as atividades ficaram mais escassas, a operacionalização mais difícil e a maioria dos pesquisadores voluntários foram abandonando o projeto. Assim, não chegamos a finalizar os estudos de todos os RTIDs, pois além de concluirmos a ausência dos dados em alimentação nessas peças, a equipe ficou completamente desfalcada e logo o projeto foi pouco movimentado.

Insisti em permanecer no projeto, pois continuava muito interessada em aproveitar a oportunidade de pesquisa na instituição e na possibilidade de aprofundar esses estudos. E após constatar que, de uma forma geral, os RTIDs não tratavam do tema, fiquei ainda mais instigada. Ademais, apesar da ausência de informações sobre alimentação, foi especial constatar por estes documentos a pluralidade das comunidades quilombolas e os diversos contextos locais e regionais, tão ausentes em nossos materiais acadêmicos e escolares, registros científicos e mídias brasileiras. Certamente isso ampliou muito o meu conhecimento.

Após as análises das peças que compõem o RTID, entre os anos de 2015 e 2016, o período foi seguido de momento em que o projeto ficou parcialmente paralisado, já sem a equipe de pesquisadores que iniciou. Eu mantinha o vínculo e contato com o Palin, estava desejosa pelo início dos trabalhos de campo e queria muito aprofundar os dados que obteríamos para além do projeto junto à Fiocruz.

Dessa forma, em junho de 2016 ingressei no Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) na UFBA. O projeto aprovado pelo Pós-Afro previa que eu usasse os dados dessa pesquisa na Fiocruz para desenvolver a minha própria. Não estava certa em trabalhar com Patrimônios Alimentares. A mim interessava analisar a relação entre cultura e alimentação, especialmente os processos produtivos e de uso da terra e do território na alimentação enquanto elemento simbólico, identitário e de sobrevivência que permeava o meu imaginário. Mas intuía que seriam os trabalhos de campo que me fariam chegar com mais nitidez ao meu objeto de estudo.

Esse desejo inicial teve o foco do trabalho na questão da alimentação e identidade quilombola e foi me trazendo questionamentos antes mesmo do trabalho de campo. O fato é que, apesar de muito interessada no tema, eu não tinha domínio sobre ele. Quanto mais buscava me aprofundar nos estudos em alimentação, mais sentia a dificuldade de realmente relacioná-los com a cultura e identidade quilombola. Esse foi um período muito angustiante em que não encontrei embasamento teórico para a minha pesquisa na pós-graduação.

Além das disciplinas obrigatórias com maior foco em Etnicidade do Pós-Afro, busquei apoio em disciplinas como Estudos Culturais, Seminários Teóricos e Metodológicos em Alimentação, Nutrição e Cultura e também em Racismo e Saúde: Pressupostos Teóricos para a Promoção do Cuidar, em diferentes programas de pós-graduação da UFBA. Em cada disciplina um fato se confirmava: quando se tratava de alimentação, não se falava em quilombo. Do mesmo modo, nas raras vezes onde se abordou a questão quilombola, jamais se tratou de alimentação. O objeto que tanto buscara não estava nos RTIDs, tampouco nos materiais e disciplinas que tive acesso durante o mestrado. Posteriormente, também cursei disciplinas como aluna especial em programa de pós-graduação na Fiocruz-Brasília e o mesmo lamentável fato se confirmou.

Durante o período em que estava cursando as disciplinas do Pós-Afro, o projeto de pesquisa maior/UFAL estabeleceu que fossem pesquisadas comunidades quilombolas certificadas, porém ainda não tituladas. Logo, também se aplicaria essa norma ao projeto do Palin/Fiocruz. O critério de escolha se deu pelo fato de os coordenadores dos projetos constatarem que as informações sobre as populações de comunidades quilombolas não tituladas são muito mais escassas.

Eu estava esperando ansiosamente a etapa de coleta de dados nas comunidades quilombolas. O fato da maior probabilidade de atuar em comunidades do estado de Goiás não tituladas me animava muito. Mantenho um forte vínculo com o estado por ser da região. Também por isso me toca a importância dos estudos da formação desses territórios, o processo de ocupação dessas áreas, questões ambientais e conjuntura atual. E mais uma vez podemos enfatizar a ausência dessas informações na historiografia brasileira no contexto das populações negras e, mais ainda, as negras rurais. A única comunidade quilombola de Goiás que é muito referenciada é a Comunidade Kalunga. Os Kalungas são muito abordados por pesquisadores e setores midiáticos, além de possuírem belíssimas atrações turísticas em seu território na Chapada dos Veadeiros, como a Cachoeira Santa Bárbara, que hoje é uma das mais visitadas do Brasil.

O fato é que apenas esta comunidade detém atenção especial na região, sendo muitas vezes a única conhecida no estado de Goiás até mesmo por pesquisadores da área. Existe um clássico da literatura sobre comunidade quilombola no estado de Goiás, *Negros de Cedro*¹², publicado em 1983 e refere-se a estudos iniciados em 1969. É um marco na bibliografia sobre

¹²Negros de Cedro (Estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás). Escrito por Mari de Nasaré Baiochi, Doutora em Ciências Humanas – Antropologia Social – pela Universidade de São Paulo.

o tema. Mas além de não muito conhecida por diversos pesquisadores e com uma lacuna considerável de tempo, a importante referência não abrange a complexidade e diversidade da formação de quilombos no território goiano (a comunidade Cedro localiza-se no extremo sudoeste de Goiás).

A temática sobre populações quilombolas sempre me foi muito imprescindível. Vi no projeto Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil uma ótima oportunidade para desenvolver uma boa pesquisa com populações residentes no estado de Goiás. Em maio de 2017, após o fim do segundo semestre acadêmico no Pós-Afro, entrei em contato com a coordenadora do Palin sinalizando que precisava me organizar para iniciar os trabalhos de campo.

Fui informada que as comunidades quilombolas que provavelmente participariam da pesquisa já haviam sido selecionadas pelo projeto de pesquisa maior/UFAL e as lideranças ou representantes confirmaram interesse na participação. As coordenações dos dois projetos haviam começado recentemente os processos de visita às comunidades selecionadas para apresentação dos mesmos e nesse momento ocorria a confirmação do interesse em participar da pesquisa por parte da comunidade como um todo. Até então haviam sido confirmadas quatro comunidades quilombolas no estado de Goiás: Tomás Cardoso, no município de Barro Alto; Família Magalhães, no município de Nova Roma; Extrema, no município de Iaciara; e Povoado Levantado, também no município de Iaciara. Ainda faltariam comunidades para que no somatório final totalizasse 400 residências, na medida em que esse era número estipulado pelo projeto de pesquisa maior/UFAL para cada macrorregião. Quando realizei o contato, a equipe estava exatamente iniciando os processos dos primeiros contatos em campo para apresentação do projeto.

No mês de abril de 2017 fui a Brasília no período de recesso na UFBA, após o primeiro ano acadêmico, já tendo finalizado as disciplinas presenciais do mestrado e com planejamento de começar os trabalhos de campo. Mas, logo na chegada, imprevistos de cunho pessoal ocorreram. Meu pai sofreu sérios problemas de saúde, precisando de cuidados intensos e minha presença era fundamental naquele momento. Tal fato me desestabilizou emocionalmente e alterou completamente meus planos. Eu já não poderia mais ficar dois ou três meses em campo como havia planejado anteriormente. Acabei precisando trancar o mestrado, pois de imediato o quadro dele não se estabilizava. Não pude ir a campo no momento programado, mas, na medida do possível, fui retomando e estreitando os laços com o Palin. Após dois meses desse lamentável ocorrido e com meu pai se recuperando, estava decidida a realizar a pesquisa de campo e falava isso consistentemente ao Palin.

Neste período também entrei em contato com algumas lideranças das citadas comunidades quilombolas já confirmados para participar da pesquisa, a fim de acordar uma data para minha visita. A ideia era passar um período em uma comunidade e regressar à Brasília. Passado algum tempo, faria o mesmo em outro quilombo ao longo de dias. Assim, conseguiria administrar questões pessoais e compromissos acadêmicos e profissionais, além de não afetar a qualidade da pesquisa.

O planejamento da coordenação do Palin era que realizássemos primeiro a pesquisa de campo do projeto **Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil**. Não se cogitava realizar as pesquisas de campo dos dois projetos de maneira concomitante. Havia certo receio por parte dos participantes do projeto do Palin de que a pesquisa de campo do projeto de pesquisa maior/UFAL ocorresse antes — e juntamente — da nossa.

Comentado [Ad1]: Projeto?

A equipe do projeto de pesquisa maior /UFAL, em Brasília, estava sendo treinada para a aplicação de seus formulários assim como para a realização de medições antropométricas e exames médicos laboratoriais. Como as abordagens e focos das pesquisas seriam bem diferentes, consideramos que seria mais vantajoso se a pesquisa do projeto do Palin/Fiocruz ocorresse antes.

Havia certo temor de como ficariam os quilombolas após a abordagem, perguntas e práticas da pesquisa visto que haveria coleta de sangue, seriam realizadas perguntas mais delicadas (como relação com uso de drogas, álcool, mortalidade, saúde mental, por exemplo), haveria medições das pessoas em residências, aplicação de questionários com uso de escalas numéricas, etc. Enfim, uma pesquisa quantitativa em saúde com uso de outros métodos, que algumas vezes poderiam ser potencialmente invasivos. Temíamos a possibilidade dos quilombolas ficarem receosos, criarem expectativas, fazerem associações ou confusões entre as duas pesquisas dentre outros fatores que seriam extremamente naturais caso ocorressem, mas que poderiam prejudicar uma posterior pesquisa qualitativa de cunho etnográfico.

Já não havia mais nenhum outro pesquisador voluntário da Fiocruz Brasília além de mim. Sabia que teria que ir a campo sozinha, pois meus supervisores já sinalizavam que não poderiam me acompanhar devido às suas agendas, havendo apenas uma remota possibilidade de algum ir esporadicamente. Por mais que o acordo inicial fosse outro, e por maior que fosse o meu receio e sensação de insegurança, estava preparada para ir a campo sozinha, contando com todas as condições e materiais necessários à minha disposição (máquina fotográfica, máquina filmadora, gravador, formulários impressos, etc), igualmente accordados anteriormente.

Entramos em contato — supervisores do Palin e eu — com lideranças/representantes dos quilombos onde o projeto já havia sido apresentado e confirmada a participação da comunidade. Primeiramente com Dona Marcinha, do quilombo Tomás Cardoso, que disse que não poderia me receber naquele momento porque os moradores estavam em um regime de mutirão de construção de casas na comunidade. Contatamos então Maria Madalena, da Comunidade Extrema, que foi muito solícita, confirmou que poderia me receber, inclusive mobilizando sua cunhada, Terezinha, para que eu ficasse hospedada na casa dela. Fiquei bem feliz e satisfeita, pois poderia me organizar para ficar em torno de dez a quinze dias e voltar.

Porém, por desentendimentos institucionais, o Palin não conseguiu que o DSC/UnB liberasse a verba para o custeio do meu trabalho em campo. Foi uma situação bem desagradável, principalmente por ter que desmarcar com as quilombolas que haviam se prontificado em me receber e já estavam me aguardando. Entrei em contato novamente com elas e me desculpei. Naquele momento comprehendi que na relação interinstitucional havia fatores que eu ainda não assimilava e situações na qual não tinha a menor autonomia, por mais que me organizasse.

Logo, só poderia esperar que essa questão institucional fosse resolvida, onde a mim nada competia. Porém para dar continuidade aos trabalhos de alguma forma e me aproximar dos quilombos, me propus a participar da equipe de apresentação do projeto nas comunidades selecionadas que ainda não haviam sido visitadas. Assim, com o consentimento do Palin, acompanhada da supervisora de campo do projeto de pesquisa maior/UFAL da região centro-oeste, Priscila Olin, e a Professora do Departamento de Serviço Social da UnB, Dra. Lucélia Pereira, fiz a visita de apresentação do projeto do Palin/Fiocruz em outras três comunidades quilombolas durante os meses de maio e junho de 2017.

2.4 APRESENTAR E SER APRESENTADA – REALIDADES E DEFINIÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO

Nas visitas de apresentação era convocada uma reunião com os/as quilombolas pela liderança ou representante que havia sido contatado/a pelo telefone. A primeira que visitamos foi a comunidade quilombola Baco Pari, município de Posse, no fim de maio de 2017. Além de nós três, foi também o discente Jefferson que trabalhava no Observatório da Saúde da População Negra do Núcleo de Estudos em Saúde Pública e que pretendia integrar o projeto de pesquisa maior/UFAL. Fomos todos/as muito bem recebidos/as por Isaías, chefe da Associação Quilombola de Baco Pari, filho de uma das matriarcas da comunidade, Dona Duvirge. Enquanto

aguardávamos a chegada de todos/as na Igreja de Nossa Senhora Aparecida, Isaías iniciou um monólogo contando a saga que vivem com a questão da água.

Relatou a violência do poder público (município), perpassando por repressão policial na tentativa de retirada de material que seria usado para as tubulações de água, conflitos internos, com comunidades vizinhas, etc.

Após pouco tempo, a Igreja de Nossa Senhora Aparecida estava lotada para a reunião. Os encontros importantes sempre acontecem lá, pois a Santa é a padroeira da comunidade, “preta como a gente”, como orgulhosamente afirmava Isaías. Eles se interessaram muito pelos projetos. Contaram que ninguém ia lá, que mal tinham assistência à saúde e recomeçou o assunto, dessa vez dominando todas as bocas: a falta d’água. Eu me despedi com uma sensação nova no peito e com a certeza de que voltaria para lá.

Figura 2 - Reunião de apresentação dos projetos na Igreja de Nossa Senhora Aparecida – Baco Pari.



Fonte: Acervo pessoal da autora (maio de 2017).

Em junho de 2017, dessa vez apenas eu e a Professora Dra. Lucélia, fomos fazer este mesmo trabalho de apresentação na comunidade quilombola Forte, no município de São João d’Aliança. O acesso a esta comunidade era extremamente difícil e a estrada de chão estava em péssimas condições. Ofereceram-nos um carro da prefeitura adequado para chegarmos lá, porque do contrário seria praticamente impossível. O lugar é de uma beleza extraordinária, ao pé da Serra Geral, uma longa cadeia rochosa que separa a Bahia de Goiás.

Figura 3 - Rua em quilombo do Forte, Serra Geral ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal da autora (junho de 2017).

Havia no cadastro do projeto de pesquisa maior/UFAL cerca de 50 famílias no quilombo, mas havia várias casas fechadas e a comunidade estava bem esvaziada. A reunião ocorreu na varanda da casa e restaurante de Dora, que é raramente aberto e funciona mais para ciclistas que fazem trilhas na região. Poucas pessoas estavam presentes na reunião, cerca de 7 ou 8, e foi ligeiramente conflituosa.

Alguns moradores nos receberam muito bem, outros perguntaram por que estávamos querendo fazer pesquisa lá, desabafando que não gostavam de pesquisadores. Esse conflito de opiniões na comunidade sucede ao fato de duas pesquisadoras que estiveram lá terem encontrado uma carta de alforria de 1862. Isso gerou certa repercussão midiática. Em reportagem, foi utilizada a chamada intitulada “Um povoado que ficou perdido no tempo”¹³.

Inclusive, essa reportagem, que contava a descoberta das pesquisadoras, estava emoldurada no restaurante de Dora. Um morador se manifestou, apontando para a matéria: “Falarão isso aí, que aqui é um quilombo. Aí chamam a gente de atrasado, de perdidos no tempo. Aqui falta tudo, mas não estamos perdidos no tempo não.”

Ocorre, em linhas gerais, que a comunidade que já é de difícil acesso, fica muito distante da sede do município e a circulação de bens e serviços é extremamente escassa. Então, alguns habitantes não gostam de serem identificados enquanto comunidade quilombola por entenderem que o termo “quilombo” conota algo semelhante a atraso, derivado dessa repercussão midiática. Rechaçam que a identidade quilombola reforce o isolamento, a falta de estrutura, associando que essa atitude referente à comunidade quilombola veio depois que

¹³Exemplo disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=46757>.

pesquisadores estiveram no local. Houve até uma discussão durante o nosso encontro entre os moradores sobre a legitimidade de serem quilombolas, visto que alguns discordavam, outros falavam da muralha de pedras em local próximo, questionando quem a teria construído. E aí se deu uma forte discussão interna, que me pareceu já ser corriqueira.

A recepção, no geral, não foi das melhores, mas algumas pessoas foram extremamente gentis e nos mostraram a pequena comunidade. Em uma casa fui convidada a entrar e nesse momento o casal estava comendo um doce de banana feito por eles. A organização espacial da comunidade seguia um formato circular: as casas são bem próximas e dialogam com uma paisagem admirável, visto que o município de São João d'Aliança já é o início da Chapada dos Veadeiros.

Figura 4 -Cozinha no Quilombo do Forte



Fonte: Acervo pessoal da autora (junho de 2017).

Figura 5 - Doce de banana caseiro no Quilombo do Forte



Fonte: Acervo pessoal da autora (junho de 2017).

Como o projeto de pesquisa maior/UFAL prevê que todos os resultados dos exames realizados sejam entregues aos quilombolas e à Secretaria de Saúde do município ao qual o quilombo pertence, os moradores que estavam mais desconfiados se interessaram mais pela pesquisa. Cabe destacar que esse era um momento chave nas apresentações: garantir uma devolutiva aos quilombolas ao fazer a articulação entre Universidade (Pesquisa) e Secretaria de Saúde Municipal. Era deixado explícito que não poderíamos resolver qualquer pendência, mas o órgão competente e responsável na área teria esse conhecimento, pois é fato que existe essa carência de um banco de dados.

Dias depois, em outro momento, a Profa. Lucélia, Priscila Olin e eu fomos para a comunidade de Flores Velha, município de Flores de Goiás. Este quilombo tem uma formação muito peculiar. Existe uma pequena cidade (Flores de Goiás), nitidamente dividida entre uma parte mais antiga e outra mais contemporânea. Há casarões históricos, uma antiga igreja fechada e com as paredes sustentadas por troncos de madeira porque está prestes a desabar e algumas ruínas também eram presentes nessa área, sendo muito pouco habitada. Na frente desta igreja nos disseram que já existiu um pelourinho. Flores Velha já tem documentário e também livro escrito sobre sua formação sócio-histórica e cultural, intitulado “História de Flores de Goiás – 1653 a 1993”, obra de Deuzimar de Souza Ferreira, escritora quilombola local. No sítio da internet da Câmara Municipal de Flores de Goiás se afirma que Flores de Goiás é remanescente de um dos primeiros quilombos da história do Brasil¹⁴. Há também relatos de que há muito tempo a comunidade é dividida, pois teriam chegado no local fazendeiros brancos vindos da Bahia fugindo de uma grande seca e se instalado nas regiões do quilombo.¹⁵

Nesta parte antiga não se acha quase ninguém. Dizem que muitos foram para as fazendas nos arredores. Contrastando um pouco com esse centro, as fazendas são lotes grandes com casas muito, muito distantes uma das outras e a estrada é de chão. Foi em uma dessas fazendas que fomos recebidas, à noite, durante uma Festa do Divino Espírito Santo. Entre uma cantoria e uma curraleira, dança típica da região, fizemos um rápido encontro nos fundos da casa do

¹⁴“Comprovado pelo registro paroquial de Nossa Senhora do Rosário em Flores de Goiás e história do seu povo relata, que chegaram as margens do rio Paraná negros fugitivos das lavouras de cana de açúcar do litoral, sertão baiano e das minas de ouro, por volta do século XVII. No registro paroquial mostra a fundação de uma Vila por nome de Flores em 1653 pelo bandeirante Manoel Rodrigues Tomar apelidado de Flores com sua comitiva de homens brancos pobres e escravos do seu poder. Nesta época, já se encontravam famílias africanas instaladas ali. O Quilombo tinha o nome de Conceição composto por negros e indígenas.” Disponível em: <http://cmfg.gov.br/historia.php>. Acesso em junho de 2018

¹⁵“Mais tarde chegaram no quilombo fazendeiros baianos fugindo de uma grande seca que assolava o sertão baiano e diminuíam suas riquezas, uniram ali ao Quilombo, mais ainda eram separados apesar de cultuarem a mesma divindade os fazendeiros brancos tinham também sua capela e praticavam separadamente suas festividades.” Disponível em: <https://floresdegoias.gov.br/site/historia>. Acesso em junho de 2018

anfitrião que estava recebendo a festa, onde apresentamos muito brevemente os projetos a um determinado grupo. Falamos da dificuldade que poderia ser a logística inclusive (eram muito longas as distâncias para os pesquisadores trabalharem a pé), o número de famílias que esperávamos, a questão dos equipamentos, etc. Logo, o padre presente nessa reunião nos sugeriu conhecer Fazenda Canabrava, que é uma outra comunidade, cerca de 140 quilômetros distante dali, mas pertencente ao território quilombola de Flores Velha. Todos os presentes concordaram ser uma boa ideia imediatamente.

No dia seguinte fomos à Fazenda Canabrava e, como nos foi orientado, entramos em contato com Cida, a agente de saúde da comunidade, visto que lá não possui uma liderança local e ela estaria mais próxima de desempenhar esse papel. Cida se interessou prontamente pela pesquisa e deu resposta positiva para nos receber em nome da comunidade. Durante a visita inicial (para apresentação dos projetos), pudemos presenciar a feitura de farinha de mandioca por alguns moradores e, ainda, sermos presenteadas com sacos da farinha.

Figura 6 - Feitura em Casa de Farinha, Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (junho de 2017).

Figura 7 - Feitura em Casa de Farinha, Fazenda Canabrava 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora (junho de 2017).

Durante esse tempo de dois meses, a liberação da verba para meu trabalho de campo não acontecia, indicando algumas tensões com a questão orçamentária. Usávamos o carro particular da Profa. Lucélia para as visitas e as diárias dos pernoites em pequenos hotéis das cidades mais próximas eram administradas por Priscila Olin. Ambas sempre foram extremamente e inquestionavelmente responsáveis, profissionais, éticas, amigáveis e solícitas. Tampouco competia a elas qualquer questão orçamentária. Nossa interação ao longo da pesquisa sempre foi das melhores e permanece até os dias atuais. São duas profissionais que sempre me ajudaram muito.

O tempo foi passando e constatei duas dificuldades: o pequeno orçamento de um projeto de tamanha magnitude como o projeto de pesquisa maior/UFAL e a complexidade dos acordos institucionais para a liberação de verba concernente aos dias de campo para uma pesquisadora do Projeto Palin/Fiocruz (subordinado àquele).

Nestas experiências de apresentação do projeto, compreendi realmente a dificuldade que seria a questão dos acessos: estradas difíceis, casas muito espaçadas por vezes, sede dos municípios distantes das comunidades, dentre outros. Esses fatores, aliados ao fato de que eu era a única que realizaria a pesquisa qualitativa (sem equipe), problemas pessoais com saúde na família que não me permitiam que eu me ausentasse por um longo período, e ainda e principalmente, sem a liberação da verba até o fim de junho, fizeram com que, definitivamente, minhas supervisoras e eu concordássemos que a melhor opção seria eu acompanhar a equipe de saúde que iria atuar no projeto de pesquisa maior/UFAL. As pesquisas de campo seriam realizadas concomitantemente, num mesmo momento e território.

Já estava certo que o projeto de pesquisa maior/UFAL ocorreria ao longo do mês de julho de 2017 durante o recesso universitário da UnB. Esta seria apenas uma das etapas de trabalhos em campo, pois foi previsto que o primeiro campo duraria cerca de quinze a vinte dias, onde seriam percorridas cinco comunidades quilombolas e isto não totalizaria as quatrocentas residências que precisariam atingir. Entretanto para a pesquisa do Palin em que eu participaria, diante dos acontecimentos, essa conjuntura parecia a mais apropriada para a pesquisa acontecer. Desse modo não perderia a oportunidade de realizar a pesquisa (ou não correríamos o risco em postergar ainda mais) e teria os custos de passagem, hospedagem e alimentação cobertos — como acordado formalmente desde minha assinatura do contrato com a Fiocruz Brasília em 2015 — em conjunto com a equipe do projeto de pesquisa maior/UFAL.

Em 09 julho de 2017 se iniciaram efetivamente os trabalhos de campo, com planejamento de visita a cinco comunidades quilombolas localizadas no nordeste de Goiás: Fazenda

Canabrava (Flores Velha), Baco Pari, Extrema, Povoado Levantado e Família Magalhães, todas pertencentes à municípios próximos entre si.

Num outro momento o projeto de pesquisa maior/UFAL ainda percorreria as comunidades quilombolas: Tomás Cardoso, município de Barro Alto; Pombal, município de Santa Rita do Novo Destino; e do Forte, município de São João d'Aliança.

Eu, enquanto único membro de outra pesquisa em meio ao grupo — realizando um trabalho de campo que *a priori* seria feita em coletivo, com trancamento justificado na universidade, questões pessoais com a saúde na família e dificuldades de liberação orçamentária por parte do projeto para minha autonomia — estava bem incerta quanto às possibilidades futuras. Conjuntamente, estava com grande expectativa do que ocorreria em campo.

Em campo eu tinha recursos próprios e limitados. Também se tornava difícil realizar tarefas ao meu tempo e maximizar a qualidade da pesquisa. Procurei estratégias como me distanciar um pouco do grupo e buscar certa independência — ou do contrário, me juntar a ele quando fosse oportuno — porém, continuava sem autonomia e, obviamente, com desvantagem operacional.

Adicione-se o fato do curto período para se obter tantos dados e a fundo sobre produção de alimentos, comensalidade, uso da terra e dos recursos naturais, histórico e questões atuais. E há de se considerar que foram quatro quilombos. Eu era apenas uma pesquisadora, e mais, entre vários outros pesquisadores de outro projeto. Foi extremamente desafiador.

O fato é que eu era vista pela comunidade como membro de uma grande equipe de pesquisadores em saúde. Tentava enfatizar a diferenciação da pesquisa que realizava aos quilombolas. Certamente chegava com outra abordagem em relação à equipe do projeto de pesquisa maior/UFAL. Algumas vezes conseguia me debruçar em longas e boas conversas. Acredito também que o fato de eu ser uma mulher negra, com experiência em educação popular, já tendo realizado trabalhos em comunidades quilombolas, além de diversas outras em comunidades rurais, eram fatores que me favoreciam numa aproximação mais afetuosa. Muitas vezes tive a devolutiva de que era mais prazerosa e fácil a pesquisa que eu realizava por parte dos quilombolas.

Não me restringi unicamente a uma determinada metodologia em campo, mas me utilizei de procedimentos qualitativos onde “A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados.” (CRESWELL, 2010, p. 206).

Realizei 32 entrevistas formalmente (com a assinatura do Termo de Autorização), adicionadas às conversas informais que por vezes acontecia com os/as entrevistados/as ou

mesmo quando outro/a quilombola aparecia no local, encontros nas caminhadas entre uma casa e outra, etc.

Abaixo, listo os quilombos onde foram realizadas as pesquisas, por ordem de visitas, seguidos dos municípios onde estão localizados, o quantitativo de entrevistas realizadas e total de dias permanecidos:

Tabela 1 - Quilombos participantes da pesquisa.

Quilombo	Município	Nº de entrevistas	Tempo de permanência
Fazenda Canabrava (Flores Velha)	Flores de Goiás	09	07 dias
Baco Pari	Posse	08	04 dias
Extrema	Iaciara	08	03 dias
Levantado	Iaciara	07	02 dias

Fonte: A Autora (2019)

A realização da coleta dos dados da pesquisa qualitativa do Palin/Fiocruz em campo foi feita basicamente por mim durante 16 dias. A Profa. Lucélia Pereira acompanhou a coleta de dados durante os dois finais de semana que ocorreram a pesquisa. As visitas dela foram fundamentais para orientações, esclarecimento de dúvidas, auxílio nos imprevistos que ocorriam em campo, entrega de materiais, entre outros.

Os materiais utilizados em campo foram:

- Equipamentos eletrônicos: gravador de voz e aparelho celular para registro fotográfico e audiovisual;
- Questionário semiestruturado sobre “Hábitos e Patrimônios Alimentares” contendo vinte perguntas, elaborado pelo Palin, aplicado com atores-chave;
- Instrumental sobre Características Gerais da comunidade, elaborado por mim, para me orientar em conversas com os/as mais velhos dos quilombos, lideranças e/ou representantes a respeito do histórico e questões atuais que julgassem pertinente;
- Caderno de Campo e
- Termo de Autorização para utilização de imagem e depoimentos para fins de pesquisa do Palin e do Pós-Afro, concedendo entrevista e direito de uso dos dados (posteriormente assinado por cada quilombola participante).

Ademais, nessa dissertação, utilizei fontes documentais em processos do acervo da Fundação Cultural Palmares e RTID, para apresentar questões socio-históricas em diálogo com as narrativas, a fim de compreender os complexos históricos vinculados a migração das populações e formação dos territórios quilombolas.

Logo, como informei, parte fundamental do procedimento de coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa se baseia no método qualitativo, apesar de não se limitar a ele, que de acordo com John W. Creswell consiste em:

- **Observações qualitativas:** são aquelas em que o pesquisador faz anotações de campo sobre o comportamento e atividades dos indivíduos no local da pesquisa. Nessas anotações de campo, o pesquisador registra, de uma maneira não estruturada ou semiestruturada (usando algumas questões anteriores que o investigador quer saber), as atividades no local da pesquisa. Os observadores qualitativos também podem se envolver em papéis que variam desde um não participante até um complemento participante.
- **Entrevistas qualitativas:** o pesquisador conduz entrevistas face a face com os participantes, entrevista os participantes por telefone ou se engaja em entrevistas de grupo focal¹⁶, com seis a oito entrevistados em cada grupo. Essas entrevistas envolvem questões não estruturadas e em geral abertas, que são em pequeno número e se destinam a suscitar concepções e opiniões dos participantes.
- **Documentos qualitativos:** coletados durante o processo de pesquisa pelo investigador. Podem ser documentos públicos (p. ex. jornais, minutas de reuniões, relatórios oficiais) ou documentos privados (p. ex. diários pessoais, cartas, e-mails).
- **Materiais audiovisuais:** categoria final dos dados qualitativos que consistem em fotografias, objetos de arte, videotape ou qualquer forma de som. (CRESWELL, 2010, p. 214).

As entrevistas com foco em alimentação foram realizadas a partir de entrevistas semiestruturadas pelo questionário “Hábitos e Patrimônios Alimentares”, elaborado pelo Palin. Ele sempre foi aplicado com atores-chave, tais como: agricultoras/es, cozinheiras, produtoras/es locais, agentes de saúde, extrativistas, criadoras/es de animais, fazedoras/es de remédios

¹⁶Não utilizei grupo focal, mas entrevistas com “atores-chave”, como será elucidado a seguir.

caseiros, representantes de associações, benzedeiras, idosas/os, representantes culturais e educadoras/es. A partir dessas entrevistas semiestruturadas, eu também procurava ter conversas mais informais e aprofundar determinados diálogos quando sentia essa abertura ou mesmo a necessidade. Algumas vezes o instrumental sobre características gerais me norteava nessas conversas.

Esse instrumental, levei por conta própria e era aplicado com menor rigor, com lideranças, representantes e/ou pessoas mais idosas que poderiam ter conhecimento mais detalhado sobre o histórico da comunidade. Várias questões que continham nele já eram respondidas ao longo das conversas informais. Levei-o mais para minha orientação, para saber melhor de dados que considero importantes como história, cultura, religiosidade, festividades, etc. Não seguia um roteiro específico como ocorria com o questionário do Palin.

O questionário do Palin era o primeiro que eu buscava aplicar. Após cada entrevista, os participantes me indicavam outros atores-chaves para que eu pudesse conversar e me apontavam onde eram suas residências. Muitas vezes a distância era uma curta caminhada, onde encontrava as casas por referência simples, outras vezes seriam horas de caminhada nas quais eu jamais chegaria sozinha desconhecendo o quilombo.

A partir da aplicação do questionário do Palin, conversávamos sobre alimentação e os quilombolas acessavam memórias individuais e coletivas, como também elementos extremamente presentes e atuais. Os atores-chaves tinham forte contato com as relações de cultivo, produção de alimentos e medicamentos tradicionais, relação com o meio ambiente, etc.

Há também um fato de extrema importância: a maioria dos/as quilombolas da região são (ou já foram) agricultores, então tratar de plantio e produção de alimentos é algo cotidiano na vida de muitos deles, algo que está enraizado nas suas construções identitárias. Muitas vezes, fatores estavam relacionados com a historicidade, cultura, religiosidade, dentre outros e, por isso, utilizava partes do instrumental de características gerais nessa mesma entrevista, obviamente me atentando para a disposição, disponibilidade e interesse do/a entrevistado/a em responder. Alguns quilombolas gostavam muito de conversar e contar sobre a comunidade, falavam do prazer em participar da entrevista. Outros ficavam mais desconfiados e não se alongavam muito nas respostas e, nesses casos, eu procurava ser mais breve. Mas sempre me davam indicações de pessoas que pudessem conversar mais e melhor, seja de fatores alimentares ou questões sócio-históricas, que definitivamente se entrelaçam.

Inicialmente eram coletados dados pessoais de cada entrevistado/a como: nome, idade, local de nascimento, tempo de moradia na comunidade, escolaridade, profissão, religião e ainda

local de nascimento dos pais¹⁷. As perguntas do questionário do Palin já remetiam muito à memória (alimentos que comiam na infância), transformações socioculturais (alimentos que não consomem mais), características socioambientais (relação com plantio), etc. Ademais, me dava indicativos se o/a quilombola era mais ativo/a politicamente, se as condições socioeconômicas eram favoráveis (afinal, considerarem estarem se alimentando “bem” ou “não” é um forte indicador), relações comunitárias e sociabilidade (plantio, produção ou comensalidade), etc. Ou seja, a partir da aproximação pelo questionário do Palin, pude obter informações importantíssimas por si só e ainda abria caminhos para conversas informais (onde obtinha dados valiosos) sobre questões históricas, sociais, culturais, conflituais, que já me preenchiam as lacunas sobre as características gerais.

Para a coleta de dados, o principal foco, inicialmente, se deu pelo questionário “Hábitos e Patrimônios Alimentares”, adotando-se como procedimento metodológico a entrevista semiestruturada. Convém destacar que, além de meu trabalho e interesse, muitas vezes a aplicação desse questionário foi até mesmo uma estratégia de aproximação com os entrevistados. A população me diferenciava um pouco da equipe de pesquisa em saúde principalmente pela metodologia e conteúdo diferenciado do projeto de pesquisa maior/UFAL, como também pela minha forma de abordagem. A partir dele se iniciava uma apresentação minha, como um primeiro acesso para posteriores conversas e momentos de maior aproximação, onde já ficávamos mais à vontade para abordarmos outros assuntos. Além disso, esse questionário já me dava alguns indícios acerca da família e/ou do quilombo, pois alimentação é algo muito cotidiano, que remete tanto ao passado quanto ao presente. O caderno de campo era o instrumento em que anotava muito das minhas percepções pessoais.

Seguindo os caminhos do instrumental de características gerais, abriam-se possibilidades para outras falas como educação local e conhecimento de políticas públicas, por exemplo. Muitas vezes as informações vinham de forma fragmentada, fazendo com que vários/as quilombolas contribuíssem com as respostas a respeito dessas características. Por exemplo, a diretora da escola (que também era a cozinheira em sua casa) sabia informações mais específicas sobre educação; os mais idosos sobre conjuntura histórica e os mais jovens e/ou com representação sócio-política na comunidade eram mais familiarizados com os conceitos de quilombos. Os representantes culturais e tocadores (músicos) já vinham com outras referências, histórias e memórias, e assim por diante. As vivências e lembranças de um quilombo possuem

¹⁷Estas duas últimas não constavam no questionário, adicionei em minha metodologia a fim de buscar informações sobre origem e cultura dos moradores.

várias vozes e olhares, afinal é uma comunidade. Assim, eu ia colhendo algumas frequências e raridades nas diferentes narrativas.

Foram nesses momentos que compreendi que a história dos quilombos Fazenda Canabrava (Flores Velha), Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado, não se iniciava ali, naqueles territórios. Igualmente, foi por esses caminhos que, mais uma vez, compreendi a função primordial de acesso e uso da terra quando tratamos de alimentação em comunidades rurais quilombolas.

O diálogo entre questões ambientais e territoriais, o acesso à terra e a políticas públicas (historicamente negadas ou muito limitadas) está intrínseco aos estudos em alimentação e produção de alimentos em comunidades rurais e quilombolas.

Logo, nas próximas seções, prosseguirei abordando questões de acesso à terra pela população negra para que possamos compreender mais a fundo a situação dos territórios quilombolas e as estratégias do Estado no contexto de uma abolição inconclusa. O ponto de partida para a formação de territórios quilombolas é a negação do direito à terra às populações negras em diferentes períodos.

Após resgatar trajetórias pessoais e da pesquisa, que compõem esse trabalho, intento daqui em diante trazer reflexões acerca do acesso à terra no Brasil e seus impactos sob a população negra. A alimentação se inicia antes da prática do comer. Assim, trago reflexões acerca do acesso à terra, ambiente e alimentação. Finalmente, trarei um apanhado de dados coletados em campo sobre produção e consumo alimentar permeando a história (acesso à terra e formação do território) e o atual uso da terra e do território de cada quilombo participante da pesquisa.

Ressalto, mais uma vez, que utilizei determinadas metodologias, mas não estou ancorada nelas. Fiz grande esforço em pensar epistemologicamente essa pesquisa e confesso que por muitas vezes foi confuso diante de tantas interseccionalidades até compreender que tratar de tal tema em territórios quilombolas é sistêmico, complexo e profundo. Não à toa este trabalho perpassa o papel do Estado perante as comunidades negras, o histórico dessas comunidades quilombolas, as diversas narrativas em conversas informais, respostas de entrevistas semiestruturadas, o meu olhar nos territórios e a minha compreensão da indissociação entre a questão ambiental e social.

3 CERRADO QUILOMBOLA

A partir daqui trago à consideração alguns temas que suponho essenciais na reflexão sobre a alimentação em comunidades quilombolas. A relação de acesso à terra historicamente vivida pelas populações negras no país e as estratégias do Estado em dificultá-las são alguns aspectos que configuram a formação dos quilombos Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado. Essa relação tem como pano de fundo as tensões étnico-raciais em nosso país e na região, além de aspectos do cerrado, a questão ambiental, saúde e as práticas alimentares dos quilombos propriamente ditas. Cada elemento citado, por si só, já é de grande complexidade e, a meu ver, possibilita (e por vezes exigem) bifurcações — mas todas dizem respeito à terra, em seu sentido amplo.

Nesse conjunto, vale destacar o papel do Estado assim como negações e lacunas históricas, no caso, de dados e pesquisas. Meu intuito não é me aprofundar na discussão desses temas em particular, mas trazer à tona a importância da interação desses fatores na formação dos territórios quilombolas e os seus contextos atuais. Em relação aos dados coletados em campo, irei discuti-los em confronto com fontes documentais, como o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) advindos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e arquivos da Fundação Cultural Palmares (FCP), além de outras referências teóricas.

3.1 OS QUILOMBOS DO NORDESTE GOIANO

Fazenda Canabrava é uma comunidade pertencente ao território quilombola Flores Velha. Flores Velha é um grande território que possui várias comunidades e se localiza na sede do município de Flores de Goiás. Fazenda Canabrava é parte do território de Flores Velha e está a mais de cem quilômetros de distância da sede do município, onde há outra comunidade e resquícios arquitetônicos de outros tempos, estando essa parcela do território parcialmente inhabitada e grande parte em ruínas.

Logo que fizemos a visita de apresentação do projeto, observamos nesse antigo centro da cidade que havia casas antigas e a antiga igreja Nossa Senhora do Rosário, onde era proibida a entrada visto que estava com risco de desabamento. Flores Velha reivindica sua visibilidade enquanto um dos primeiros quilombos do Brasil, ainda enquanto Quilombo da Conceição, formado por escravizados fugidos das lavouras de cana-de-açúcar do litoral por volta do século XVII. A população de Fazenda Canabrava é formada por pessoas que vieram de Flores Velha,

como também de fazendas vizinhas de Minas Gerais e Bahia. O processo de início da Comunidade de Fazenda Canabrava, especificamente, não era sabido por muitos dos habitantes, mas era bem mais recente à formação de Flores Velha. Porém, ao contrário de Fazenda Canabrava, Flores Velha contém alguns registros documentais que serão abordados aqui.

As comunidades quilombolas Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado, diferentemente, têm origem em um mesmo núcleo familiar, que migrou da Bahia há cerca de cem anos. Não sabem dizer ao certo de que região migraram. Como é fato, o movimento migratório ou mobilidades humanas na busca de melhores condições de vida, muitos quilombolas narraram a trajetória de seus antepassados na busca de boas terras para viver, estando diretamente implícita a possibilidade de plantar e colher. Nessa trajetória teriam saídos todos da Bahia, onde alguns se fixaram próximo ao município de Posse e formaram a comunidade quilombola Baco Pari. O outro grupo seguiu o rumo do município de Iaciara, onde se consolida o quilombo Extrema e posteriormente o Povoado Levantado, estando estes bem próximos.

Esses fatos fizeram com que eu me questionasse muito sobre a questão do acesso à terra pelas populações negras. A provável necessidade de migração em paralelo aos poucos anos de abolição no Brasil e as condições impostas pelo Estado para se efetivar o direito à terra pairaram, mais do que nunca e repentinamente, os meus pensamentos. Quais condições de sobrevivência uma população negra rural em tempos pós-abolicionistas teria? Como pensar a alimentação em quilombos rurais se não considerarmos a questão da terra? Enquanto geógrafa e pesquisadora de instituições públicas (Universidade Federal e Fundação vinculada ao Ministério da Saúde), considerei muito pertinente trazer as ações do Estado no que concerne às suas ações de impacto realizadas para a população negra no acesso à terra, que é um direito básico.

Figura 8 - Mapa da localização dos quilombos Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado:



Fonte: A Autora (2019)

Em comunidades quilombolas rurais, como muito do que se refere à alimentação perpassa diretamente o uso da terra e autonomia dos quilombolas sobre seus territórios, considero chave iniciar a discussão pensando a complexidade dos quilombos brasileiros e a formação desses territórios. Há pouquíssimo conhecimento da situação dos atuais quilombos no Brasil. Atualmente, há 3.386 comunidades remanescentes de quilombos¹⁸ (ou seja, quilombos ou comunidades quilombolas) certificadas pela Fundação Cultural Palmares. O fato é que a formação deste país ao longo da sua história econômica, territorial, social, política e cultural está diretamente relacionada à exploração, luta, resistência e heterogeneidade das populações negras (e indígenas) que aqui estiveram e estão.

Quase nada se sabe da formação dos quilombos nos diversos períodos no passado. Sobre sua conjuntura atual, igualmente, existe muito pouco. A caótica estrutura fundiária do Brasil, seja rural ou urbana, se deu pela exploração e negação das populações negras. Aliás, o

¹⁸Dados atualizados até a Portaria nº 138 de 02/08/2019.

latifúndio, a desigualdade e nossa estrutura socioeconômica se devem à intensa e sistemática exploração e negação de dignidade às populações negras por parte do Estado.

O geógrafo, professor e integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), Diosmar Santana Filho, destaca a relação fundiária, econômica e política na formação dos quilombos desde os tempos de colonização:

Os eventos resultantes da expansão marítima estabelecem a estrutura e função das terras com a invasão e colonização do continente americano por espanhóis e portugueses. O Brasil é a única Colônia portuguesa erguida nesse processo, por meio de uma relação hierarquizada e patrimonialista que vai sustentar o econômico, o político e o poder com a propriedade privada da terra, sendo que nesse espaço e tempo se organiza o contra espaço com uma nova configuração socioespacial: os Quilombos (SANTANA FILHO, 2018).

O também geógrafo, professor e pesquisador Rafael Sanzio dos Anjos, referência em estudos diaspóricos e mapeamentos de comunidades quilombolas, acrescenta:

A introdução das populações africanas e suas matrizes culturais e tecnológicas no Brasil vão ocorrer simultaneamente à implementação da agroindústria do açúcar, baseada na monocultura e no latifúndio (1540). Os primeiros quilombos vão surgir nesse contexto de expansão do ciclo econômico colonial da cana-de-açúcar na região Nordeste, tendo a resistência como característica básica, no entanto, manifestando-se de distintas formas, de acordo com o contexto histórico e cultural (RAFAEL SANZIO, 2009, p. 50).

No Brasil, para muitos, a única referência de quilombo que temos é Palmares. O Quilombo dos Palmares foi o maior do Brasil e estima-se que também das Américas. Localizado no atual município de União dos Palmares, estado de Alagoas (nas serras da então capitania de Pernambuco), é a região onde se concentrava o ciclo açucareiro colonial. Sua origem é imprecisa, mas remonta ao fim do século XVI. Palmares chegou a ter cerca de 20 mil habitantes e a ocupar uma área de aproximadamente 27 mil quilômetros quadrados, sendo constituído de vários quilombos que, mesmo localizados de forma esparsa, estavam articulados de forma econômica, política e militar. (GOMES, 2015)

Ter o Quilombo dos Palmares como símbolo e memória, tanto para o passado como para o presente é essencial, necessário e salutar, é honrar e dignificar nossa história. Porém, é necessário dar visibilidade a conhecimentos sobre outros quilombos e as diversas possibilidades de formação desses territórios, em diferentes tempos e lugares no Brasil.

No Brasil, o grande Quilombo dos Palmares serviu de modelo a determinada forma de insurgência negra que se alastrou por todo o país, de tal modo que, quando foi proclamada a abolição, a grande maioria da população negra já se libertara e vivia em infinitos quilombos (LUZ, 2013, p. 145).

O primeiro quilombo em que estive para realizar a pesquisa de campo foi Fazenda Canabrava, comunidade pertencente ao território quilombola Flores Velha, no município Flores de Goiás. O quilombo Flores Velha é o antigo Quilombo da Conceição e é requisitada pelo povo florense (população natural do município de Flores de Goiás) a sua legitimização como um dos primeiros quilombos brasileiros. Há registros históricos a esse respeito, inclusive como expõe a Associação Quilombola Flores Velha em Flores de Goiás:

Flores de Goiás é remanescente de um dos primeiros quilombos da história do Brasil. Comprovado pelo registro paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Flores de Goiás e história do seu povo, relata que chegaram as margens do rio Paraná negros fugidos das lavouras de cana de açúcar do litoral, Sertão baiano e das minas de ouro por volta do século XVI. No registro paroquial mostra a fundação de uma Vila por nome de Flores em 1653 pelo bandeirante Manoel Rodrigues Tomar e sua comitiva de homens brancos e escravos do seu poder. Nesta época, já se encontravam famílias africanas instaladas ali. O Quilombo tinha o nome de Conceição composto por negros e indígenas.

[...]

Diante dessas circunstâncias eram povos vindos da África especificamente dos povos Bantus, Angola, Congo e Golfo Guiné que é origem do povo negro de Goiás que é origem do povo negro de Flores de Goiás.¹⁹

A referida associação quilombola afirma que Flores Velha fez parte da rota do povo Kalunga, na qual alguns teriam seguido para Cavalcante (GO) e outros permaneceram no local onde hoje é Flores de Goiás. Criticam o esquecimento e não interesse local, inclusive pela ausência de “cachoeiras e estudos científicos”²⁰. Denunciam questões fundiárias ocorridas ao longo do tempo e afirmam que a região teria ficado à mercê da exploração de grileiros e madeireiros que invadiram ou obrigaram quilombolas a venderem suas terras a preços irrisórios. A relação de mobilidade e formação territorial desses povos é muito pouco conhecida.

Os Kalunga de Cavalcante têm a mesma descendência do povo florense. A diferença é que Flores de Goiás foi vítima da grilagem de terras, e exploração de madeira das suas densas matas que chegaram a chamá-la de rainha das aroeiras. Muitos homens brancos se misturaram ao povo quilombola e indígenas ali existentes. [...] Os pesquisadores só apontam a Chapada dos Veadeiros como povo kalunga sem ao menos imaginar que Flores de Goiás foi um dos pontos da rota dos escravos fugidos das Minas de ouro e do sertão baiano, seguiram o Vão do Rio Paraná até chegar exatamente na curva do rio, fizeram parada acamparam e viram que era um lugar seguro e com farta alimentação. Outros seguiram rumo às serras das chapadas. Portanto faz-se de Flores de Goiás uma das primeiras comunidades negras do Brasil. Com datas comprovadas em registros, Flores de Goiás equipara as datas de Palmares. Até o período de 1950 só existia um povoado cercado pelas matas e rios. Os primeiros contatos com outras civilizações eram feitos pelos representantes da

¹⁹Ofício 009 de abril de 2017 da Associação Quilombola Flores Velha em Flores de Goiás – GO em “Esquecidos na História Kalunga” Fls. 35– Processo 01420.015245/2013-86 da FCP.

²⁰Destaque da autora.

comunidade que fizeram a primeira estrada na década de 60 pelo machado, foice e enxadão.²¹

Como já explicitado, Fazenda Canabrava está no território quilombola de Flores Velha e conforme confirmado no RTID: “O antigo quilombo é sede do poder executivo municipal, seus quilombolas se espalharam por toda a área rural do município contando com comunidades a mais de 130 km de distância da sede como Chapada, Canabrava, Brejo e Santa Maria”.²²

Nas entrevistas e conversas informais, as informações sobre a formação de Fazenda Canabrava eram dadas de forma um pouco fragmentada. Os habitantes vieram de diferentes lugares, mas majoritariamente de Flores Velha e regiões de Minas Gerais e Bahia. A informação é que o território era de Miguel Lopo, antigo dono de uma fazenda chamada Canabrava. Alguns poucos moradores tinham algum tipo de referência/contato direto com Miguel Lopo, pelos mais diversos motivos: pais trabalhavam para ele e/ou compraram lotes dele, ou mesmo pessoas que eram descendentes do fazendeiro.

A questão central aqui é problematizar a formação dos múltiplos quilombos no país, pois está impregnado no senso comum a ideia de quilombos enquanto territórios formados apenas durante os períodos do Brasil colônia e império. Há um pensamento comum sobre os quilombos que os concebe como espaços consolidados num passado relativamente distante, assim como suas práticas e modos de vida.

Para o imaginário brasileiro, quilombos foram agrupamentos de africanos escravizados fugidos de engenhos, fazendas e minas, que tentaram reproduzir vida comunitária à semelhança da África, terra de origem, para fugir dos maus tratos infligidos pelo senhorio branco europeu (MOURA, 2004, p. 62).

No entanto, é temerário cristalizar a ideia de uma única configuração de formação de quilombo e de insurgência negra. Mesmo assim, ainda permeia no imaginário nacional o fato de que os quilombos se formaram apenas durante o período de escravidão, a partir de fugas de escravizados. Além disso, imagina-se que viveram e até hoje vivem essencialmente de forma isolada, sendo muitos semelhantes entre si.

Essa é uma crença infundada por desconsiderar a pluralidade das populações negras que aqui estiveram e hoje estão, assim como uma noção extremamente limitada dos processos políticos e históricos que decorreram no Brasil.

²¹Ofício 009 de abril de 2017 da Associação Quilombola Flores Velha em Flores de Goiás – GO em “Esquecidos na História Kalunga” Fls. 35– Processo 01420.015245/2013-86 da FCP.

²²Ofício 009 de abril de 2017 da Associação Quilombola Flores Velha em Flores de Goiás – GO em “Esquecidos na História Kalunga” Fls. 35– Processo 01420.015245/2013-86 da FCP.

Com o histórico geracional de exploração, sem direito e política de reparação após a abolição, como viveria a população negra? É inadmissível pensar o processo pós-abolicionista sem mínima análise de conjuntura do modelo imposto e organizações (e exclusão) da população negra, “como se a abolição tivesse implicado o desaparecimento, num toque de mágica, dos quilombos, ou como se a mobilização pelo acesso à terra tivesse data marcada para se encerrar” (MELLO, 2012, p. 54). É preciso compreender os territórios quilombolas enquanto uma constante histórica e atual.

Tudo no Brasil ocorreu legalmente para que a população negra não tivesse acesso à terra. Consideremos o marco histórico da Lei de Terras, que foi estrutural para a formação fundiária do país, que foi mais uma vez baseado na exclusão da população negra. Alguns anos antes da Lei Áurea, em setembro de 1850, foi sancionada a Lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico, mas não a escravidão. Apenas após quatorze dias de ter sido sancionada a Lei Euzébio de Queiroz, foi instituída a Lei 601, a Lei de Terras. Em sua obra *A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI* (2017), Diosmar Santana Filho apresenta marcos históricos impostos pelo Estado no insistente empenho em vetar direitos territoriais à população negra.

A Lei de Terras pode ser considerada o maior golpe a todo fenômeno promovido pelos negros que vivem em territórios quilombolas no Brasil, pelo seguinte motivo: os negros, em quilombo, não terão dinheiro para comprar a terra e tampouco, poderão provar sua posse por tempo de uso e benefício. (SANTANA FILHO, 2018, p. 112)

É essencial considerar que a Lei de Terras veio de um processo de longos anos de discussão pelo Estado até sua implementação. “E isto não seria entendido como uma casualidade, se não fosse contextualizado no processo que anuncia a iminência da abolição da escravidão e da implantação do trabalho livre.” (GERMANI 2006 *apud* SANTANA FILHO 2018 p. 113).

Está dado que a Lei Euzébio de Queiroz seguida da Lei de Terras em 1850 e a abolição da escravidão em maio de 1888 não são uma sequência de legitimações ao acaso. Não é difícil delinear a sistemática estratégia do Estado brasileiro em aliança com a elite de supremacia branca, eurocentrada, no intuito de dar continuidade à exploração e negação de direitos da população negra na organização política, social e econômica do território nacional.

Cabe o destaque de que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão.

Em 5 de maio de 1888, a Princesa Isabel, em Ato Normativo pautado no poder pela autoridade, leva ao fim o trabalho escravo oficial do negro no Brasil. Isso representará para os territórios quilombolas novos embates com as estruturas representativas do Estado, que no ano seguinte é transformado numa federação ilustrada pelo modelo liberal dos Estados europeus. Na estrutura Republicana são criados os espaços

subnacionais (estados e municípios), fruto do golpe militar que, em de novembro de 1889, alterou o regime do Estado de Império da República dos Estados Unidos do Brasil, no entanto, os artigos da Constituição de 1889 não irão tratar em nada daquilo que exclui a população negra do acesso à terra pública, agora pertencente à União e estados. (SANTANA FILHO, 2015, p. 117)

Após séculos de violências, torturas, crimes, mortes — físicas e simbólicas — e massiva exploração do trabalho, havia chegado o momento de viver “em liberdade” sem (grandes) acúmulos materiais e certamente, em sua maioria, sem possibilidade de acessar a terra como previsto em lei e ainda sem política compensatória por parte do Estado.

A questão é que ele²³ não muda as estruturas, mas, agora, estabelece novas funções para a terra no mercado nacional e internacional. Essa nova geopolítica da terra vai avançar sobre os territórios quilombolas, que não recuarão e se ampliarão em todo o território pela migração interna dos negros do Nordeste, para o norte, sul e para as minas e cafezais. (SANTANA FILHO, 2015, p. 114)

Foi nesse contexto, considerando uma migração interna nas primeiras décadas do século passado, que se consolidaram os territórios quilombolas de Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado, os outros três quilombos participantes dessa pesquisa. Saídos da Bahia devido a negação de direitos vivenciada por seus antepassados, os seus habitantes chegaram e se fixaram em Goiás. Após a abolição, infere-se que não era mais uma via-de-regra que os quilombos criassem fortalezas, articulassesem negociações e/ou estratégias de isolamento para gozarem de alguma liberdade. Porém, as populações negras ainda precisariam persistir para a proteção e manutenção de seus modos de vida e territórios, fossem as terras em que se encontravam nesse período, ou fossem em outros territórios.

O que aconteceu com os quilombos depois de 1888 com o fim da escravidão? Com sua extinção não havia mais escravos e, portanto, fugitivos. Mas os quilombos e mocambos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão. Eles nunca desapareceram, porém não os encontramos mais na documentação de polícia e nas denúncias de jornais. Os vários quilombos — que já eram verdadeiramente microcomunidades campesinas — continuaram se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das formas campesinas do Brasil de norte a sul. (GOMES, 2015, p. 120).

Ainda no roteiro da visita aos quilombos mencionados, logo depois da pesquisa de campo em Fazenda Canabrava, fomos para a comunidade quilombola Baco Pari, em Posse (GO). O município de Posse faz fronteira com a Bahia e a sede do município está bem mais próxima da comunidade quilombola (cerca de vinte quilômetros).

²³Referente aos artigos 1º e 4º, onde o autor afirma que pode ser configurada outra espacialidade que se formará com este novo ordenamento territorial provocado pela Lei de Terras.

A comunidade migrou da Bahia e não se sabe ao certo qual município de origem. O ano exato da chegada de seus ancestrais também é impreciso, mas as narrativas localizavam as primeiras décadas dos anos 1900. O que é fato é que migraram de um território de negação e se fixaram em outro.

Como eu tinha feito um contato em visita anterior (para a apresentação do projeto), a proposta de investigação já tinha sido apresentada para um considerável número de moradores e moradoras. Então, vários já me reconheciam e acenavam com afeição.

Fui primeiramente à casa da Dona Duvirge (73 anos), soridente senhora e referência local. Ela mora com sua filha Luciana (37 anos). Dona Duvirge é natural de Baco Pari, o pai é nascido na região e a mãe é da Bahia. Atualmente ela tem seis filhos, dezesseis netos e quatro bisnetos. Um de seus filhos é Isaías, líder comunitário e presidente da Associação Quilombola de Baco Pari.

Logo nos primeiros momentos da conversa, ela contou sobre sua origem, o que já reflete a história e formação de toda comunidade quilombola de Baco Pari. São descendentes de uma família de baianos, vindos em grupo provavelmente de Vila de Macaúba, e foram se casando e tendo filhos e filhas com pessoas de povoados próximos em Goiás.

Minha mãe veio de Bahia. Esse pessoal aqui quase tudo. Hoje os que veio de Bahia já não existe mais, né. Ficou os filhos, netos, bisnetos. Veio da Bahia um bocado de gente, minha mãe era moça, veio de lá ainda solteira ainda. Mãe, tia, avó. [...] Meu pai era daqui do Goiás, eu não sei de que parte. Pelo menos uma irmã dele que eu conheci morava em Água Quente aí no rumo da Extrema, lá pra lá de Iaciara. Agora mãe eu sei que veio da Bahia. Eu ouvia mãe falar em Vila de Macaúba. Eu sei que pra fazer compra, comprar e vender as coisas eles iam pra Feira de Santana (TOMÁS, 2017)²⁴.

²⁴Entrevista com Duvirge Ferreira Tomás em 17 de julho de 2017.

Figura 9 - Dona Duvirge e neta na porta de sua casa.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017)

Toda a comunidade quilombola é consciente desse histórico e origem comum. A migração da Bahia para o Goiás de seus antepassados em busca de melhores condições de vida é uma narrativa comum e coletiva. Consta no RTID de Baco Pari:

Safram da Bahia, contam, devido à falta de terra e condições mínimas à sobrevivência. Imaginável precariedade considerando o lugar em que se assentaram e estão hoje, pois ainda sim oferece parcas condições.

A memória local conta sua história a partir deste evento. Pouco se sabe exatamente do passado ou da família ancestral deixada na Bahia. Ou pouco se quer falar, lembrar e cultivar. Apenas lembranças de que a vida ali não era mais possível para aquele grupo de pessoas errantes à procura de terras, que localizaram e cultivaram um lugar vindo a chamá-lo de Bago Pari, dando origem a todo o povoado que constitui hoje a comunidade. Como mesmo dizem "*Aqui é uma família só*".

Essa, ruptura com uma memória mais profunda, anterior à ida para Posse é perceptível. Dos mais velhos aos mais novos da comunidade, os únicos pronunciamentos a respeito são que não havia mais terra e água, que não era possível sobreviver, que "era muito sofrido". O porquê destas questões não se apresenta mais vivo nas lembranças. (RTID de Baco Pari, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Pág. 43)

Sobre este processo de chegada, em posterior conversa com Isaías, o filho de D. Duvirge, ele afirma:

A maioria [da família] veio junto. Chegaram em Posse, levou 30 dias de viagem, porque na época não tinha carro, né. Era no casco do burro, do jegue, do cavalo. Era com carga, buraca e menino dentro de uma buraca e vieram até chegar em Posse. Chegaram em Posse e aí se acumularam por lá mesmo e depois foram se esparramando, foram descendo pra cá e arranjaram esse ponto por aqui. A primeira geração veio do meu bisavô. Não sei quando vieram, mas deve ter quase 100 anos já.

Porque tem a velha Marciana lá em cima, ela já vai pra 88 anos e ela nasceu aqui (SILVA, 2017)²⁵

Dona Marciana (88 anos) é a pessoa mais idosa da comunidade. Uma quilombola com semblante cansado e que apesar de solícita não tinha muita disposição para se delongar nas respostas das perguntas que eu fazia. Confirmava prontamente que o pai e mãe eram da Bahia, não sabe de onde especificamente, mas afirma que vieram em um grande grupo: “Eles foi num grupo de lá pra aqui. Mudou tudo pra aqui. Era família, amigo, vizinho, tudo veio pra aqui. Não sei por que foi que veio pra cá, porque eu nasci foi aqui. Vieram aqui pra botar roça e plantar. [...] Veio tudo da Bahia” (ESTEVÃO DE JESUS, 2017).²⁶

Ainda sobre a relação do acesso à terra, consta também no RTID de Baco Pari:

A saga da família e a conquista de um território são contadas como algo do mais alto valor *dignificante* pelos mais velhos. Foi essa *dignidade* do acesso à terra que passou a se erguer a vida comunitária. E é a partir deste ponto que a memória se torna mais coesa com a identidade cultivada pelo grupo. (RTID de Baco Pari, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. pág. 47)

Figura 10 - Dona Marciana e sua neta



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

²⁵Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

²⁶Entrevista com Marciana Estevão de Jesus em 18 de julho de 2017.

O único morador entrevistado que tinha lembranças de ouvir algo sobre seus antepassados com alguma referência ao período escravocrata, especificamente, foi Antônio (52 anos), o sanfoneiro do quilombo. Disse ouvir dos mais idosos a esse respeito, mas que ele era muito criança e não se atentava às conversas.

Conheci pouco meus avós que logo Deus panhou. [...] Eu já vi esse povo aí mais de idade contava isso aí, mas eu mesmo não cheguei não. Mas o povo mais de idade contou essa história de escravo, que tinha essas coisa, que a gente rezasse muito pra não acontecer isso (SILVA, 2017)²⁷.

Os quilombolas de Baco Pari não sabem exatamente por que seus antepassados migraram para esta região, mas a chegada das primeiras famílias remete ao início do século XX. Pode-se inferir um contexto pós-abolição. Neste período houve forte movimento migratório tanto de fazendeiros quanto de descendentes de escravizados/as e ex-escravizados e escravizadas em busca de terras para o plantio no centro-oeste do país. Essas populações negras enfrentaram todos os tipos de intempéries para manutenção, chegada e/ou fixação nos seus atuais territórios, criando diversas estratégias de sobrevivência. Tal fato foi constatado nas conversas que tive com os quilombolas de Baco Pari assim como em Extrema e Povoado Levantado, como será exposto a seguir.

Após alguns dias em Baco Pari, seguimos para o município de Iaciara, a 35 quilômetros de distância do município de Posse, rumo aos quilombos Extrema e Povoado Levantado. Os quilombolas ocuparam juntos, enquanto um grupo/família, a mesma região. O Povoado Levantado se originou de Extrema e se encontram muito próximos espacialmente um do outro. Desde os primeiros contatos telefônicos (ocorridos anteriormente, quando iria sozinha para realizar a pesquisa) sempre reafirmaram que são duas comunidades, mas se consideram como uma só.

A primeira pessoa que entrei em contato para entrevistar foi Terezinha, no quilombo de Extrema. Estava muito ansiosa para conhecê-la, visto que eu tinha me comunicado anteriormente (quando planejava ir a campo só, nos primeiros contatos) e ela havia carinhosamente se prontificado a me receber em sua casa. Dona Catarina, mãe de Terezinha, uma senhora de 80 anos e matriarca da comunidade, estava junto a nós e, com a fala mansa e dificuldades de audição, também participou da entrevista. Quando perguntei a Dona Catarina, nascida em Extrema, de onde eram seus pais, ela me respondeu que seus pais eram de Macaúba, na Bahia. Surpreendi-me com a coincidência e falei da semelhança com Baco Pari. Logo

²⁷Entrevista com Antônio Claro da Silva em 19 de julho de 2017

Terezinha (53 anos) me respondeu: “Esta família é praticamente uma só: Baco Pari, Extrema e Levantado. É tudo parente. Ainda não foi em Levantado não, né? Quando for vai ver que nossos rostos são tudo parecido, é tudo uma família só!” (TEREZINHA, 2017)²⁸.

Inicialmente fiquei surpresa pela rota migratória de uma mesma família/comunidade saída da Bahia ter sido ainda mais extensa do que eu imaginava quando estive em Baco Pari. Não tive acesso aos RTIDs dos quilombos Extrema e Povoado Levantado advindos do INCRA. Mas, posteriormente, fui pessoalmente à Fundação Cultural Palmares solicitar os processos e arquivos da instituição para obter maiores informações. Ao manusear tais documentos, percebi que, infelizmente, são muito menos detalhados do que os RTIDs, mas pude colher algumas informações quanto ao acesso à terra da população de Extrema e Povoado Levantado. Consta na certificação proveniente da FCP da comunidade quilombola Extrema (que mais uma vez confirma a origem comum com os quilombolas de Baco Pari):

Segundo os relatos dos mais velhos, entre 1924 e 1925, aconteceu a migração deste povo da Bahia para Goiás. Vieram em duas turmas na década de 20. Usavam jumentos para transporte da carga e de crianças. Os adultos vieram a pé e muitos trouxeram os filhos colocados no pescoço. [...] Continuaram andando até chegarem a Posse-GO. Foi o primeiro ponto, em seguida acharam colocação em uma fazenda chamada Sabonete (Iaciara-GO) cujo proprietário se chamava Argemiro. Passados alguns anos, meu bisavô e os irmãos acharam uma "gleba" de terra para comprar este lugar denominado Extrema, onde até hoje moram nossos parentes. Este terreno foi comprado entre 1932 e 1933 por nove irmãos... com passar do tempo, quatro foram para o Alevantado [Povoado Levantado] e cinco ficaram no povoado Extrema.²⁹

As informações se complementam. Enquanto no Processo de certificação da comunidade quilombola Povoado Levantado, está o seguinte relato:

Somos descendências dos quilombolas e índios: diz nossos pais que os avós deles foram pegos através de cavalheiros e cachorros. A migração destes povos da Bahia pra cá, dizem eles que foi de 1924 a 1925. Vieram em duas turmas. [...] Passados uns anos meu pai, os irmãos e meus avós acharam uma gleba de terra para comprar num lugar denominado Extrema, aonde até hoje moram nossos parentes [...] Passados mais uns anos, isto pelos anos 40 a 41 meu pai Esperidião Bispo da Silva achou um sítio de cana para trabalhar a meia. Ele mudou da Extrema e foi para o brejo São Francisco aonde situava o sítio de cana. Após sete anos de trabalho o patrão achou que não tava bom: colocou gado no canavial. Por esse motivo, fez com o que o papai desconfiasse e se abandonasse o sítio e procurou arranjar uma gleba de terra para comprar. E Deus iluminou. Lá pelos anos 1951 o papai encontrou com o senhor Manoel Antonio Gilberto, que lhe ofereceu uma gleba de terra e o pai aceitou, comprou este terreno e registrou. Chamou seus dois

²⁸Entrevista com Terezinha em 21 de julho de 2017

²⁹Histórico da Comunidade Quilombola da Extrema. (narrador não identificado no Processo) Sistema Informatizado de Gestão Arquivada de Documentos – SIGAD da Fundação Cultural Palmares – FCP. Processo nº 01420.000935/2014-11. Comunidade Quilombola Extrema.

irmãos, para vir trabalhar e morar com ele. [...]Estas descendências moram todos juntos neste lugar denominado Levantado no município de Iaciara-Goiás.³⁰

Nessa primeira entrevista em Extrema, Dona Catarina me informou que seus pais, os baianos João Damaceno Rocha e Feliciana Maria da Conceição, migraram com os 4 filhos para a região em Goiás. Os outros cinco filhos que o casal teve, inclusive D. Catarina, nasceram em Extrema. Uma das filhas faleceu durante a migração, na caminhada. Ela morreu queimada na beira do Rio São Francisco quando o grupo fez um pouso para pernoitar. Um trauma advindo de uma tragédia em uma das noites da viagem marca a difícil travessia das primeiras pessoas que chegaram em Goiás vindas da Bahia desses quilombos:

Os meus pais vieram de lá pra cá. Uma irmã minha morreu queimada do lado de lá do rio. E foi sepultada do lado de cá do rio São Francisco. Quando vinha de lá pra cá. Era criança. Ela urinou na roupa e foi esquentar... E a roupa pegou fogo. [...] Ela urinou dormindo, abriu a roupa na fogueira para esquentar, era pequena. Na hora que eles vieram correndo pra arrancar a roupa dela, não houve meio de arrancar essa roupa dela. Pegaram barrela fria do sereno e botou em cima. Chega fumaçou, mas não deu conta, a menina morreu. E ela foi sepultada do lado de cá [na outra margem do rio] (CATARINA, 2017)³¹.

Esse é um fato bem marcante na comunidade. A morte dessa criança é muito memorada nos quilombos enquanto história coletiva e esforços para a chegada até onde estão. Sobre a origem das famílias e a relação do acesso e uso da terra, Dona Catarina explica:

Eu sei que eram nove irmãos que vieram da Bahia e procuraram assim, esse lugar, né. Moraram aqui os nove, depois dividiram, uns foram pra Levantado, outros ficaram aqui. Por isso que disse que é tudo uma família só. [...] Eles diziam assim, que lá [Bahia] não tinha onde trabalhar, que eles vieram pra aqui porque aqui tinha onde trabalhar. Só isso. Que lá onde eles morava era pouco. Pouca terra pra trabalhar, aí eles vieram embora (CATARINA, 2017)³².

Dona Catarina e Terezinha discorreram que onde estavam em Bahia não tinham terra, que chegaram no Goiás para trabalhar, inicialmente para fazendeiro e depois de alguns anos conseguiram comprar a terra. Seus antepassados fizeram uma migração ardua, onde além do falecimento da criança, passaram muita sede e fome na viagem. Trouxeram farinha na carga e esse era o alimento. D. Catarina afirmou que o grupo só veio a alimentar-se dignamente quando chegaram em Sabonete (atual comunidade vizinha).

³⁰Fala de Anastácio Bispo da Silva. Histórico da Comunidade em Sistema Informatizado de Gestão Arquivada de Documentos – SIGAD da Fundação Cultural Palmares – FCP. Processo nº 01420.001903/2010-18. Comunidade Quilombola do Povoado de Levantado.

³¹Entrevista com D. Catarina em 21 de julho de 2017.

³²Entrevista com D. Catarina em 21 de julho de 2017.

Figura 11 - Dona Catarina, anciã do quilombo Extrema, e eu.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Ou seja, os quilombos Extrema e Povoado Levantado são originários de uma mesma família migrante da Bahia, que se dividiu por questões de acesso à terra, majoritariamente, mas estão extremamente próximas no sentido físico e imaterial. As condições, cultura e práticas são realmente muito semelhantes nos dois quilombos. Estão a menos de cinco quilômetros de distância entre si.

Os quilombos Extrema e Povoado Levantado, no município de Iaciara, seguem o mesmo fio condutor histórico e espacial: são oriundos da mesma família dos quilombolas de Baco Pari, uma mesma família que se dividiu ao longo do trajeto/migração.

Como afirmei, fiquei surpresa quando, em Extrema, ouvi sobre serem todos oriundos de uma mesma família. Havia ouvido as histórias em Baco Pari, mas não houve relato de membros que seguiram outro rumo e outros foram se fixando ali. Fiquei pensativa primeiramente quando soube do vínculo familiar e, logo depois, indagando uma rota migratória ainda mais extensa do que eu imaginava quando estive em Baco Pari.

Um grupo saiu da Bahia, parou em Baco Pari e alguns por lá ficaram. Outros seguiram para onde hoje é o quilombo Extrema e anos depois alguns moradores de Extrema fundaram o Povoado Levantado. Esses são muito próximos entre si em todos os sentidos: vínculos familiares, condições socioeconômicas, sociabilidade, cultura e, inclusive, espacialmente. Eles realmente se tratam e narram como sendo todos uma família só.

A origem comum das populações dos quilombos Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado encontra-se também ratificada no citado trecho do RTID de Baco Pari, no qual consta que “saíram da Bahia, contam, devido à falta de terra e condições mínimas à sobrevivência”, no início das décadas de 1900. A formação de comunidades quilombolas muitas vezes foi imperativo de sobrevivência, visto que o Estado deixou a população negra abandonada à própria sorte. Diversas formas de organização e manutenção de vida foram realizadas pelas comunidades negras em espaços rurais e também urbanos.

Nesse trabalho darei destaque às comunidades rurais, pois foram as que participaram da pesquisa. Destaco aqui que foram as comunidades quilombolas rurais que protagonizaram a luta por direitos quilombolas. Para as atuais comunidades negras rurais constituídas no pós-abolição, Glória Moura (2004) propõe o termo quilombo contemporâneo:

Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência, em terra dada, comprada ou secularmente ocupada. Valoriza tradições culturais de antepassados (religiosas ou não) e as recria no presente. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência étnica (MOURA, 2004, p. 64).

A partir do mesmo termo “quilombos contemporâneos”, é possível avançar, conforme sugerem os professores e pesquisadores Adalmir da Silva e Edivania Oliveira (2017):

Não posso deixar de relatar aqui também, a formação dos quilombos depois da “abolição da escravatura”, denominados “quilombos contemporâneos”, nos quais a população negra “livre” foi largada sem indenização, trabalho e nem perspectiva de vida, sendo obrigada a continuar trabalhando nas fazendas por migalhas, perambulando pelas regiões em que trabalhava, sendo discriminada, explorada e marginalizada. Diante destas e outras situações muitos negros ainda conseguiram trabalhar, comprar terras, ocupar terras públicas, e vários outros tipos de posse. Houve também a expulsão de vários quilombolas de suas terras, tendo que formar outros quilombos, já que suas terras foram invadidas por latifundiários ou empreendimentos governamentais, ou ainda, em raros casos, por fenômenos naturais, a exemplo de secas e enchentes (SILVA; OLIVEIRA, 2017, p. 174).

O geógrafo baiano Diosmar Santana, aqui já citado, define a atualidade no conceito da formação territorial quilombola:

Território Quilombola é a constituição da população negra na terra e se reconhece pela sua própria trajetória social e política, dotada de relações comunitárias específicas e diferenciadas pela ancestralidade responsáveis pela sua resistência à exclusão social e histórica, moderna e contemporânea (SANTANA FILHO, 2018, p. 42).

Insisto na reflexão, pois foram diversas as complexidades, períodos e investidas na formação de quilombos. Um caso marcante no Brasil de luta por terra conquistada pela compra, por exemplo, foi do quilombo de Conceição das Crioulas em Pernambuco, ainda no início do século XIX. Seis negras que lá chegaram, trabalharam no plantio e na fiação do algodão,

vendiam sua produção na cidade e com muitos esforços conseguiram arrendar uma área. Ainda assim, os conflitos fundiários permaneceram, pois a terra adquirida era invadida por famílias de rendeiros de terras. Os conflitos por terra na região foram muitos, constantes e graves e uma das várias consequências dos conflitos foi a atual redução do território comprado. Outra consequência lastimável, já dialogando com a questão ambiental e autonomia sobre seus territórios foi que, em dado momento, as famílias quilombolas ficaram limitadas a trabalhar nas áreas mais distantes de suas casas, em terras rochosas e de baixa qualidade. (SILVA; OLIVEIRA, 2017). O desfrute dos plenos direitos em seus territórios frequentemente foi (e ainda é) uma dificuldade para diversas comunidades quilombolas. Nos diferentes períodos brasileiros, independente da maneira que ocorreu a formação desses quilombos e a apropriação de suas terras,

[...] o fato de muitas comunidades não terem se originado a partir da fuga ou de insurreições não poderia obstar seu reconhecimento enquanto remanescentes de quilombos, já que o que estava em jogo era o reconhecimento de formas diferenciadas de acesso à terra e de territorialidades específicas que foram submetidas a um histórico comum de segregação, descriminalização e marginalização social (MELLO, 2012, p. 42).

Buscar as diversas elaborações de formação de quilombos nos ajuda a compreender a situação das comunidades na atualidade envolvendo principalmente os aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais, econômicos, nos diferentes territórios. E mais, nos faz indagar sobre as inúmeras articulações realizadas pelas populações negras nesses aspectos, seus papéis, ações e protagonismos.

É necessário tensionar a respeito das consequências nas espacialidades das populações negras e dos quilombos por todo Brasil. Enquanto geógrafa, posso afirmar que nós, brasileiros, temos uma leitura hegemônica sobre a formação do território nacional e nela há a omissão e apagamento das comunidades quilombolas (e indígenas) enquanto protagonistas na formação de seus territórios.

Antes desta pesquisa, eu, pesquisadora do tema e natural do DF, não imaginava que, em Goiás, se localiza uma comunidade quilombola que se originou por volta do século XVI. “Que talvez seja tão ou mais antiga que Palmares”, como disse um quilombola quando lá estive, ainda na visita inicial para a apresentação do projeto. Esse apagamento histórico nos dá uma dimensão da narrativa do branqueamento da formação territorial no centro-oeste brasileiro e do estado de Goiás, aqui em especial.

Pensar rotas, divisões, estratégias em contextos migratórios de famílias nos anos pós abolição é necessário, quanto mais na formação de um dos mais antigos do Brasil. Obviamente

ocorreram fluxos posteriores e por isso também houve a formação de Fazenda Canabrava. A mobilidade é um fator humano de sobrevivência na busca por melhores condições de vida e oportunidades. Esse é um fato presente — e histórico — nos mais diversos grupos populacionais do Brasil.

A história territorial brasileira é vasta e complexa, permeada de múltiplas negações e conquistas vivenciadas pela população negra (e indígena). Traçar esse panorama para chegarmos à alimentação, permeando a questão ambiental e de saúde, se faz essencial. Se a cultura alimentar muito vem da terra, torna-se imperativo falar dela, do acesso à terra, do uso da terra. Para a população quilombola, terra vai além de espaços para produção: representa identidade, cultura, patrimônios materiais e imateriais. Terra e quilombo caminham juntos e por isso insisto nessa análise histórica e geográfica. Inclusive, isso também é tratar de ambiente, da questão socioambiental, pois é indissociável da questão identitária.

3.2 TERRITÓRIOS E OS POVOS NO BIOMA

A conquista pelo direito à terra é muito recente e foi uma luta pela visibilidade e por direitos de comunidades quilombolas, sendo protagonizada por organizações de comunidades quilombolas rurais. Cem anos após a abolição, foi vitorioso o marco institucional de reconhecimento jurídico dessas comunidades na primeira medida de responsabilização do Estado. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 68, garantiu ao que denominaram remanescentes das comunidades dos quilombos, o direito à propriedade de seus territórios. O Art. 68 da Constituição Federal estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Vale destacar que o termo “remanescentes” de quilombos ou de comunidades quilombolas é muito criticado por diversos representantes do Movimento Negro e também da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) sob a alegação de que as comunidades quilombolas existentes no país não são remanescentes, restantes, ou mesmo ligadas ao passado. Porém é termo tratado institucionalmente pelo Estado até hoje. A defesa de quilombos enquanto atuais é uma luta constante.

Nesse marco do Art. 68, há dois pontos a ressaltar. O primeiro é a importância da garantia do território prevista em lei, ante todo o histórico de negação. O grande destaque é que este é o

ponto inicial da conquista de direitos em âmbito legal-institucional da população quilombola. Na data da promulgação do Art. 68, o próprio Estado não mensurava a quantidade de comunidades quilombolas presente no país tampouco suas complexidades étnicas, históricas e territórios que de fato ocupam. E pela primeira vez o Estado assume responsabilidade pelas comunidades quilombolas.

Se é impossível precisar com certeza absoluta como a mobilização de comunidades negras rurais resultou na criação de um artigo constitucional que reconheceu como sujeitos de direitos os remanescentes das comunidades de quilombos, é inegável que as referências aos quilombos foram uma das formas pelas quais as percepções sobre as desigualdades raciais e sobre a necessidade de políticas compensatórias que efetivassem, finalmente, os direitos negados à população negra após a emancipação, foram canalizadas (MELLO, 2012, p.37).

Porém, o segundo ponto é que, apesar de o Estado se responsabilizar oficialmente por meio da Constituição Federal, não o faz com o rigor e seriedade necessários. Não especifica como, nem quando, nem por quais meios lhes emitirá o título de propriedade definitiva. É inadmissível que, com o histórico apresentado, apenas em um Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) do Art. 68 escrito em duas linhas, o Estado se responsabilize por suas ações seculares de violência perante a população quilombola. Não à toa, mais de trinta anos depois, nem dez por cento dos territórios quilombolas existentes no país são titulados.

As comunidades quilombolas estão presentes por todo o país. De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (FCP)³³, em todos os estados reside a histórica resistência quilombola, com exceção dos estados de Roraima, Acre e Distrito Federal (dados que merecem problematização). Por região, das 3.451 comunidades quilombolas, 2.182 estão localizadas na região nordeste, 192 na região norte, 169 estão no centro-oeste, 539 no Sudeste e 369 no sul do Brasil. Cabe salientar que existem muitas outras comunidades quilombolas em processo de autoidentificação e que esses processos devem continuar no futuro. Em relação a essa característica, Ilka Boaventura Leite do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER) elucida sobre as possíveis dinâmicas de comunidades quilombolas ao longo dos tempos:

Ter uma base econômica que permitia a sobrevivência de um grande grupo significou, desde o seu início, uma organização sócio-política com posições e estrutura de poder

³³A partir do legítimo direito à autodefinição, preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Fundação Cultural Palmares emite certificação às comunidades quilombolas que assim se declaram. A FCP é uma autarquia federal, ao qual, entre outras funções, compete a emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral (prerrogativa do § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003).

bem definidas [...] Este caráter defensivo começa a mudar, em parte, com a Abolição, quando mudam-se os nomes e as táticas de expropriação, e a partir de então a situação dos grupos corresponde a outra dinâmica, a da territorialização étnica como modelo de convivência com os outros grupos na sociedade nacional. Mas por outro lado, inicia-se, a longa etapa de construção da identidade destes grupos, seja pela formalização da diferenciação étnico-cultural no âmbito local, regional e nacional, seja pela consolidação de um tipo específico de segregação social e residencial dos negros, chegando até os dias atuais (grifo nosso) (LEITE, 2000, p. 10).

Na região centro-oeste estão certificados 78 quilombos. No estado do Mato Grosso, 22 no Mato Grosso do Sul e 69 no estado de Goiás. Mas é desconhecida a realidade dessas populações como saúde, educação, acesso a direitos básicos, etc. Essa invisibilidade faz com que instituições de pesquisa, academia, poder público, entre outros, não saibam quais as reais condições de vida atual dessas comunidades quilombolas, que muitas vezes não acessam seus direitos garantidos por lei mesmo com exaustivas tentativas, ou até mesmo por os desconhecerem.

Analizar território é tarefa complexa, quanto mais das comunidades quilombolas no interior do país. Fatores materiais e imateriais não apenas interagem, mas compõem a formação do território que é coletiva. Para Demattei (2001) há aspectos ambientais e construção social histórica na formação de territórios (SAQUET, 2013).

O território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir. A identidade é compreendida para além do sentido de pertencimento ao lugar: “A identidade [...] deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas e de conhecimento, ‘construtores’ do território e de novas lógicas identitárias aos lugares”. (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005 *apud* SAQUET, 2013, p. xx).

As lutas em torno dos direitos das comunidades quilombolas são afirmadas na liminaridade em torno da terra devido ao meio de produção e reprodução dos grupos, como também por uma identidade coletiva própria e particular, vinculada a questões raciais e históricas remetentes ao passado escravista. Ou seja, é uma questão referida enquanto fundiária, étnico-racial e cultural (FIGUEREDO, 2011). É uma identidade complexa, que remete ao simbólico e ancestralidades, assim como o direito à terra, meio ambiente e uso do território, efetivamente.

Na interação de ambiente e população presentes nos territórios, se por um lado as comunidades quilombolas tiveram seus direitos ignorados e violados pelo Estado, o cerrado, assim como a caatinga, são biomas brasileiros historicamente depreciados. Um exemplo claro disso é que ao contrário do que ocorre com outros biomas brasileiros, o cerrado e caatinga

não são considerados Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira³⁴. Esse poderia ser um mero detalhe, neste caso, se esses biomas não abrigassem grande número de comunidades quilombolas — em contextos de formação a partir da migração para terras/ambientes menos valorizados, no centro-oeste e interior da região nordeste. Isso significa que são territórios, biomas e populações que estão esquecidas também das pautas oficiais ambientais e podem estar bastante vulneráveis.

Na região nordestina as terras de utilização agrícola mais fácil estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição. Os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituiu um problema social. Para o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras semiáridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente (FURTADO, 2003, p.144).

A biodiversidade do Cerrado também é muito pouco conhecida. É comum o imaginário de que o bioma é feio, pobre e árido, com restrita vivacidade e essa é uma das razões que contribuem para a invisibilidade dos povos que o habitam. Além disso, sua ocupação e povoamento, que são extremamente complexos por diversos fluxos e trocas culturais, se dão em uma história muito pouco registrada. Se tratando de comunidades quilombolas, essa lacuna fica ainda mais latente. Só há maior conhecimento dessas populações quilombolas quando há algum conflito fundiário bem específico. O estigma étnico-racial, num país onde o racismo estrutural é uma ordem social e a ciência é majoritariamente eurocêntrica, ocasiona poucos estudos e dados sobre as formações, práticas e culturas destas comunidades no cerrado. É importante considerar até que ponto tal fato não é intencional.

Identidades invisíveis, territórios negados. Estando o Cerrado sob a disputa de poderosos interesses políticos e econômicos, convém deixar que sua gente permaneça oculta e silenciada. Assim é que a realidade dos territórios tradicionais do Cerrado apresenta grande déficit em face do número e diversidade de populações tradicionais existente no bioma. Não obstante a grande concentração de quilombos em estados como Bahia, Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Mato Grosso, poucos são reconhecidos. (NOGUEIRA, 2001, p. xx).

Os fluxos para interior do Brasil ocorreram em variados momentos. Porém, durante o período colonial brasileiro, a exploração e extração mineral foi o primeiro marco indutor no povoamento do centro-oeste (onde predomina o cerrado contínuo).

³⁴Parágrafo 4º Artigo 225 da Constituição Federal de 1988: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A mineração impulsionou a importação de mão-de-obra escrava [escravizada] da África, determinando uma nova configuração para a população do Cerrado. Os índios foram, pouco a pouco, se interiorizando e interagindo com negros escravos [escravizados], trazidos pelos colonizadores para trabalhar na mineração, e com negros alforriados e quilombolas, que aproveitavam as vastidões das áreas centrais para buscar um espaço de maior liberdade (RIBEIRO, 2002 *apud* MELO, 2013, p. 36).

Nogueira (2010) afirma que a diversificação de culturas presentes no cerrado é fruto das variadas migrações, deslocamentos e fixação de núcleos populacionais neste vasto bioma. Ele é historicamente formado por sucessivos ciclos econômicos desde a colonização (monocultura, pecuária, extração de ouro e outros minerais) e entendido ora enquanto sertão, ambiente hostil, ou mesmo terra livre e sem divisas, onde ambos derivaram em uma livre ocupação do Cerrado. Nesse processo, se mesclaram novas e velhas formas de uso da terra e extração dos recursos naturais nativos. Práticas de diversas origens compunham saberes, técnicas e ferramentas. Neste processo houve diversas “trocas culturais entre índios, portugueses, paulistas, baianos, negros aquilombados ou não, o resultado é sociodiversidade” (NOGUEIRA, 2001, p. 41).

Muito posteriormente, na década de 30 do século passado, durante o governo Vargas, o fluxo migratório e a ocupação econômica se intensificaram a partir do projeto Marcha para o Oeste e este talvez seja um segundo marco da ocupação mais massiva no interior do Brasil. Essa foi uma política governamental para ocupar a região onde as terras eram vistas como ociosas e improdutivas (MELO, 2013).

Embora a dinâmica de ocupação não tenha sido a mesma para todas as regiões de abrangência do Cerrado, o processo ocorrido no Centro-Oeste do país é um bom exemplo de como iniciou a ocupação em massa do bioma. Nos anos 1938, a propaganda massiva do governo, no âmbito da Marcha para o Oeste, oferecendo terras baratas, acarretou em grande movimento migratório para esta região e foi responsável por altas taxas de crescimento populacional. Posteriormente [...] se tornou pôlo de atração de migrantes vindo do Nordeste e de Minas Gerais (SAUER, 1999 *apud* MELO, 2013, p. 38).

Paralelamente à complexidade e possibilidades de formações dos quilombos no Brasil, podemos pensar e questionar o povoamento e ocupação do cerrado nessa mesma época. Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, intelectual quilombola trata do modelo desenvolvimentista posto em prática no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945), onde são implementadas as grandes empresas estatais e maior aparelhamento militar brasileiro em nome do chamado “desenvolvimento” no país, já ameaçando os territórios tradicionais.

Foram tais mudanças e incrementos que, mais tarde, tornariam viável o rápido e acelerado processo de degradação e expropriação territorial seguida da conformação de grandes latifúndios voltados à monocultura de exportação, a urbanização e a

industrialização desenfreados, característicos do desenvolvimento da economia capitalista no Brasil (SANTOS, 2015, p. 51).

O estado de Goiás tem praticamente todo o seu território no Cerrado. A respeito das comunidades quilombolas de Goiás pouco se sabe. Muitas comunidades negras resistem desde a época que antecede a expressiva atividade de mineração no estado, assim como após a sua decadência. Também de extrema intensidade, outros ciclos e comunidades se formaram ao longo das distintas atividades socioeconômicas e rotas migratórias presentes na região.

O elemento negro no Estado de Goiás desempenhou, desde os primórdios de sua formação histórica, importante papel, colaborando na nossa formação étnica e evolução socioeconômica e cultural. Sua entrada no Estado de Goiás inicia-se com as bandeiras colonizadoras, seguindo no movimento minerador do ciclo do ouro e, mais tarde, no movimento migratório dos mineiros, baianos e outros, em busca de terras para lavoura e pastagem para o gado (BAIOCCHI, 1983, p. 17).

O bioma cerrado ocupa cerca de um quarto do território brasileiro, abriga grande sociobiodiversidade e é onde se localizam as nascentes das maiores bacias hidrográficas da América do Sul. O Cerrado é conhecido como Berço das Águas e além das nascentes, abriga os três maiores aquíferos nacionais: Guarani, Bambuí e Urucuia e as bacias Amazônica, São Francisco e Platina. Paralelamente, dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Escritório da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) afirmam que a extração de água na América Latina e Caribe “aumentou mais do que a média mundial, sendo principalmente utilizada pela agricultura [de extensão]. Em geral, a expansão da produção tem sido acompanhada pelo uso intensivo de insumos, degradação dos solos, perda de biodiversidade e o desmatamento” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS..., 2016, p. 36).

De acordo com o Atlas da Irrigação produzido pela Agência Nacional das Águas, com base nos dados da FAO (2017), o Brasil está entre os 10 países com a maior área equipada para irrigação do mundo. Nos anos recentes (2006 e 2014) houve um crescimento de 43% da área irrigada por pivôs centrais no país, onde 79% dela está localizada no cerrado (VEGA; BONFIM, 2018).

Este aparato é utilizado justamente para a agricultura de extensão, ou seja, o monocultivo (soja, milho, trigo, algodão, entre outros). Empresários e investidores estrangeiros atuam nessa ocupação do cerrado pela produção de grãos, em parceria e com incentivos do Estado brasileiro, causando perversos impactos, diretos e indiretos, sobre as comunidades tradicionais. Em pesquisa que denominou enquanto Geografia da Soja, estudioso afirma: “A redescoberta do cerrado pela razão técnico-científica e sua reocupação pelas políticas públicas, que privilegiam

grandes conglomerados econômicos, alcançam culturas, modos de vida, instituindo-lhes imposições do mercado" (RAMOS, 2008, p. 225).

Aqui seria genérico mensurar os reais estragos e choques que o projeto desenvolvimentista abarcado pelo agronegócio no cerrado pode causar, pois merece um estudo aprofundado. A questão é que existem graves desequilíbrios ambientais, climáticos, sociais e políticos nas atividades que os poderes dominantes impõem e atingem diretamente as comunidades quilombolas que habitam e dependem do cerrado.

Mas, para além das questões de ordem simbólica ou ideológica, é possível discernirmos outra razão a justificar a invisibilidade social dos Povos do Cerrado: as disputas territoriais acirradas que incidem sobre o bioma. As terras do Cerrado interessam a sojicultores, pecuaristas, plantadores de eucalipto e usineiros. A essas monoculturas está associado um grande número de obras de infraestrutura que tem também no Cerrado seu *locus* preferencial. Sem exagero pode-se afirmar que o bioma, hoje, cumpre a função de moeda de troca para a criação e implementação de alguns mecanismos de conservação da Amazônia – na lógica para do “para conservar um bioma, é preciso sacrificar o outro ou o país deixa de crescer”. Uma visão miope, que oblitera a significativa interdependência entre os biomas e explica, em grande parte, a licenciosidade (para não dizer: descaso) com que o poder público se comporta diante dos alarmantes índices de degradação ambiental do Cerrado. (NOGUEIRA, 2001, p. 43).

É comum no Brasil, ao tratar de preservação socioambiental, uma atenção concentrada em ambientes florestais. Assim, outros biomas (que não são considerados florestas) como o cerrado e a caatinga ficam majoritariamente apagados dos discursos oficiais dessas agendas, quando não são moedas de troca para que seja instaurado o agronegócio no discurso de preservação de outras áreas (consideradas florestais), como afirmou acima Mônica Nogueira (2001). O cerrado é um bioma diversificado em sua paisagem e ambientes e cumpre importantíssimas funções ecossistêmicas, concentrando essa relevância ao considerarmos a interdependência dos biomas (aquéferos, flora, fauna, chapadas, etc.). Há ainda uma sazonalidade de frutos, que não se caracteriza por um extrativismo concentrado, ainda desconhecido pela ciência. Vários elementos e comportamentos dos povos do cerrado são desconhecidos pela ciência, aliás. Porém as populações tradicionais do cerrado — indígenas, gerazeiros, quilombolas, entre outros — geralmente as conhecem e têm papel fundamental na sua preservação.

De uma forma geral não há reconhecimento da importância ecológica do cerrado, historicamente escamoteada no Brasil, nem da atual situação e gravidade do desmatamento no bioma. De acordo com análises do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM (2017), com base em números oficiais do governo brasileiro, o desmatamento do cerrado ocorre em um ritmo cinco vezes mais rápido que o medido na Amazônia. O tema do desmatamento é

bastante atual (causando, inclusive, tensões internacionais), mas o cerrado e suas populações tradicionais estão longe de estarem inseridos enfaticamente neste debate. Na discussão dos efeitos das alterações climáticas, acordadas e debatidas mundo afora, as comunidades quilombolas do cerrado estão exclusas.

3.2.1 O lugar das águas

Nos últimos anos o estado de Goiás compôs a área de expansão da chamada fronteira agrícola, onde foram atenuados os processos de concentração fundiária e acirramento dos conflitos agrários (MELO, 2013). O nordeste goiano faz fronteira com o oeste baiano (também área de cerrado), localidade em que o agronegócio está instaurado há anos, sendo essa a principal região produtora de grãos da Bahia. Por mais que estejamos enfrentando mudanças climáticas, com efeitos globais e locais (ocasionadas, em grande medida, pelo atual modelo de desenvolvimento econômico do grande capital), com significativas alterações de temperaturas e índices pluviométricos, é fato que o volume dos rios está diminuindo, mas há água na região.

Os quilombos Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado levantado, localizam-se na Bacia Hidrográfica do Vão do Paraná. De uma forma geral, Fazenda Canabrava é uma comunidade mais privilegiada na questão hídrica. É cortada por quatro rios: Canabrava, Água Boa, Santa Maria e Bonifácio. O Rio Bonifácio abastece boa parte da comunidade, além dos poços artesianos. A água do rio é captada por bomba d'água elétrica. A Prefeitura de Flores de Goiás arca com as despesas de energia elétrica junto à Companhia de Distribuição do Estado de Goiás (CELG)³⁵ para a captação da água. Parte desses rios é intermitente, secando durante os períodos de seca, fenômeno típico do cerrado. Felizmente, mesmo com dificuldades, nos períodos de seca a agricultura é possível, visto que em algumas áreas o solo mantém certa umidade devido ao lençol freático que ainda é rico pela matéria orgânica depositada. Na comunidade há inclusive uma cachoeira, onde, alguns moradores nos levaram (equipe de pesquisa) para conhecê-la em um domingo de folga da pesquisa. Mas isso não quer dizer que a comunidade não esteja sofrendo os efeitos das mudanças climáticas e ambientais. O volume dos rios vem diminuindo gradativamente e todos os entrevistados reclamam da escassez das chuvas.

³⁵Desde fevereiro de 2017, a CELG faz parte do Grupo Enel e agora passa a se chamar Enel Distribuição Goiás.

Figura 12 - Cachoeira em Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Porém, a ênfase aqui é a essencial reflexão sobre a formação dos quilombos contemporâneos em territórios de negação, sendo algumas áreas do cerrado um desses espaços até os dias atuais. O caso de Baco Pari é um exemplo fiel, infelizmente. Em entrevista com Dona Marciana, perguntei se tinha alguma informação de quem estava naquelas terras anteriormente, a fim de saber ou mesmo supor a respeito da situação da população migrante e/ou do território quando chegaram. Logo ela me deu uma importante informação sobre o lugar: “Diz que aqui morava um povo sem água. Que aqui chamava Rajado, porque o povo tudo era rajado. Rajado porque não tinha água, rajado de sujo. Já morava aqui esse povo sem água” (ESTEVÃO DE JESUS, 2017)³⁶.

A (ausência de) água é uma questão central no quilombo de Baco Pari, como será exposto a seguir. Mas essa fala de D. Marciana é chave para a compreensão de um problema histórico

³⁶Entrevista com Marciana Estevão de Jesus em 18 de julho de 2017.

que se alastra e se agrava. A respeito do lugar e de dinâmicas locais, no RTID de Baco Pari consta:

Não se sabe ao certo quando a Comunidade de Baco Pari chegou ao local que ocupam hoje. Duas famílias nucleares inicialmente fundaram a comunidade. Desde então diferentes eventos passaram a marcar a trajetória deste grupo, que cresceu substancialmente. A especulação imobiliária em área antes bem desvalorizada, o crescimento econômico no município de Posse devido às migrações de fazendeiros, mudanças climáticas, a chegada da luz e televisão, novos benefícios de governo... Uma série de fatores incidiu diretamente sobre o comportamento dos indivíduos e os rumos da comunidade, que hoje se organiza em torno de seus direitos étnicos e territoriais (RTID de Baco Pari, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. p. 17).

Além de se organizarem em torno de seus direitos étnicos e territoriais e, apesar de terem acessados algumas políticas governamentais, como cita o RTID, Baco Pari padece e luta por um direito básico: água. Como também enfatiza trecho do RTID, a comunidade ainda tem que lidar com a questão das mudanças climáticas. Esse fato agrava a questão pela diminuição do regime de chuvas e aumento do calor, o que torna a condição ainda mais difícil.

A população quilombola de Baco Pari já iniciou seu processo de ocupação da terra em ambiente extremamente desfavorável, em situação precária na questão da água. A população sempre se organizou para superar os problemas e sobreviver àquelas condições, plantando e produzindo. Apesar da cotidiana questão da escassez de água, havia também pequenos olhos d'água que supriam as necessidades básicas, mas que já secaram. O modo de produção agrícola sempre foi o de subsistência, baseado na agricultura em pequenas áreas, sem a utilização de maquinário ou de insumos químicos. As chuvas eram mais abundantes e eram elas que efetivamente garantiam o plantio e a sobrevivência. Dona Marciana fala de seus tempos desde a infância:

A terra é boa, ruim é a água. [...] Plantava milho, feijão, abóbora, melancia, mandioca. Com a mandioca fazia farinha. Plantava cana, banana, tudo eles plantava. Agora tá ruim de água aqui, no passado aqui era bom de água. Tem uns 3, 4 anos que tá ruim de chuva, planta roça e não colhe. O rio tem mas é longe. Sempre trabalhei na roça. Ano passado mesmo eu plantei uma ruma de feijão ali não colhi nada. Este ano eu não estou aguentando fazer nada. [...] A terra aqui é sem defeito, ruim é a água que não dá (ESTEVÃO DE JESUS, 2017)³⁷.

Próximo às cozinhas, que sempre se localizam do lado externo e nos fundos das casas, havia tonéis e recipientes plásticos além de pequenas estruturas improvisadas em algumas casas (que depois soubemos que eram os sanitários). O número, tamanho e condições dos reservatórios variavam muito em cada residência. Famílias mais pobres (muitas vezes mais

³⁷Entrevista com Marciana Estevão de Jesus em 18 de julho de 2017.

numerosas) tinham menos reservatórios, além de menores, mais desgastadas e com qualidade material impróprio para armazenar água (como amianto). Esse fato já era um forte indicativo de diferenças socioeconômicas entre as famílias, onde muitas vezes famílias numerosas e com muitas crianças possuíam poucos recipientes.

Figura 13- Recipientes em quintal de família pouco numerosa.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 14 - Recipientes em quintal de família com adultos e muitas crianças



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Aliado à escassez de chuvas, em Baco Pari a pouca água que acessam vem de duas fontes: poço artesiano de povoado vizinho e carro pipa enviado pela prefeitura local, ficando sempre

na dependência de agentes externos. A água do poço artesiano é a que acessam com maior frequência, cerca de duas a três vezes na semana, durando pouquíssimo tempo e em quantidade bem reduzida. Essa água é extremamente salobra e a população usa para afazeres domésticos, como cozinhar alimentos e higiene pessoal. A do carro pipa é potável e usam para consumo próprio. Porém, precisa de tratamento com cloro que é distribuído pelos agentes de saúde, mas tampouco as vistas dos agentes é frequente. A água do caminhão pipa chega numa média de uma vez por semana. Entretanto, já houve casos de 10 a 15 dias sem que o caminhão levasse a água.

Quando as famílias acessam a água, cada família enche seus recipientes. As famílias que têm menos condições de armazenamento da água potável do caminhão pipa muitas vezes consomem da água salobra — quando essa vem pelas torneiras. Até se pôde ver o sal cristalizado nos recipientes. A quantidade de salitre presente na água é tanta que já houve, inclusive, entupimento das tubulações por conta deste sal. São recorrentes graves casos de problemas nos rins e algumas pessoas os associam a esta péssima qualidade da água. Cabe o destaque que, apesar da união dos moradores, esta questão do acesso à água já ocasionou conflitos internos.

Figura 15 - Sal boiando na água e acumulado nas bordas do recipiente.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Questionado a respeito de qual seria a solução para o problema da água, visto que, além do não acesso constante nas residências, a escassez de chuva é um problema ambiental global que atinge agricultores em uma escala maior, Isaías prontamente responde: “É ela vir do rio, né?”

O Rio Prata se localiza há cerca de 4 a 5 quilômetros da comunidade e sempre a serviu. Já houve promessas por parte da prefeitura de Posse de bombear ou mesmo canalizar as águas deste rio, mas isso nunca aconteceu de fato. O material para estas prometidas intervenções são os canos de PVC que vemos expostos pelo território. Em contraste, são vistas plantações secas nos quintais.

Figura 16 - Canos para a prometida tubulação de água vinda do Rio Prata.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 17 - Caixa d'água central com cadeado: conflitos internos pela água.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A gravidade da escassez de água é uma questão central em Baco Pari. Todas as entrevistas ou conversas informais levavam a este fato. O presidente da Associação Quilombola contou dos diversos esforços, desgastes e organização da comunidade na luta por este recurso básico. Isaías, denunciou, inclusive, um acontecimento muito grave: de exploração da mão de obra quilombola para canalizar a água do Rio Prata, no qual foi prometido que assim a água chegaria a Baco Pari depois de passar por comunidades vizinhas (Nova Grécia e Extrema). Porém, esse evento não ocorreu. O atual secretário de agricultura da prefeitura de Posse, morador do assentamento da reforma agrária do INCRA, Nova Grécia, é ex-vereador local. Ele tinha em posse materiais como turbinas e tubulação, advindas do governo do estado para que se iniciasse a obra. O ex-vereador convocou os moradores de Baco Pari para trabalhar na construção da infraestrutura para o transporte da água do rio.

Aí o pessoal de lá [Assentamento Nova Grécia] disse que não ia encarar trabalhar na beira de rio não. Ele veio aqui, reuniu a comunidade quilombola e pediu ajuda. Só queria de nós o serviço, pra ajudar a montar essa água e da lá trazer pra Nova Grécia e de Extrema vinha pra aqui. Entendeu? Aí quando nós fomos, trabalhamos com chuva, passava até fome na beira do rio.... Doido pra ver essa água, entendeu? Quando a água caiu na Nova Grécia eles cresceram o olho. Aí começaram a confusão. Inaugurou a água, o vice-governador veio, eles achando que a água tava aqui, mas a água não veio pra nós (SILVA, 2017).³⁸

Os quilombolas trabalharam muito, mesmo em situação indigna, acreditando no fato de que acessariam água potável em suas casas e, mais uma vez, não acessaram o direito proveniente do fruto de seus trabalhos. Seus esforços contemplaram apenas as comunidades vizinhas. Ainda, foram abordados de outra forma para “contribuírem” no transporte da água. A exploração foi tamanha que Baco Pari, de forma organizada, procurou as vias legais em busca de justiça, infelizmente até hoje não solucionada.

Ela [água] foi pra Nova Grécia e de Nova Grécia foi até Extrema, porque o povo de Extrema tá pagando. Pediu um dinheiro pra comunidade [Baco Pari] que era pra fazer um reservatório porque a água não veio com gravidade. Entendeu? Deram dinheiro. Aí levaram o dinheiro e puseram no terreiro do Raul, lá na Extrema. Aí pra água vim pra aqui tem que bombeiar de novo. E aí? Ele não pus a tubulação da água pra cá. Umas duas vezes que ele mandou ela vim aqui, uns tiquinho misturada com água salobra que vem na mesma encanação da salobra. E aí foi quando nós fizemos um abajuxo assinado pra reforçar, pra ver se arrumava a tubulação de lá pra cá pra chegar água aqui mas o que ele fez com o povo foi virou as costas, não fez mais nada. Largou o povo de mão, aí nós levemos pro Ministério [Público]. Essa água aí tá na justiça. [...] Até hoje ainda nunca trouxeram (SILVA, 2017).³⁹

³⁸Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

³⁹Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

Com a obra realizada — a partir da exploração da mão de obra da comunidade quilombola — o assentamento Nova Grécia hoje possui um grande reservatório de água potável. O fato é que há água limpa nas redondezas, enquanto recurso natural e abundante, mas a comunidade quilombola realmente não a acessa. “Lá tem um reservatório de 250 mil litros. [...] Pra vim água pura, entendeu? Água limpa. Ela vem pura, porque ela vem da nascente. Da nascente do Rio Prata. Ela vem da cachoeira, inclusive, bem perto da cachoeira” (SILVA, 2017).⁴⁰

Apesar das recentes e gradativas mudanças ocorridas em termos ambientais, o estado do Goiás é dotado de monumentais rios e cachoeiras, além de estar totalmente inserido no cerrado, bioma que concentra as nascentes que alimentam as grandes regiões hidrográficas brasileiras. Em sua área total o município de Posse é contemplado pelos rios Sucuri, Extrema e Passagem, afluentes do rio Prata, Água Quente, Macambira, além dos rios Piracanjuba e Bezerra, afluentes do rio Corrente. Uma questão particular é lidarmos com o fato da escassez de água quando determinada região realmente não dispõe de recursos hídricos (o que também não deixa de merecer problematização). Há lugares em que a situação é realmente delicada, onde não há rios, nascentes e as chuvas são muito eventuais. Outra situação totalmente díspar é um pequeno território que não tem acesso à água potável nas suas residências, mas os recursos hídricos sempre foram abundantes nas redondezas. Povoados e comunidades vizinhas usufruem dessas águas, mas há uma fronteira quando consideramos os acessos a estes mesmos direitos e serviços pela população de Baco Pari.

Os poucos olhos d’água da comunidade secaram. Mesmo quando essa abundância é ameaçada (períodos de seca, esgotamento do solo, diminuição do volume dos rios, etc.), a comunidade quilombola sofre essas intempéries de forma extremamente singular. As comunidades vizinhas são pequenos povoados, de agricultores rurais e também assentados da reforma agrária. Porém o tratamento dado pelo Estado é outro, assim como as inter-relações entre essas comunidades para com a população quilombola também é distinto (vide o exemplo de exploração de mão de obra para captação de água pelos vizinhos desfavorecidos economicamente). A questão em Baco Pari não se resume à ausência de justiça social e ambiental por questões socioeconômicas (o que já seria grave), mas evidencia a injustiça étnico-racial histórica no país e recorrente desde que ocuparam o território, neste caso:

[...] entre as práticas de injustiça ambiental e de entre as injustiças sociais de maneira geral, não se pode negligenciar a forte presença de componentes raciais, sob o risco de naturalizá-las e ocultá-las num discurso focado exclusivamente numa abordagem classista. (SILVA, 2012, p. 105).

⁴⁰Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

É preciso evidenciar a questão étnico-racial nas sucessivas tentativas, negociações e negações vividas pelos quilombolas de Baco Pari. Baco Pari é o único quilombo do município, e se localiza no território que, pelo que foi relatado, mais carece de acesso à água. A comunidade está fixada há cerca de cem anos especificamente numa região mais seca, que está sofrendo com as alterações climáticas e securas progressivas, mas a região em que estão inseridos é rica em recursos hídricos. É inadmissível que uma população que tem historicamente seus direitos negados, permaneça em diversas situações de exploração e vulnerabilidade tendo como mote a escassez de água.

Figura 18 - Antiga fonte de água do quilombo, totalmente seca.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Os quilombolas de Fazenda Canabrava, Extrema e Povoado Levantado também discorreram muito sobre a questão da diminuição das chuvas (e os impactos no solo e na produção). Foi uma queixa geral e recorrente, em todos os quatro quilombos, mas central em Baco Pari, muito problemática e me foi impactante.

As chuvas estão mais escassas e são insuficientes para a produção, mas não cessaram. Logo, poderiam ser implementadas formas de armazenamento dessas águas de modo a contribuir na redução de danos, pois ao menos os quilombolas de Baco Pari teriam água limpa, em boa quantidade e armazenada em tanques apropriados. Existem diversas formas e

tecnologias de sistemas de abastecimento de água e cisternas familiares para consumo humano. Os quilombos Extrema e Povoado Levantado conseguiram o direito à essas cisternas.

Irene, quilombola, agente de saúde e liderança sociopolítica em Povoado Levantado, em articulações políticas e profissionais com político do município tomou conhecimento que havia um número excedente de cisternas destinadas à região do Vale do Paraná, no estado de Tocantins. Assim, foi formalmente solicitado pela Prefeitura de Iaciara para que essas cisternas fossem destinadas e atendessem os quilombos de Extrema e Povoado Levantado. O critério para as famílias serem contempladas com essas cisternas seriam estarem inscritas no CAD Único⁴¹, onde a maioria se encaixava no perfil (exceto os funcionários públicos, como os trabalhadores da escola, do serviço de limpeza urbana do município e até mesmo o próprio Irene que à época era motorista lotado na prefeitura local). As cisternas foram ofertadas pelo Programa Água para Todos, do então Ministério da Integração Nacional, através do governo de Goiás pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sectec). São cisternas de plástico com capacidade de 16.000 litros, que ficam completamente cheias em cerca de 5 meses durante o período de chuvas, abastecendo as famílias durante toda a estação seca (e muitas vezes sobra água) e estão na comunidade há cerca de quatro anos. Funcionários de empresa em convênio com a Sectec visitaram as casas afim de demonstrar o correto tratamento das cisternas para antes e depois do período chuvoso, assim como o tratamento da água armazenada. Os quilombolas usam as águas das cisternas prioritariamente para o uso doméstico e consumo. Além de armazenarem essa água potável das chuvas, os quilombos também possuem poço artesiano que abastece as comunidades.

⁴¹Censo de Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

Figura 19 - Moradora de Extrema em sua residência e a cisterna para captação de águas de chuvas.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 20 - Morador de Povoado Levantado apresentando orgulhoso a cisterna de sua residência.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

As alterações ambientais são uma problemática grave e atual, que muito têm acarretado consequências negativas nos territórios de comunidades tradicionais. Há fortes indicativos que as alterações ambientais no cerrado estão atreladas ao modelo de desenvolvimento posto no bioma e as populações quilombolas padecem de ações que de fato preservem seus territórios e que impulsionem sua qualidade de vida. O desmatamento, aliado às próprias práticas de

validação do agronegócio, implicam a manutenção dos lençóis freáticos e contribuem para diversas alterações comprometendo todo um ecossistema. As populações quilombolas rurais dependem do ecossistema saudável. O contrário afeta seus modos de vida.

O fluxo populacional para o interior do país foi uma realidade nacional ao longo de anos, possível pelas questões territoriais expostas no item anterior. Por mais que não saibamos ao certo como ocorreu essa história com diversos grupos, principalmente as comunidades quilombolas, é necessária a reflexão da exclusão e busca de melhores condições de vida, assim como a relação com a terra e a agricultura dos quilombos.

É primordial que seja reconhecido o quanto as populações quilombolas criaram e recriaram seus lugares e estratégias, vencendo inúmeras adversidades e violências até os dias atuais e, mesmo assim, permanecem na invisibilidade. Ainda, é necessário ressaltar que as comunidades quilombolas não estão inclusas com rigor na agenda ambientalista, nem mesmo pela sociedade civil no país. As comunidades quilombolas não são reconhecidas. São negadas, e aqui merece destaque fundamental (também silenciado): ao passo que são prejudicados pelas mudanças ambientais, são agentes na preservação ambiental e uso responsável dos recursos naturais do cerrado, como será exposto mais à frente.

Se por um lado temos a dificuldade por uma problemática socioambiental que está posta atualmente, por outro, muitos territórios quilombolas se estabeleceram em lugares de negação e protegeram esses espaços. A partir de uma pesquisa que visava elaborar um inventário sobre hábitos e práticas alimentares de comunidades quilombolas do Goiás, considero importante situar esses fatos. E na questão alimentar, diretamente relacionada à terra, a interação com a produção de alimentos (agricultura) é uma realidade posta.

4 RELATO DO CAMPO

Nesta parte da dissertação, ampliarei a descrição do campo com minhas percepções, impressões e dados coletados. Seguirei a ordem cronológica das visitas e entrevistas, onde cada subitem se referirá a um quilombo. Extrema e Povoado Levantado estão juntos por se considerarem uma família só, como será melhor discutido adiante, além das características serem muito semelhantes e muitas vezes compartilhadas. Discorrerei sobre a paisagem, acessos a serviços, características gerais dos quilombos, aspectos socioculturais, produção e consumo de alimentos, espécies cultivadas, entre outros. Em determinados momentos, irei expor alguns dados quantitativos, mas no intuito de demonstrar as diferentes condições e possibilidades em relação à criação de animais em cada quilombo, por exemplo, além de considerar a importância disso na alimentação, uso do solo e características rural na região.

4.1 QUILOMBO FAZENDA CANABRAVA

Em julho de 2017, encontramo-nos no Departamento de Saúde Coletiva da UnB, a equipe que competia a pesquisa quantitativa em saúde e eu. Ela era composta por 15 estudantes da Universidade de Brasília, entre graduandos em Saúde Coletiva, Nutrição, Enfermagem e Serviço Social, além de uma nutricionista mestrande em Saúde Coletiva. Também a compunha a supervisora de campo, Priscila Olin, doutoranda em Nutrição.

Figura 21 - Equipe de pesquisa do projeto de pesquisa maior – UFAL, eu e quilombolas de Baco Pari em frente à Igreja de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Era tarde de domingo e saímos da UnB no dia 09 de julho de 2017 às 13h30min, com serviço de transporte contratado (uma van⁴² com motorista da empresa) para nos conduzir até a entrada de acesso à primeira comunidade quilombola que visitamos: Fazenda Canabrava. Seguimos pela BR 020 e cerca de três horas depois paramos numa borracharia na beira da estrada. Do outro lado da pista havia uma estrada de terra.

Quando chegamos nesta borracharia, havia outro transporte, menor e mais simples, que iria nos conduzir até a comunidade. Era outra van da Escola Municipal Fazenda Canabrava, cedida pela prefeitura de Flores de Goiás. Descarregamos tudo do bagageiro para a troca de transporte. Dividimo-nos em dois grupos: um que seguiu para a Fazenda Canabrava levando os equipamentos que necessitavam de maiores cuidados e outro que esperaria a van levá-los para depois retornar e pegar o grupo restante, que ficou na borracharia. Foi o primeiro momento em que vi a quantidade de material que a outra pesquisa demandava: havia caixas e mais caixas com muitos papéis, formulários, material de laboratório, balanças de pesagem, dentre muitos outros itens. Também logo me deparei com a realidade de um orçamento reduzido para a realização de uma pesquisa tão necessária e complexa, visto que a situação em que nos encontrávamos não era das mais seguras⁴³. Fiquei neste segundo grupo, às margens da BR 020. Esperamos por mais de uma hora. Eram cerca de 25 quilômetros do ponto em que estávamos na rodovia até a Escola Municipal onde iríamos nos hospedar (ou seja, esperamos a van percorrer cerca de 50 quilômetros em estrada de terra).

Durante o trajeto, reparei que o acesso estava um pouco melhor do que quando fui com a Profa. Lucélia cerca de um mês antes. Dessa vez consegui apreciar melhor a paisagem. Havia mata nativa ao longo do caminho, como também algumas pastagens, mais concentradas nas proximidades de Fazenda Canabrava. Era uma sensação agradável, muito cerrado, algumas áreas de pastagens, uma linda formação rochosa (morro) no horizonte. Após atravessarmos uma larga ponte, começaram a aparecer algumas casas espaçadas, seguidas de uma rua com casas mais próximas umas das outras (como também da via), semelhante à estrutura de uma pequena vila e então sabia que estávamos adentrando a Fazenda Canabrava. As casas eram de alvenaria, a maioria possuía plantas e flores na fachada da casa e no quintal. As luzes de algumas casas estavam acesas, a rua silenciosa, o som da mata imperava. Uma atmosfera de tranquilidade e

⁴²Veículo destinado ao transporte de passageiros, sendo alguns modelos adequados para o transporte de carga também.

⁴³Pela questão orçamentária, não havia possibilidade do aluguel de mais um transporte. A van que fez a viagem até a comunidade era escolar, cedida pela prefeitura de Flores de Goiás, acordado em visita anterior quando na apresentação do projeto. A Professora Lucélia e eu fomos solicitar contribuição da prefeitura para a pesquisa.

alguns olhares curiosos ao ver a van da escola fazendo viagens com pessoas que eles/as não conheciam. Chegamos à Escola Municipal Fazenda Canabrava, bem no fim da tarde, onde no dia seguinte oficialmente se iniciaram as pesquisas.

Figura 22 - Chegada ao Quilombo Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A Escola Municipal Fazenda Canabrava fica no centro da comunidade, perto da rua principal. Tem uma boa estrutura física, é de alvenaria, possui água encanada, sanitários e um chuveiro. Funciona do maternal ao terceiro ano do ensino médio (este é recente e ocorre no turno noturno) e atende cerca de 85 alunos/as. Possui laboratório de informática (que foi usado como escritório pela equipe de pesquisadores em saúde), cozinha e biblioteca, além de 5 salas de aulas amplas e com ventiladores em funcionamento (em três delas montamos nossos alojamentos).

Nas paredes e murais, havia muitos trabalhos dos/as alunos/as e também materiais didáticos desenvolvidos por professores/as. Praticamente todos/as os/as funcionários/as, como diretora, professores/as e merendeiras, são da própria comunidade. Durante o período de nossa estadia, a alimentação, inclusive, foi feita por moradoras locais: Dona Jocília, a merendeira da escola, e Isabel, auxiliar de serviços gerais. A escola estava no período de férias escolares e por isso pudemos utilizá-la por alguns dias e também contratar serviços extras das funcionárias.

Na escola dormíamos, nos asseávamos, nos alimentávamos e nos reuníamos. A cidade mais próxima ficava muito distante da comunidade e, após identificarmos tamanha distância durante a visita de apresentação dos projetos, para otimizarmos os trabalhos foi decidido que a escola local seria o melhor local para nos hospedarmos. A proximidade das casas com a escola facilitou as interações com alguns/as moradores/as dos arredores.

Os quilombolas não têm relação frequente com a comunidade de Flores Velha, apesar de possuírem alguns vínculos de parentesco. O acesso ao município de Flores de Goiás é tão complexo e a distância é tanta que a maioria dos serviços utilizados (posto de saúde, comércio,

banco, correios, mercado, etc.) são do município de Alvorada (GO), o mais próximo de lá. Como já dito, a Fazenda Canabrava, pertencente ao município de Flores de Goiás, está dentro do território quilombola Flores Velha.

Visto que Fazenda Canabrava é atualmente uma comunidade sem liderança e associação local, Cida, a agente de saúde, acaba por exercer um papel de referência da comunidade. Durante todo o processo ela foi muito solidária e cumpriu o papel de representante local: ia até as casas com a equipe, tinha a confiança de todos/as e falava da importância da participação na pesquisa. De acordo com Cida, há 95 famílias no quilombo. Há cerca de 6 anos a comunidade acessa a energia elétrica.

Cida não é nascida em Fazenda Canabrava e migrou para a comunidade já adulta. É natural dos arredores, de comunidade vizinha, também pertencente ao município de Flores de Goiás. A primeira pessoa que Cida me indicou para que entrevistasse foi Dona Zezé. Sua casa era bem próxima à escola. Cida seguiu com a equipe do projeto de pesquisa maior UFAL em transporte particular.

Maria José de Souza, a Dona Zezé (74 anos) é natural de Bonfinópolis (MG) e mora em Fazenda Canabrava há mais de 30 anos. Chegou ao quilombo junto ao seu então companheiro, hoje falecido, que era natural de Flores Velha. Desde os 18 anos D. Zezé planta cana-de-açúcar e faz rapadura. Começou quando trabalhava na Fazenda Limoeiro a cerca de 20 quilômetros próxima dali. Assim que chegou à Fazenda Canabrava fez seu próprio engenho no quintal de casa e plantou cana-de-açúcar nos arredores. Ela fez questão de caminhar comigo, me mostrar o engenho e o canavial. Faz rapadura pura e com mamão e vende para vizinhos e/ou visitantes do quilombo. D. Zezé contou que sempre teve engenho em casa. Seu pai e mãe já faziam rapadura e não ensinaram diretamente como fazia. Como ela mesma disse, aprendeu a fazer de tanto ver.

D. Zezé plantou e colheu muito arroz, milho e feijão, mas hoje não planta mais por conta da escassez de chuva. A cana-de-açúcar que plantou em outubro do ano anterior ainda estava verde até aquele momento. A cana-de-açúcar que estava colhendo naquele período era das chuvas de um ano e meio atrás. O tempo para a colheita tem se prolongado mais. Em sua horta há cultivo de couve, alface, jiló e cheiro verde: tudo sem uso de pesticidas. Ela também cria 1 porco, 2 cavalos, mais de 80 galinhas e 20 cabeças de gado. Todo leite que consome vem das vacas que cria. Com sua produção e criação de animais, faz queijão três vezes na semana e também faz farinha. Esses produtos são vendidos na comunidade e também na porta da casa de suas filhas que residem no município de Formosa (GO). Algumas vezes D. Zezé também vende

alguns produtos da horta. Os produtos não são vendidos em feiras de municípios próximos devido às regras de fiscalização.

Antigamente, a quilombola pescava de tarrafa (rede) e anzol nos rios da região, mas há cerca de dez anos parou, pois os rios secaram muito e acabaram-se os peixes. Atualmente em sua refeição principal, ela se alimenta de galinha de quintal ou frango de granja, acompanhado de arroz, macarrão, feijão e verdura. Faz lanches com biscoitos de polvilho, tapioca, bolo, pão de queijo, biscoito peta, canjica, cural e pamonha, que ela mesma faz. Em suas palavras, sua mãe e vó eram “fazedeiras” de biscoito e bolo.

Figura 23 - Dona Zezé em entrevista.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A segunda pessoa que entrevistei foi Edita Rodrigues de Sousa (38 anos). Dita é natural de Canabrava, pedagoga e professora de educação infantil da escola local. Ela tem uma alimentação bem semelhante à de D. Zezé, mas consome mais carne de gado, que não é de açougue. Dita relatou que muitos vendem gado na comunidade e os quilombolas dividem o preço e as partes de gado que compram. Geralmente ela compra um quarto da vaca, congela e consome em um longo período. Dita planta muito milho para alimentar os animais: possui cerca de 25 galinhas, 50 cabeças de gado e havia abatido recentemente seu último porco (apenas para consumo da família) e ainda estava usando a banha na cozinha. Apesar de ter vaca, disse não consumir seu leite por não ter vaseiro e o marido não tirar o leite. Assim, compra leite de fora.

Como o solo é fraco e a água é pouca, Dita compra milho para complementar a alimentação dos animais, mas enfatiza que o dela é sem veneno. Sua família lancha pão caseiro, pão de queijo, bolo e biscoito, tudo feito em casa. Em seu quintal sombreado por árvores

frutíferas, há uma horta com plantio de alface, rúcula, tomate, couve, cheiro verde, beterraba, entre outros, todos plantados de forma tradicional sem uso de aditivos químicos. Nesse quintal, muitas espécies servem para fazer chás em caso de alguma enfermidade como folha de limão, folha de laranja, alecrim e erva cidreira da horta.

Figura 24 - Quintal da casa de Dita com árvores frutíferas e horta ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Em seguida fui para a casa de D. Adelena e Seu Luís (85 anos), um dos moradores mais idosos do quilombo. Ele é agricultor aposentado, casado há 58 anos com D. Adelena, nascida e criada em Fazenda Canabrava, tendo pais de origem mineira. Dona Adelena também é agricultora aposentada e, como estava muito ocupada, justamente com os afazeres da cozinha, o Questionário do Palin não pôde ser aplicado com ela.⁴⁴ Seu Luís falou que quem saberia falar de alimentação e cozinha seria ela. Ele estaria disposto a conversar sobre outras questões do território. Tentei seguir um pouco mais pelo Instrumental (formulário de características gerais que elaborei), a fim de entender outros contextos do quilombo.

Foi uma conversa informal onde Seu Luís me contou muitos casos e histórias do quilombo, mas quis conversar mais sobre as transições mais recentes e significativas. Seu Luís contou dos velhos tempos, onde a abelha Jataí era abundante e hoje se vê muito pouco. Em contrapartida ele possui uma criação dessas abelhas que são muito importantes para a polinização na região. E mais uma vez ouvi sobre a escassez de água nos rios, não existindo

⁴⁴Foi o primeiro momento em que o que já intuía foi manifestado: a importância da perspectiva de gênero numa pesquisa mais aprofundada sobre a questão dos hábitos alimentares, visto que são as mulheres majoritariamente as responsáveis pelo cuidado doméstico e feitura dos alimentos.

mais várias espécies de peixes e até mesmo a possibilidade de pescar. Apesar de ser dos moradores mais antigos, Seu Luís não sabia dizer como começou a comunidade. Entretanto, afirmou que havia comprado aquela terra, assim como os demais da comunidade.

Discorreu que a comunidade sempre gozou de boa saúde e que antigamente a maior causa de adoecimento e morte se dava devido ao barbeiro. Por conta da presença do inseto nas casas de pau-a-pique e suas consequências, há cerca de vinte anos as construções começaram a ser de alvenaria a partir de política pública implantada pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam)⁴⁵.

Figura 25 - Seu Luís e Dona Adelena ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

No dia seguinte me juntei à equipe de pesquisa do projeto de pesquisa maior UFAL, a fim de chegar à casa de D. Dercília (64 anos) que alguns quilombolas me disseram ser uma antiga benzedeira. Ficava em uma localidade mais distante do quilombo denominada Salto. Entrevistei-a após a aplicação do questionário do projeto de pesquisa maior UFAL pela equipe de saúde. Quando perguntei a respeito da atividade de benzer de imediato ela negou, dizendo não ser mais benzedeira. Depois de algum tempo conversando, com maior aproximação, ela me confirmou que ainda benzia, mas agora apenas membros da família.

⁴⁵Superintendência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil.

A entrevista com D. Dercília foi o primeiro indicativo empírico do quão desconfiados e um pouco confusos poderiam ficar os entrevistados quando ocorria a pesquisa que eu condizia em paralelo à pesquisa do projeto de pesquisa maior UFAL. Posteriormente, depois de tentativas mais sensíveis de aproximação, a quilombola também me afirmou ser parteira, ofício que aprendeu com a avó, que também era rezadeira. Dona Dercília costuma fazer remédios caseiros com casca de árvores que, após cozinhar, ela deixa curtindo de um dia para o outro. Para inflamações, por exemplo, utiliza espécies de cascas de aroeira e jatobá-do-campo. Usa a raiz rabo-de-tatu, além de carrapicho e raiz de mentrasto na época das águas para tratar infecções.

Figura 26 - Dona Dercília e seu filho no quintal de sua casa.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Além de parteira e benzedeira, também D. Dercília é agricultora. Em seu quintal cultiva um roçado com uma horta diversificada onde nunca usou veneno. Além disso, cria galinhas, porcos e gado. A carne desses animais serve para consumo próprio e também é comercializada. O feijão proveniente do roçado também é comercializado quando colhido em boa quantidade. O filho vende os produtos da horta, como temperos e hortaliças para restaurantes, e a carne é

vendida em açougue em comércios de Alvorada (GO). Também planta mandioca e faz farinha e polvilho para consumo próprio. Já comercializou, mas parou há cerca de 5 anos.

Também fazia rapadura, porém interrompeu o feitio há cerca de 10 anos e hoje planta cana-de-açúcar apenas para alimentar o gado. A base da refeição principal de sua família é arroz, feijão, frango (do quintal) cozido e salada proveniente da horta. Costuma jantar o restante do almoço. Nos lanches e cafés da manhã costuma comer mandioca, bolo de polvilho ou bolacha, acompanhado de café com leite.

Figura 27 - Vista da casa de D. Dercília.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 28 - Fogão a lenha de Dona Dercília.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 29 - Roçado de mandioca de D. Dercília.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 30 - Criação de porcos de D. Dercília.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 31 - Gado de D. Dercília em área de pastagem próxima à sua casa.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Seguindo a lógica de acompanhar a equipe de pesquisa do Projeto de Pesquisa Maior/UFAL para acessar lugares mais distantes devido ao transporte que estava disposto para ele, no outro dia cheguei ao Pé da Serra. É outra localidade a quilômetros da vila em que estávamos hospedados e primeiramente fui à casa de Nazaré.

Nazaré estava junto ao seu filho na cozinha preparando o almoço. Ele prosseguiu no preparo da comida enquanto ela pausou para me conceder a entrevista. Nazaré e sua família costumam quebrar o jejum com café açucarado e bolacha doce que compra no mercado. Almoça arroz, feijão, carne e salada, quando possível, e janta o mesmo do almoço. Não possui horta diversificada pela dificuldade de irrigação. Possui apenas alguns temperos, preferindo destinar a água para a criação dos animais. Criava 2 porcos, cerca de 15 galinhas e 17 cabeças de gado. Possui 3 vacas leiteiras e com o leite Nazaré faz doces e queijos e vende os queijos. Só consome ovos e leites da sua própria criação, mas carne compra em outro município por considerar mais barato. Com o polvilho da farinha que também produz, faz biscoitos caseiros eventualmente. Sua mãe lhe ensinou a fazer bolos e biscoitos e hoje quem auxilia na cozinha e afazeres domésticos é seu filho mais velho, a quem ela hoje transmite seus conhecimentos culinários.

Figura 32 - Filho de Nazaré preparando a carne.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 33 - Filhos de Nazaré na cozinha, o mais velho no preparo do alimento.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Aguardei por um período razoável o retorno do transporte e logo após eu segui para a casa de Rosa, que não era muito próxima à casa de Nazaré tampouco da Escola onde estávamos alojados. Rosa e sua família possuem uma alimentação e cultivo diversificados. Em sua primeira alimentação geralmente consome café com bolos de trigo, fubá ou milho, que ela mesma faz. Costumam comer arroz, feijão, carne e legumes variados de sua horta no almoço e o mesmo se repete no jantar. Planta alface, quiabo, cenoura, beterraba, tomate, em seu quintal, além de abóbora, cana-de-açúcar, banana, laranja e limão. Todos são apenas para seu consumo próprio e de sua família. Possui 2 cavalos, cerca de 40 cabeças de gado, 100 galinhas e 4 porcos. Vende galinhas e bezerros para a comunidade e compra carne também apenas no quilombo. Quando compra carne, faz da seguinte maneira: adquire $\frac{1}{4}$ do boi, por aproximadamente 400 reais e sua família consome essa carne por cerca de três meses. Leite e ovos, assim como doces e queijos, são advindos da sua criação e produção para consumo próprio e não os vende. Costumava fazer rapadura, mas o motor para moer a cana-de-açúcar havia quebrado há muito tempo, então, logo Rosa interrompeu a produção. Durante nossa conversa, sua neta ficou atenta, acompanhando a entrevista. Após encerrarmos, foi comigo caminhar pelo quintal.

Figura 34 - Neta de Rosa mostrando abóboras colhidas no quintal.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 35 - Plantação de frutíferas e cana-de-açúcar.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 36 - Neta de Rosa brincando em antigo forno de feitura de rapadura em seu quintal.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 37 - Parte do quintal de Rosa sombreado por frutíferas e diversas espécies de galinhas.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 38 - Rancho da casa de Rosa.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 39 - Máquina para feitio de rapadura com motor quebrado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Nos dias seguintes obtive entrevistas com mais 5 mulheres quilombolas: D. Bina, D. Maria Pereira, Jurassi, D. Bete, Isabel e Cida. As respostas demonstraram um padrão semelhante no quilombo: muitas possuíam criação de gado, porcos e pequenos animais, cultivo de hortas e roçados, variando a quantidade e diversidade em cada família. Além da produção, a alimentação nas famílias era bem semelhante. Houve uma queixa constante sobre a questão da água, mas nada que impedisse o cultivo e, algumas vezes, a comercialização. Muitas receitas

tradicionais ainda são feitas nas casas, foram e continuam sendo passadas para as novas gerações.

D. Maria Pereira, D. Bete e Cida já foram mencionadas no capítulo anterior. Dona Maria (73 anos) é a extrativista de semente de Baru e fazedora de remédios caseiros. Suas merendas mais constantes são biscoito de polvilho caseiro, bolo de mandioca, mandioca cozida e bolachas industrializadas. Ela também cria galinhas, cuja carne é a que mais consome.

Cida é a agente de saúde que também me falou de remédios caseiros e tradicionais que fazem no quilombo. Ela mantém hábitos alimentares bem semelhantes aos quilombolas entrevistados anteriormente e possui uma pequena horta em seu quintal. Ela me confirmou que, de uma maneira geral, os quilombolas de Fazenda Canabrava gozam de boa saúde. O problema mais grave é o de pressão entre os idosos e é o que ela mais monitora nas residências.

A quilombola que produz e vende garrafadas é a D. Bete (60 anos). No seu quintal cultiva mamão, laranja, acerola, manga, mandioca e limão. Em sua horta tem alface, couve, rúcula, tomate, berinjela, jiló e cheiro verde. Cria uma porca e cerca de 30 galinhas, que come, vende e oferece os ovos aos vizinhos quando pode. Fez rapadura por muitos anos, mas parou desde que as chuvas ficaram mais fracas, há cerca de 5 anos. De ano em ano faz farinha de mandioca “na meia”⁴⁶ dentro do quilombo, geralmente nos meses de junho a agosto.

Apesar dessas referências em saberes e cuidados com a saúde na comunidade, a população de Fazenda Canabrava, de uma maneira geral, tem conhecimento sobre medicina local. Além dos chás de folhas, usam muita “casca de pau”, como Aroeira, Jatobá, Angico, Pacari, Baru, Sucupira, Barbatimão, etc.

⁴⁶Metade da produção fica para o produtor que ofereceu o produto (mandioca, nesse caso), outra metade fica para quem tem o motor para moer a mandioca.

Figura 40 - D. Maria extraindo de semente de Baru em seu quintal.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 41 - Quintal produtivo de D. Bete.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 42 - Horta no quintal de D. Bete.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Uma agricultora que tenta comercializar sua produção de maracujá na cidade, mas não consegue vender, é Jurassi de Souza (51 anos). Ela planta a fruta em seu quintal e nas margens do rio. Tem uma colheita significativa, quer vender as frutas e até mesmo as polpas do maracujá, mas os custos até a cidade são muito altos e o frete não compensa. No mais, faz farinha da mandioca que produz apenas para consumo próprio e planta cana-de-açúcar para alimentar os animais. Cria porca, 4 vacas e galinhas. De café da manhã e lanches costuma ter biscoitos caseiros, pão de queijo e tapioca. Almoça arroz, feijão, carne e algum legume da horta, como é comum em Fazenda Canabrava.

A primeira professora da comunidade foi Dona Bina (77 anos). Foi professora e agricultora. Hoje, com a ajuda do filho, além da criação de galinhas, cria gado e vende os bezerros machos. É grande produtora de queijos e requeijão na região. Aprendeu o ofício com a mãe e no período de chuvas faz queijo quase todo dia. Consome apenas ovos e leite advindos da sua produção. Dona Bina foi uma quilombola que me falou com bastante entusiasmo das festas religiosas. Ela, assim como D. Dercília e outras quilombolas, se juntam para o preparo dos alimentos das festas religiosas do quilombo. A grande maioria da população do quilombo é católica praticante, com exceção de apenas duas quilombolas que são protestantes. Logo, não participam mais das festas católicas no quilombo, mas afirmaram sentirem falta dos festejos, pois se divertiam muito.

A comunidade mantém suas tradições culturais muito baseadas no catolicismo popular, onde o principal evento é a Festa de Cristo Rei, uma novena que acontece em janeiro. É finalizada com uma missa sertaneja e almoço comunitário. Os quilombolas falaram dela com muito afeto. Há também a Folia de São Sebastião e a Festa do Divino Espírito Santo. Nestes festejos acontece o Canturi, que é a reza (palavras da bíblia) cantada, seguido do Bendito de Mesa, que é o almoço e jantar comunitários onde os foliões se servem primeiro. Os foliões tocam caixas, viola, pandeiro e maracaxá para as danças de Catira e Curraleira, tradições quilombolas da região, assim como afirma Clênio Rodrigues (2011) em sua dissertação a respeito de Sussas e Curraleiras nas Folias Kalungas em Goiás. Muito preciso compreender que o próprio nome da dança (origem) se refere à um hábito alimentar da região, a Curraleira vem do gado curraleiro que teria sua carne assada posteriormente. E todas essas festividades são celebradas com farta alimentação e manifestações culturais coletivas.

No que diz respeito à Curraleira e à Catira, ambas consistem em acompanhar o som da viola com palmas e sapateados. Conforme a tradição, essas danças surgiram quando os tropeiros se reuniam para assar carne do gado curraleiro e cantar. A Curraleira, ou "Quatro", como é conhecida em algumas regiões, é dança complexa e de muitas variações. Os temas da cantoria vêm de algum acontecimento prezado pelos próprios foliões ou de curiosidades surgidas na comunidade. É dançada apenas por homens. Uma observação importante é que os músicos também são responsáveis pela dança. Ou seja, eles tocam e dançam ao mesmo tempo. A dança da Curraleira inicia-se com duas fileiras; na sequência formam um círculo. Existe uma série de formações, muito semelhante aos passos das Catiras. A cada final de verso eles trocam de lugar uns com os outros, no final todos voltam ao lugar de onde começaram (RODRIGUES, 2011, p. 54-55).

As refeições nestes dias são feitas coletivamente, onde a cada ano um quilombola doa um gado (muitas vezes pagando uma promessa), que é assado na brasa ou cozido e é acompanhado arroz, feijão tropeiro e salada. A sobremesa é doce de leite ou de fruta local (muitas vezes mamão). Para adquirir o restante dos alimentos e ingredientes para as festas, os/as organizadores/as fazem leilão de diversos produtos: ovos, leite, rosca, pão caseiro, bolo, farofa de frango/carne, toalha bordada, perfume, etc. Também, quem tem melhores condições compra alguns ingredientes, enquanto outras ajudam na cozinha. Muitas das festas (quando não são folias) acontecem na igreja, que fica próxima à parte central da comunidade.

Figura 43 - Igreja do quilombo Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

As cozinhas são sempre localizadas na área externa da casa e o fogão a lenha é utilizado com maior frequência pelas cozinheiras, principalmente para cozimentos mais demorados como feijão, carne com osso, costela, galinha caipira. Usam o fogão a gás pelo forno para o feitio de bolos e biscoitos. Todos os entrevistados preferem o gosto da comida no fogão a lenha. As receitas foram passadas por gerações, geralmente aprendidas com mães e avós.

Figura 44 - Criação de pequenos animais nos quintais 1.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 45 - Criação de pequenos animais nos quintais 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 46 - Casas espaçadas umas das outras em Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 47 - Plantação de roçado – mandioca.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A Fazenda Canabrava, apesar de alguns descontentamentos por parte da população, obviamente legítimos, possui uma boa estrutura. A escola é uma referência para a comunidade e revela o quanto valorizam a educação. Posso dizer que todos e todas que encontrei demonstraram muito carinho por ela. O cuidado com o ambiente era visível. Há cinco estudantes da escola fazendo graduação no curso de Licenciatura em Educação no Campo pela Faculdade UnB de Planaltina – FUP/UnB e que pretendem voltar à comunidade e trabalhar na escola após a graduação. Em conversa com uma das graduandas que estava no quilombo, ela me disse que, pelas vivências na universidade, compreendeu melhor a importância do sentido sócio-histórico do seu lugar, querendo também trabalhar melhor o resgate histórico e a questão quilombola na escola local após se formar. Cabe o destaque do quanto a escola, além do papel primordial na educação, é central na dinâmica socioeconômica da comunidade, pois emprega muitas pessoas, principalmente mulheres. Bem ao lado da escola funciona ainda uma casa de farinha coletiva (que pudemos presenciar a feitura durante a apresentação dos projetos, exposta no Cap.1). Ou seja, a escola cumpre um papel de elo social na comunidade para além da questão curricular e econômica. Não à toa foi onde ficamos hospedados.

Após realizar nove entrevistas, além de ter diversas conversas informais e caminhadas pela comunidade ao longo do dia e noites em varandas das casas de alguns quilombolas, saudosamente nos despedimos. De Fazenda Canabrava, seguimos para o município de Posse, há 127 quilômetros de distância do município de Flores de Goiás.

4.2 QUILOMBO BACO PARI

O município de Posse é a sede do município do quilombo Baco Pari, que se encontrava a cerca de vinte quilômetros de distância da comunidade. Dessa vez, para acessar o quilombo passamos pela cidade. Inclusive ficamos hospedados em um hotel, uma experiência completamente distinta de estar alojada no quilombo como havia recém-ocorrido.

Mais uma vez o transporte escolar, igualmente cedido pela prefeitura, foi o nosso meio de transporte. No trajeto até o quilombo a paisagem era bem distinta ao que pude presenciar em Fazenda Canabrava: um pouco mais árida, seca, pode-se dizer. A estrada de chão estava em piores condições. Já se podia observar o cerrado menos denso, menos gado no caminho ou pequenas áreas de pastagem, relevo bem mais acidentado e a vegetação com menos folhagens. Tampouco atravessamos alguma ponte, seja de rio corrente ou mesmo em período seco.

Figura 48 - Paisagem na chegada à Comunidade Quilombola Baco Pari.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Nossa chegada em Baco Pari sempre foi marcada pelo desembarque na Igreja de Nossa Senhora Aparecida, uma das primeiras estruturas ao longo de uma rua de terra onde se localizavam as casas, umas próximas às outras, divididas em pequenos lotes. A Igreja de Nossa Senhora Aparecida não é somente a entrada do quilombo, como também é central ali. Agora, ao invés da escola, nossa base e ponto de encontro era nessa igreja. A mesma onde ocorreu a

reunião para a apresentação do projeto. E, em Baco Pari, é a igreja o local de referência comunitária. Nela também eram armazenados os materiais e realizados exames mais específicos pela equipe do projeto de pesquisa maior/UFAL.

Figura 49 - Igreja de Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 50 - Caminho da rua principal de Baco Pari ao entardecer.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A figura de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do quilombo, era constantemente reverenciada nas falas de todos os quilombolas entrevistados. A fé e devoção à Santa iam além das narrativas, estando presente em vários elementos simbólicos da comunidade. Quando

questionados sobre algum quilombola devoto a outra religião senão o catolicismo, a resposta sempre foi negativa. Na verdade, Baco Pari tinha todo um discurso relativo a questões culturais e identitárias mais homogêneo e coletivo do que eu havia presenciado anteriormente, inclusive no que tange à origem e formação do quilombo. Ainda, também eram mais organizados politicamente, se sentindo bem representados pela Associação Quilombola de Baco Pari.

Baco Pari é um quilombo pequeno, com configuração completamente distinta do quilombo visitado anteriormente. As áreas de cada lote não eram extensas, não havia casas distantes (muito pelo contrário, eram bem próximas umas das outras) e podia-se caminhar por toda a comunidade a pé. Praticamente todas as casas são de alvenaria, entretanto era visível a diferença do quilombo que havia acabado de sair, mais especificamente com referência aos quintais e isso me chamou a atenção. Na fachada das casas não havia muitas plantas ou flores, tampouco hortas e animais de porte médio nos terreiros, apenas algumas galinhas em poucas casas. Ao adentrar os quintais ou mesmo solicitar o uso do sanitário, algumas vezes fui informada ou direcionada para uma área a céu aberto próximo à residência.

Figura 51 - Devoção a Nossa Senhora Aparecida em pintura na fachada de casa em Baco Pari.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 52 - Casas de alvenaria, próximas umas das outras e sem cultivo nos quintais.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Logo que cheguei, cumprimentei Isaías, o presidente da Associação Quilombola de Baco Pari. Estávamos alegres em nos reencontrarmos. Como já havia estado ali, também cumprimentava vários outros moradores. Pouco depois fui conversar com Dona Duvirge, mãe de Isaías, em entrevista a respeito da questão histórica do quilombo, abordada no capítulo anterior.

Em relação à alimentação, ocorre que em Baco Pari a questão da água é tão central que isso se refletia em tudo: nas narrativas, nas conversas informais, nas denúncias, na paisagem (os quintais sem horta, os toneis próximos às casas, os canos para a prometida tubulação nas sombras das árvores, a caixa d'água central com uma tranca, etc.). Obviamente, não houve como não estar explícito também nas entrevistas, que confessou que se tornaram constrangedoras muitas vezes. A ausência de água — devido a questões socioambientais, econômicas, políticas e institucionais — claramente afeta os hábitos alimentares e desorganizam questões sociais em Baco Pari, mas vai além. Água é fonte de vida nos mais diversos sentidos. A negação do direito a esse primeiro recurso vital a uma população nos diz muito também da configuração e domínio das estruturas de poder.

Quando questionei Isaías a respeito de como se dá o acesso aos alimentos, ele respondeu:

Agora tá sendo no compra, porque as terra esfraquiou tudo e não tem adubo, né. Tá pouco, às vezes as condições não dá pra comprar ['As vezes, pai?!', questiona sua filha que também participava da entrevista, interrogando, com certa ironia, a dificuldade frequente]. Água ninguém tem (SILVA, 2017).⁴⁷

Perguntar a respeito de produção e consumo de alimentos em comunidade de agricultores que mal acessam água, mesmo com profundas investidas, se tornou angustiante. E, como visto pelos dados da **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar**- EBIA, a comunidade está quase que em sua totalidade em insegurança alimentar. Foi muito difícil chegar em um quilombo em busca de patrimônios e hábitos alimentares e me deparar com uma situação de escassez, conflito, pobreza extrema e até exploração. Por isso minha narrativa aqui é diferente da proposta, no qual especificará como cada entrevistado/a faz uso da terra e o quê consome.

Atualmente a comunidade é constituída por 53 casas, habitadas por vezes por mais de uma família em cada uma. As residências são de alvenaria desde 1997/1998, quando um programa governamental substituiu as casas de adobe, assim como ocorreu em Fazenda Canabrava, devido aos altos índices de acidentes associados ao barbeiro. Mas algumas **famílias haviam retornado** à comunidade e sem casas de alvenaria, morando, inclusive, em casa de lona.

Figura 53 - Residência de lona e plantação seca.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

⁴⁷Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

Não há saneamento básico tampouco fossas sépticas. Pouquíssimas casas têm pia, vaso sanitário e chuveiro e, geralmente, quando possuem, não funcionam. Os sanitários são buracos feitos perto das casas (ao lado das cozinhas). Em algumas residências não há o buraco, então são feitos em descampado próximo às casas. Todos têm energia elétrica desde 2005, direito acessado através do programa federal “Luz para Todos”, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, do então governo.

As cozinhas estão sempre na parte externa da casa e o fogão usado em todas as residências é à lenha. As mulheres são responsáveis pela busca da lenha e pela feitura de alimentos. Muitas vezes seus filhos e filhas as auxiliam no preparo das refeições.

Figura 54 - Via principal de Baco Pari.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A comunidade é politicamente bem organizada. A Associação Quilombola Baco Pari é composta membros que são moradores e moradoras muito aguerridos e comprometidos com o bem comum da comunidade. Mas infelizmente, nem mesmo o presidente da associação, Isaías,

tinha maiores conhecimentos sobre políticas públicas para comunidades quilombolas e também nunca tinha ouvido falar em assistência técnica rural. A maioria dos adultos não são alfabetizados e poucos jovens conseguem finalizar o ensino médio. Perguntado a respeito de acesso à políticas públicas, Isaías me respondeu: “Diz que a gente tem acesso a muitas coisas, a muitos programas do governo federal. Só que até hoje, pra nós não chegou ainda” (SILVA, 2017)⁴⁸.

Localiza-se na comunidade a escola Severino Pereira dos Santos que atende cerca de 60 alunos/as da alfabetização à quarta série (5º ano). A escola encontra-se em situação precária e nela há apenas duas pequenas salas de aula. Torna-se necessário que as aulas sejam realizadas com turmas mistas por falta de espaço. Obviamente a questão da escassez de água também atinge a escola, fazendo com que os cancelamentos das aulas sejam frequentes. Muitas crianças também não vão à escola por constrangimento em não tomar banho para ir à escola. Já não bastasse a carência alimentar em casa, outro fato também muito grave dito pelas mães de algumas crianças é que às vezes os estudantes ficam mais de um mês sem a merenda escolar, que vem de outro município.

A pequena escola está degradada e reflete muito da realidade local. Os profissionais de educação são profissionais externos à comunidade, não familiarizados com questões étnico-raciais e outras de âmbito local. Há total ausência de materiais de apoio para reflexão sobre a realidade do território. A escolaridade entre os adultos é pouca. Pensando em como se operam as políticas públicas, em linguagem e formatos excludentes, a população não consegue conhecer seus direitos, acessar editais, assistência técnica, entre outros. Estão fora dos espaços de poder e de decisão.

Enfatizo que não quero afirmar qualquer tipo de valor agregado a melhores condições de vida ou algo do tipo, estando atrelado à níveis formais de educação para essas populações. Mas sim que é importante que tenham autonomia, direito e possibilidade em optar e decidir por acessar ou não os diversos níveis de educação formal — ou qualquer outro direito básico — se assim desejarem, caso que está muito distante de ocorrer.

Muitas famílias, com crianças, se alimentam apenas de café preto pela manhã. Não comem carne com muita frequência e consomem mais frango de granja do que carne de gado, que compram em mercados no município. A criação de animais é escassa. “Quem tem [animais]

⁴⁸Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

ainda sofre ainda, porque não tem água. Entendeu? Não tem água. Aí tem que dividir a gotinha de água que vem pra ele e pra dar à criação. E aí? Fica difícil” (SILVA, 2017)⁴⁹.

O único morador que tem criação de animais maiores como gado, porco e cavalo, além de galinhas caipiras para venda de ovos é um agricultor, Seu Orozino. Ele é o único que chegou na comunidade há menos tempo, mora um pouco distante e não tem vínculo de parentesco com os outros moradores. Ele tem um olho d’água em suas terras, mas a fonte d’água também está secando. Suas terras, diferentemente dos demais, foram compradas. Além disso, também é o único morador que possui uma oficina para produção de farinha, que é feita em pequena escala.

Antes havia outras casas de farinha na comunidade, mas agora os moradores e moradoras compram farinha no mercado. Além da farinha, também produziam rapadura, plantavam e torravam café. Essas práticas cotidianas fazem parte da trajetória histórica da comunidade.

Nós tinha uma oficina de farinha bem aqui, nesses pés de manga aí. Era de meu pai mais meu tio. [...] Cansei de puxar roda, relar mandioca no braço. Na época não era motor. [...] Nós tudo fazia. Tinha vez que nós passava de manhã o dia todo raspando mandioca, quando era ali a boca da noite nós começava a ralar essa mandioca e quando ia terminar era lá pra uma, duas horas da manhã. Aí a prensa já tava surrada de massa o cocho cheio outra vez. Rapadura a gente fazia, mas era lá embaixo, lá no Prata. No início a gente plantava [cana]. Chovia, a cana vinha boa. Plantava bem aqui. Mas de uns anos pra cá que a chuva ficou pouca, morreu tudo. Torna a plantar, morre de novo, vão acabando minhas forças. É ruim você plantar as coisas e ver acabando por falta de água, né (SILVA, 2017).⁵⁰

A fonte de renda da comunidade se dá basicamente pelo beneficiamento do programa federal “Bolsa Família”. À exceção deste, alguns homens trabalham nas fazendas de agricultura intensiva na Bahia, nos municípios de Rosário, Correntina e Barreiras, capinando aonde as máquinas não chegam. Trabalham principalmente na monocultura de soja, milho e batata. As mulheres não têm trabalho remunerado, ficando responsáveis pelo cuidado do lar e dos/as filhos/as. A população está inserida no contexto de limitação e escassez de recursos, além de abalada por não poderem exercer seu ofício em seu lugar. Assim, ficam gratos com a oportunidade e alimentos que vêm das fazendas de monocultura. A questão é que esse trabalho externo infelizmente já não é uma questão de opção, mas sim um ciclo onde suas práticas tradicionais — ou autonomia para gerarem outros fazeres, se assim desejarem — podem estar ameaçadas.

A estrutura econômica mundial e distribuição atual da riqueza-pobreza entre os países dos cinco continentes produzem um panorama realmente alarmante no que diz respeito à alimentação. Dois terços da humanidade sofrem uma escassez crônica de alimentos motivada por fatores diretamente criados pelo modelo de crescimento econômico ditado pelos países ricos, oscilando entre efeitos da desertificação, o

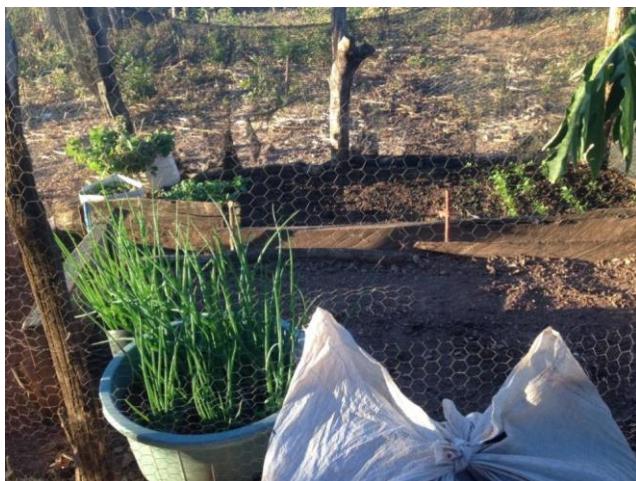
⁴⁹Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

⁵⁰Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

deslocamento massivo de pessoas por causa dos confrontos armados, a proletarização e a dedicação da força de trabalho agrícola aos cultivos comerciais. [...] O ciclo está claro: destruição de economias tradicionais e introdução da economia monetária; introdução massiva de métodos e produtos novos para exportação, com consequências desastrosas para os cultivos autóctones; (PONS, 2005, p. 101).

Mas os quilombolas de Baco Pari resistem e insistem como podem, mesmo que a maioria não consiga mais cultivar hortas, por exemplo. Dona Duvirge e Luciana, sua filha, têm um dos quintais mais abundantes, onde pude observar um canteiro com temperos como cebolinha e coentro. Erva-cidreira e outras plantas para chás que são muito utilizadas e eram mais frequentes nas residências. Para além dos temperos e ervas, quase não se vê plantio de hortaliças ou legumes nos quintais. No sistema alimentar, a falta de água não atinge apenas a irrigação das plantas. A impossibilidade de criar animais, tanto para alimentá-los quanto para dá-los de beber, faz com que careçam de esterco para o plantio também.

Figura 55 - A horta a mais farta do quilombo, de D. Duvirge.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Obviamente, a escassez é cíclica, mas os laços comunitários também. Perguntei sobre o que é feito com a possível ausência de alimentos em alguma casa, caso não receba o benefício do governo e também não esteja conseguindo colher. Isaías me respondeu: “Apela pros vizinhos, porque aqui é assim, se falta na minha casa, procuro na casa dele, procuro na casa do outro, pra não ficar sem nada” (SILVA, 2017)⁵¹.

⁵¹Entrevista com Isaías Cardoso da Silva, 19 de julho de 2017.

Esse foi o quilombo que quando perguntado sobre os hábitos no almoço e jantar, a resposta mais comum era: arroz e/ou feijão, abóbora, mandioca e carne quando dá (geralmente galinha ou porco). Alguns quilombolas criam galinhas, mas pouco consomem os ovos, pois a falta de milho para alimentá-las limita a produção de ovos. Uma refeição com salada não foi relatada. A carne de gado é mais consumida em dias de festa, que está muito ligada à religiosidade, nos festejos para Nossa Senhora Aparecida. Mesmo com toda a dificuldade, os quilombolas se organizam para comprar um boi e assá-lo no dia da festa em devoção à santa e consideram a oferta uma bênção. Nessa ocasião os homens matam o boi e constroem as barracas e as mulheres cozinharam.

Os grãos que comumente plantavam também estão mais escassos. Milho e feijão hoje são os que ainda conseguem colher um pouco. Mas várias pessoas narraram a dificuldade de plantio do feijão. Antigamente era farto, mas de uns anos pra cá ninguém está mais conseguindo colher na comunidade. Mas alguns/algumas ainda perseveram e plantam feijão de diversas espécies como fava, andu, catador, feijoada, entre outros. Disseram que quando é o tempo da florada, ele morre pela ausência de água. Ainda há outro agravante: as novas pragas e empobrecimento do solo. Essas pragas são relativamente recentes, de poucos anos para cá, e os quilombolas não estão sabendo lidar ou tendo condições de atacar. São pestes que vêm tanto pelos ares (“mosca branca”), como pela terra (chamado de “cupim”). Seu Antônio, agricultor e sanfoneiro do quilombo, me contou:

Aqui não tem quase feijão mais não. Que planta, que dá uma mosca nojenta. Sabe uma mosquinha, que o feijão chupa tudo lá em cima, o feijão enginha tudinho aí não dá nadinha. [...] Uma mosquinha branca, ela senta no feijão e aí o feijão morre tudo. E na época da flor do feijão vem o sol. [...] A gente separa o mantimento e ele [cupim] vem pelo chão. Ele vai na raiz do mantimento, aí ele corta a raiz do mantimento e aí o mantimento não vai, né. Aí ele morre. Desses anos pra cá começou. A gente plantava e colhia bem, de certo tempo pra cá aconteceu isso (SILVA, 2017).⁵²

Seu Antônio aprendeu os primeiros acordes da sanfona na infância com um senhor do povoado vizinho e depois seguiu tocando o instrumento de forma autodidata. Infelizmente Antônio não toca mais sua sanfona há alguns anos, pois ela está quebrada. Ele disse estar muito saudoso e me contou o quanto as festas eram boas nas casas que ele tocava. Vê-lo abandonar o seu ofício e prazer em consequência de um acúmulo de negativas foi desesperador. Antônio é um dos moradores com menos recursos na comunidade e várias crianças moram em sua casa. Possui inclusive poucos recipientes para armazenar água (seja potável ou salobra). Também foi um que relatou comer carne com pouquíssima frequência. O fole de sua sanfona está defeituoso

⁵²Entrevista com Antônio Claro da Silva em 19 de julho de 2017

e ele não tem perspectiva alguma de consertá-lo ou adquirir um novo. A condição de fazê-lo é tão distante que Antônio disse já estar conformado que não a tocaria mais. Mas seus olhos brilharam quando me mostrou o instrumento, o afeto era nítido, assim como a lamentação. Referência de arte e cultura na comunidade, é filho de pai de povoado vizinho, mãe de Baco Pari e avós maternos vindos da Bahia. Aqui cabe a reflexão do quanto a alimentação e a sustentabilidade estão entrelaçadas com as práticas culturais e sociais, a soberania e a manutenção de seus modos de vida de forma digna em seus territórios. Tal contraste entre riqueza e escassez, passado e presente, foi especialmente emocionante para mim enquanto pesquisadora nesse momento.

Figura 56 - Antônio com sua sanfona quebrada em desuso.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Dona Duvirge, no período da entrevista, havia conseguido colher feijão andu, sendo a única espécie de feijão que ela e sua filha conseguiram realizar a colheita. Perderam parte da produção, mas ainda assim conseguiram. Pude presenciar e participar um pouco do processo de debulhar o feijão andu colhido.

Figura 57 - D. Duvirge e Luciana debulhando feijão andu.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 58 - Colheita de feijão andu.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Foi relatado que até mesmo os pés de fruta estão sendo afetados. As frutas estão surgindo em quantidade e qualidade cada vez mais inferiores. Não fazem ideia do motivo. Apesar de não podermos associar diretamente, as pessoas estão consumindo cada vez mais sucos em pó industrializados e perderam o hábito de fazer doces de frutas. Este foi um dado muito importante, sendo revelado por absolutamente todos os entrevistados. Não há mais feitura de

doces de frutas (ou doce de leite), que antes eram comuns em comemorações, nem mesmo em dias festivos. O fato de consumirem menos doces caseiros e um possível comprometimento da saúde das árvores frutíferas foi uma detecção constante e lamentável. Vários fatores poderiam explicar essas mudanças de comportamentos alimentares, mas a dificuldade de produção e o acesso aos recursos naturais também nos diz muito.

Apesar da ausência dos antigos doces de frutas, as cozinheiras também narraram que ainda fazem bolo de fubá de milho, biscoitos e bolos de polvilho para consumo próprio. Havendo inclusive o “mentirinha”, biscoito frito de polvilho, ovo e sal, que consideram receita local e geracional. Em Baco Pari todos os quilombolas cozinham no fogão à lenha. Alguns, às vezes, fazem o café no fogão a gás. Preferem o gosto do fogão à lenha e o tempo de cozimento, por ser mais rápido. Não é apenas a impossibilidade de arcarem com os custos do gás de cozinha, que também é um fato, mas realmente preferem o uso da lenha pela disponibilidade e principalmente pelo sabor.

A comunidade de Baco Pari padece da sistemática invisibilização e negação por parte do Estado. A água, que chega pelas torneiras, é rara e de péssima qualidade. A população serviu de mão de obra explorada para levar água a território vizinho, com agente governamental local sendo mediador, inclusive, e não foram respeitados e contemplados pelo seu trabalho. Não conseguem colher e mal se alimentam. Nenhum morador tem acesso ao direito à educação de qualidade, sejam crianças, jovens ou adultos. Apesar das históricas dificuldades e negações, a comunidade de Baco Pari permanece criando estratégias para sobrevivência, dos campos mais subjetivos aos mais pragmáticos.

4.3 QUILOMBOS EXTREMA E POVOADO LEVANTADO

Após alguns dias em Baco Pari, seguimos para o município de Iaciara, a 35 quilômetros de distância do município de Posse. Desde os primeiros contatos telefônicos (ocorridos anteriormente, quando iria sozinha para realizar a pesquisa) sempre reafirmaram que são duas comunidades, mas se consideram como uma só. São quilombos relativamente pequenos, ambos com casas próximas umas às outras. Em Extrema moram cerca de 40 famílias e no Povoado Levantado cerca de 30.

Igualmente como ocorreu em Posse, no município de Iaciara ficamos hospedadas/os em um pequeno hotel na cidade. Nos primeiros dias da nossa chegada — também com o transporte escolar local — seguimos para a comunidade quilombola Extrema. Apesar de não pernoitarmos

na escola, o local era a base da equipe do projeto de pesquisa maior/UFAL, principalmente pelos cuidados especiais que alguns equipamentos necessitavam.

A escola também é central para os quilombolas e leva o nome de João Damaceno Rocha, um dos nove irmãos que vieram da Bahia e pai de D. Catarina. Quando chegou em Goiás, João Damaceno tomou classes em uma residência nas redondezas, “na casinha”, como D. Catarina sempre se referia. Ele foi o primeiro professor da comunidade e alfabetizou as então crianças do quilombo, ainda embaixo de uma árvore. Talvez por isso as comunidades tenham forte referência na educação. Hoje, a escola municipal quilombola tem seu nome.

Figura 59 - Escola Municipal João Damaceno Rocha – quilombo Extrema.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A história dos quilombos é muito rememorada na educação local, já que muitos funcionários da escola são moradores dos quilombos. Terezinha (53 anos) me respondeu, inclusive, que cursou pedagogia pelo método de Educação a Distância (EaD) juntamente com outras duas quilombolas da comunidade e trabalha como merendeira na escola. Outros jovens do quilombo também estão cursando o nível superior. Sua sobrinha, igualmente, está estudando pedagogia, por exemplo. Essas funcionárias da escola se esforçam em tratar de identidade local e educação antirracista com as crianças. Há um projeto de Maria Madalena (cunhada de Terezinha) para escrever um livro intitulado “Fios de Fogo”, remetendo à roupa que pegou fogo e culminou na morte da irmã de Dona Catarina, no intuito de manter a memória viva da ancestral e história da migração dos quilombolas. Maria Madalena é uma das funcionárias da escola, educadora, líder comunitária, mestrandra em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás e presidente da Associação de Extrema.

O quilombo Extrema tem três pequenas ruas paralelas a partir da Escola de João Damasceno Rocha (que atende as duas comunidades) e a igreja Sagrado Coração de Jesus e Maria fica próxima a ela. O Povoado Levantado é um quilombo um pouco menor. Segue um formato mais circular, onde há uma rua principal com a igreja São João Batista localizada no centro da comunidade. Logo, os festejos juninos são muito comemorados.

Como abordei no capítulo anterior, assim que chegamos em Extrema, imediatamente me chamou a atenção o fato de haver cisternas na parte externa das casas, assim como alguns quintais produtivos e diversidade de plantas. Saída da realidade de Baco Pari, já quis logo saber como tinha se dado a conquista delas. Soube que Irene, um dos líderes de Extrema e tesoureiro da Associação do Povoado Levantado, na época agente de saúde comunitário e atual graduando em enfermagem, havia feito a articulação necessária para a aquisição das cisternas para os quilombos. Todos eram muitos satisfeitos com as cisternas e disseram o quanto melhorou a qualidade de vida. A água do poço artesiano também é salobra e com frequência havia falta d'água nas comunidades. A água dos reservatórios perdura durante todo o período de seca.

Figura 60 - Torneira e tubulação e da cisterna para a captação da água das chuvas 1.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 61 - Torneira e tubulação e da cisterna para a captação da água das chuvas 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

As práticas de agricultura foram menores nesses quilombos. Alguns moradores possuem empregos, formal ou informal, dentro ou fora da comunidade e muitos não eram agricultores, principalmente em Extrema (comunidade mais próxima da cidade). Mas, ainda assim, mantinham forte vínculo com a terra.

Quanto ao cultivo, os agricultores plantavam de forma coletiva perto do brejo, que está próximo às comunidades, apesar de hoje a prática estar mais rara. Os quilombolas também falam que devido à falta de chuvas o plantio foi dificultado. Algumas pessoas cultivam hortas nos quintais, sendo mais comum no Povoado Levantado. Antigamente usavam também a água de um córrego para abastecimento das famílias, mas ele secou. Em uma das entrevistas, também foi dito que existem barragens “lá em cima” (outros territórios), o que, provavelmente, pode ter provocado alteração no volume dos rios. As comunidades fazem armazenamento de sementes, inclusive sementes crioulas. Não há uma grande proporção de pessoas que têm quintais produtivos, mas quem planta nos quintais geralmente também planta coletivamente nas roças. As questões como pragas na plantação e a própria cultura alimentar tinham uma narrativa muito similar à de Baco Pari e Fazenda Canabrava, respectivamente. Destaco que a mosca branca na plantação também foi citada nessas comunidades.

Figura 62 - Banco de sementes em Extrema.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Nos quilombos Extrema e Povoado Levantado ouvi novamente narrativas de alimentação mais diversificada, principalmente em Extrema. Por exemplo, na casa de Terezinha (54 anos), a família se alimenta de cuscuz, beiju, mandioca e pão no café da manhã e nos lanches costumam comer biscoitos de polvilho, biscoito de puba e biscoito fermentado, assim como bolo de arroz, que até pouco tempo atrás só era feito com arroz plantado nos roçados.

A população dos dois quilombos se alimenta muito por insumos comprados em mercados de Iaciara, município que está muito próximo das comunidades — a menos de 5 quilômetros de Extrema. Vários vão aos mercados de bicicleta e é comum esse abastecimento.

Alguns quilombolas criam porco e gado e muitos criam galinhas. O número de quilombolas que cultivam hortas é um pouco reduzido (em proporção da população total) em Extrema, sendo bem mais expressivo em Povoado Levantado (o quilombo um pouco mais distante do município). Porém, em ambas as comunidades, os quilombolas mantêm roçados coletivos de milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar, por vezes coco e banana. O número de entrevistados que comem ovos advindos da comunidade e que compram em mercados variou muito. Basicamente todos almoçam arroz, feijão de caldo, por vezes salada e frango de granja ou carne de gado comprada no açougue da cidade.

Figura 63 - Plantação de abóbora em Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 64 - Quilombola em seu quintal produtivo em Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Em Extrema, foi dito pela Creuza Aparecida (59 anos), lavradora com horta diversa em seu quintal, que carne não falta, nem que fosse um osso ou bucho que colocasse no feijão. O perfil alimentar de Maria Madalena, Creuza e Terezinha se assemelham muito com do agricultor rural Abadia Cardoso (69 anos), Dona Dina e Zé Reis (49 anos), funcionário público

da prefeitura – todos de Extrema. Inclusive, há mudanças no cardápio aos fins de semana, onde alguns costumam comer lasanha, por exemplo. Também em Extrema foi dito que antigamente só comiam arroz e feijão, pois carne era raro. De folhagem, comia-se apenas alface. Terezinha afirmou que antes tudo era da roça e agora consomem muito mais de mercados, ingerindo mais carne e mais verduras. A quilombola considera que a alimentação melhorou e associa ao fato de hoje terem mais empregos na comunidade e no município.

No Povoado Levantado, tive a impressão das relações ocorrerem de forma mais solidária. Foi mais presente a narrativa de compartilhamento e também de ausências. Ao contrário do que foi dito em Extrema, Seu Edeltrurdes Pereira (67 anos) do Povoado Levantado, disse não ter condições de comer carne todo dia. Como dito, os quintais produtivos eram nitidamente mais presentes em Povoado Levantado. A população também comia menos de mercado e produzia muito feijão de diversas espécies. Eventualmente, em Povoado Levantado, os quilombolas usam a água da cisterna para aguar a horta, ao contrário de Extrema, que apenas usam a água das cisternas para afazeres domésticos e consumo próprio. Ana Cardoso (43 anos) e Antonino Bispo (56 anos) são um casal que planta diversas espécies de mandioca como amarelinha, aipim mané, aipinzão e aipim cacau. Relataram fazer uma boa colheita, assim como do feijão catador, mas não têm colhido mais arroz por considerarem a terra fraca. Devido à seca, o casal parou de plantar milho e criar porcos, mas mantém a criação de galinhas. Aprenderam a fazer biofertilizante com um técnico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o tem usado em seus cultivos. Alguns poucos quilombolas ainda possuem criação de porcos e gado, sendo também pouco mais expressivo no Povoado Levantado.

Figura 65 - Criação de porcos em Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Outro casal agricultor de Povoado Levantado, Francisco Cardoso (72 anos) e Zeferina do Sacramento (73 anos), acompanha o perfil alimentar do quilombo: almoçam carne de frango com maior frequência, acompanhado de arroz e feijão. Além de cuscuz e beiju, bolos de trigo e milho, também comem biscoito doce e salgado adquiridos no mercado. Cultivam diversas espécies de mandioca, assim como de bananas, apenas para consumo próprio. Apesar de criarem galinhas, compram ovos na cidade. Seu Francisco é deficiente visual, mas ainda assim segue no trabalho na roça. Por isso é Dona Zeferina que mais se dedica ao roçado e muito dos bolos e biscoitos que consomem também são feitos por ela, que foi ensinada pela mãe.

Figura 66 - A direita o casal Francisco e Zeferina.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Muitos quilombolas, principalmente as mulheres e os mais idosos, fazem uso de ervas, cascas e raízes para tratamento de dores e doenças. Usam muito casca de Umburana para gripe; Pereirinha (Pau Pereira) para diabetes, colesterol e azia; folha de Algodão para inflamação; Manacá para dor de coluna; folha de Manga para rinite alérgica; pó de açafrão para inflamação na garganta; Umburana, Cedro e Sucupira para reumatismo; Angico para gripe; Arruda para mulheres recém-paridas, etc. Cultivam as ervas nos quintais e as cascas das árvores usadas para remédio encontram no cerrado pelos arredores.

Figura 67 - Horta de Seu Francisco e Dona Zeferina.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Um detalhe importante nos quilombos Extrema e Povoado Levantado é que a maioria das famílias cozinha em fogão a gás. Algumas famílias até mesmo não tem mais fogão a lenha. Os que não tinham disseram sentir falta, mas que se habituaram com a praticidade do fogão a gás. Os casais de idosos que moram só, geralmente, faziam mais uso do fogão a lenha. Na janta, comumente, se alimentam com a sobra do almoço. Apenas os mais velhos fazem um lanche mais leve com bolachas, bolos e biscoitos geralmente adquiridos no mercado.

Figura 68 - Quilombola em Povoado Levantado manejando sistema de irrigação em seu quintal.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Seu Anastácio, patriarca em Extrema, falou muito orgulhoso de seu lugar, das atividades culturais e saberes que faz questão de manter vivos no quilombo. Rememorou a história com vários familiares presentes e os mais novos ouvindo — certamente mais uma vez — com todo respeito ao seu ancião, o histórico de chegada, trabalho e conquista da terra por seus antepassados. Na entrevista com Seu Anastácio, estávamos a Professora Lucélia e eu, além de alguns filhos, netos e bisnetos de seu Anastácio na varanda de sua casa. Todos estávamos sentados à sua volta em uma pequena roda. No fim de sua entrevista, após contar toda a travessia da família e a árdua chegada e formação do território, Seu Anastácio enfatizou o quê, para ele, é o valor da terra e daquela terra, dizendo: “Terra não é de venda... terra, Deus criou terra para o homem trabalhar. Aqui é nosso!”.

Figura 69 - Seu Anastácio e suas parentes no quilombo Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A comunidade de Povoado Levantado, principalmente, mantém várias atividades culturais. Coordenado por Seu Anastácio, há um grupo musical que tocam flauta em tabocas,

gaita de madeira, pandeiros, triângulos e zabumba. Tocam em festejos, dançam sussa e quadrilha em datas festivas. Fazem apresentações nos quilombos e em comunidades vizinhas. Na maioria das festas locais o grupo musical da comunidade do Povoado Levantado faz cortejos acompanhado de violeiros das comunidades. O grupo musical sempre participa das festas religiosas. Atualmente, estão resgatando a capoeira a partir de um jovem que morou fora e retornou para a comunidade e hoje ensina as crianças, muito incentivado por Seu Anastácio, que afirmava que era arte e luta deles e que esse resgate é necessário.

Figura 70 - Seu Anastácio e o grupo musical com pífanos e batuques em Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 71 - Seu Anastácio e o grupo musical com pífanos e batuques em Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 72 - Grupo de capoeira em Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Mais uma vez, as igrejas eram uma grande referência nos quilombos, dado que a religião tem um forte vínculo identitário no local. As comunidades são extremamente religiosas e realizam muitas festas (quase mensalmente) para os santos católicos. Preservam muito o

catolicismo popular, sendo a religião de todos os entrevistados e não havendo presença alguma de templos, igrejas ou mesmo seguidores de outras religiões.

Na igreja Sagrado Coração de Jesus e Maria em Extrema as principais festas religiosas que acontecem são a Festa do Mastro (durante festas juninas e quadrilhas), a Lapinha na véspera de Natal e a de Santa Terezinha no mês de outubro. Em Povoado Levantado, na igreja São João Batista, acontecem as grandes festas dos santos São Sebastião em janeiro e de São João em junho (também com quadrilha e a dança Sussa), além das Folias do Divino, São João e Reis. Nas folias e festas o grupo musical comandado pelo patriarca Anastácio faz cortejos pelas comunidades. Os alimentos mais especiais nas festividades religiosas são o feijão tropeiro e/ou a farofa de carne (acompanhado de arroz, macarrão e salada) e sempre que possível há carne de gado, cozida ou assada. Nos festejos de São Pedro e São João as comunidades cozinham juntas. Em Extrema a comida é servida na casa de D. Catarina e em Povoado Levantado é servida na casa de Seu Anastácio, ambos anciões dos respectivos quilombos.

Nesses dois quilombos foi onde mais encontrei pessoas idosas que benzem. Seu Anastácio é referência em Povoado Levantado e Bernardina Rocha, a Dona Dina (78 anos), em Extrema. Benzem dor de dente, espinhela caída, dor de barriga, quebranto e mal olhado. O ato de benzer está diretamente ligado ao catolicismo das comunidades.

Figura 73 - Frente da Igreja Sagrado Coração de Jesus e Maria em Extrema.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 74 - Mastros enfeitados na frente da Igreja Sagrado Coração de Jesus e Maria, ainda enfeitados dos festejos juninos.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 75 - Frente da igreja São João Batista no Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 75 - Interior da igreja São João Batista no Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Junto ao grupo musical, na Festa do Divino Espírito Santo, a população sai em cortejo também pelas comunidades vizinhas carregando o seu mastro. Tanto em Extrema quanto em Povoado Levantado, os entrevistados diziam muito orgulhosos que absolutamente todos da comunidade são católicos.

Figura 76 - Quilombolas mostram orgulhosos o mastro da Festa do Divino em Povoado Levantado.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Os quilombos Extrema e Povoado Levantado são muito conscientes, acessam alguns de seus direitos e prezam muito pelo valor de suas culturas locais. Desejam que seja mais investido em educação formal e cultura nas comunidades. A questão da terra (titulação) e desejo de maior apoio na produção de alimentos também é uma atual demanda nas comunidades que foram relatados. Constam no Processo de Certificação da Comunidade de Extrema, proveniente da FCP, que as principais demandas do quilombo estão diretamente relacionadas à titulação da terra, assistência para produção de alimentos, maior acesso à educação formal (acadêmica), saneamento básico e investimento em cultura. Como podemos constar na imagem seguinte (que consta no processo da FCP), especificamente são:

Figura 77 –Demandas.

8. Demandas

8.1 – Quais são as principais reivindicações da comunidade?

1 - <i>Desarrollo no nível superior</i>
2 - <i>Regularização fundiária</i>
3 - <i>Apoio na fabricação de farinha, rapadura, queijo</i>
4 - <i>Saneamento básico</i>
5 - <i>Centro cultural, ponto de cultura</i>
6 -
7 -
8 -
9 -
10 -

Quadra 601 Norte – SGAN – Lote L – Ed. ATP, Brasília / DF, Brasil
CEP: 70890-010. Tel.: 55 (61) 3424-0100. Fax: 55 (61) 3226-0351. Site: www.palmares.gov.br

Fonte: Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP. Fl. 27. (2014)

- 1 - Acesso ao nível superior;
- 2 - Regularização fundiária;
- 3 - Apoio na fabricação de farinha, rapadura e queijo;
- 4 - Saneamento básico;
- 5 - Centro cultural; Ponto de Cultura.

Após a pesquisa em Extrema, precisei retornar a Brasília pelas demandas pessoais já informadas. Há algum tempo já havia constatado a repetição dos dados e respostas semelhantes. Também havia sido informada por Priscila Olin que no próximo quilombo para onde a equipe seguiria havia pouquíssimos moradores.

O grupo da pesquisa do projeto maior/UFAL seguiu para o quilombo Família Magalhães, próximo dali. Eles iniciaram e finalizaram a pesquisa de campo em apenas um dia, visto que a comunidade estava muito esvaziada. Praticamente todos os jovens havia migraram

por não terem condições de permanecerem ali pela ausência de oportunidades e trabalho. Os adultos e mais idosos também reclamavam das condições de plantio e subsistência, ao que fui informada. É mais um motivo para pensar os futuros dessas comunidades onde a realidade não está das mais fáceis, sendo bastante impactadas por questões ambientais e ausências de políticas públicas. Reforço a necessidade de realizar uma pesquisa densa em questões alimentares nos quilombos do cerrado.

Não tenho como mensurar quais seriam os resultados da pesquisa do Palin/Fiocruz se não tivesse sido realizada em paralelo com a pesquisa do projeto de pesquisa maior/UFAL, dispendo de tempo mais prolongado e maiores recursos. O fato é que me esforcei muito para criar e/ou mudar estratégias, a fim de obter a melhor qualidade de informações dentro de todas as limitações impostas. Inclusive, dos quatro estados selecionados para a pesquisa (Alagoas, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) o único em que de fato a pesquisa qualitativa com viés etnográfico foi realizada e concluída foi no estado de Goiás.

Os resultados obtidos nas quatro comunidades em que realizei a pesquisa de campo embasaram significativa parte do relatório Patrimônios Alimentares Materiais e Imateriais de Quilombos do Estado de Goiás: Resultados Preliminares⁵³ que foi entregue pelo Palin/Fiocruz Brasília ao projeto de pesquisa Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de Diferentes Regiões Brasileiras: Estudo Multicêntrico. Pelo que constatei, seria muito relevante intensificar as pesquisas nos quilombos da região com o intuito de compreender melhor as dinâmicas referentes à alimentação, que de fato é um campo fértil para diversos estudos.

5 ALIMENTAÇÃO É CULTURA

As práticas e hábitos alimentares são produzidos em função de um conjunto de significados que são construídos ao longo da história por processos socioculturais e políticos. Também são reproduzidos e modificados pelos movimentos culturais nos quais os sujeitos estão inseridos. O historiador Carneiro (2003, p. 1) afirma que os hábitos alimentares são extremamente sobrecarregados de ideias e possuem intrínseca relação com o poder. E o autor complementa: “A distinção social pelo gosto, a construção de papéis sexuais, as restrições e

⁵³Patrimônios Materiais e Imateriais de Promoção a Alimentação Saudável e Adequada de Comunidades Quilombolas no Brasil – Resultados Preliminares (2018) Programa de Alimentação Nutrição e Cultura, Programa Saúde Ambiente e Trabalho, Gerência Regional de Brasília, Fundação Oswaldo Cruz. Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília.

imposições dietéticas religiosas, as identidades étnicas, nacionais e regionais são todas perpassadas por regulamentações alimentares.”.

Capra (2005, p. 98), em sua análise sistemática, remete ao historiador Raymod Willians para expor o sentido da palavra *culture* na antiguidade enquanto substantivo que denotava um processo de cultura no sentido de cultivo (de cereais) ou a cultura de criação de animais. O autor afirma que, passadas as novas ressignificações da palavra “cultura” hoje com maior uso antropológico para designar um modo específico de vida de um povo ou grupo social, esta ainda carrega característica de desenvolvimento e coexiste com seu significado biológico original dado que utilizamos os termos “agricultura”, “monocultura” ou “cultura de sementes”.

A identidade e a cultura são temas de muito empenho e estudo nas ciências sociais. Remeto a essa passagem de Capra (2005) de maneira simbólica, visto que nesta pesquisa considero esse olhar multidisciplinar, com esforços em se pensar território, produção de alimentos e cultura. Não à toa resgato o citado conceito de cultura ainda nos termos carregado em seu sentido original, desde o cultivo no uso da terra — porém não limitado a esse fato — ao termo implicado atualmente, entendendo que “é por intermédio da cultura que se descontina o processo de identidade” (SOUZA *et al.*, 2005, p. 28). A pesquisadora e promotora de justiça do Ministério Público do Distrito Federal, Juliana Santilli (2015), reforça: “Os produtos alimentares, bem como os objetos e conhecimentos usados na produção, transformação e consumo de alimentos, têm sido identificados como objetos culturais portadores da história e da identidade de um grupo social”. Maria Eunice Maciel (2004) cita Roberto DaMatta no intuito de discutir uma conexão entre o alimento e as práticas sociais do sujeito, segundo o qual o autor afirma: “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere” (DaMatta, 1986, p. 56 apud Maciel, 2004, p. 26).

Para o historiador Henrique Carneiro (2003, pág. 01) a alimentação consiste em “complexo sistema simbólico de significados sociais, sexuais, políticos, religiosos, éticos, estéticos etc.”, podendo ser contemporaneamente estabelecida a partir dos enfoques biológicos, econômicos, sociais e culturais. E o autor complementa:

O costume alimentar pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com os costumes alimentares. (CARNEIRO, 2003, p. 72).

A alimentação vista como um aro cultural pode ser pensada enquanto um sistema simbólico, estando presentes códigos sociais que operam no estabelecimento das relações dos

seres humanos entre si e com o meio. Ela implica representações e imaginários, envolve escolhas, classificações e símbolos que organizam visões de mundo temporalmente e espacialmente. (MACIEL, 2004).

Segue a atenção da necessidade de não tratar a identidade étnica quilombola de forma homogênea ou mesmo enquanto identidade negra unicamente, mas atenta às suas particularidades. Munanga (2012) discorre a despeito da complexidade da identidade étnica, de determinado grupo, explicitando os/as quilombolas:

Os discursos sobre a identidade negra no Brasil aparecem às vezes confusos, por causa da falta de um discernimento claro dos fatores que constituem a sua substância. Entre o discurso ideológico do movimento negro e da classe dominante por um lado e o discurso acadêmico, por outro, perde-se de vista a identidade como é vivida pelas bases populares e as comunidades particulares negras, no exemplo das comunidades quilombolas. (MUNANGA, 2012, p. 15).

O autor elucida que, historicamente, o discurso sobre a identidade negra se relaciona com a escravidão e a realidade dos negros após abolição, dado que é uma resposta à dominação. Ou seja, um argumento vinculado a um posicionamento político. Porém, a identidade não tem contornos definidos. Ela “é maleável e manipulável à vontade segundo as circunstâncias, as instâncias e os interesses em jogo. Sua complexidade evoca múltiplos fatores: históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, políticos, econômicos, sociais e geográficos” (MUNANGA, 2012, p. 15).

Sabido que os quilombos brasileiros são milhares, se constituíram em diversos processos, territórios e períodos históricos, cabe a desmitificação das populações quilombolas com sua identidade exclusivamente aliada às práticas tradicionais cumulativas, mas, transformadoras. Bhabha (1998) em sua obra *O Local da Cultura* traz sólidas contribuições para a discussão da identidade étnica. No capítulo *Interrogando a Identidade — Frantz Fanon e a Prerrogativa Pós-Colonial* o autor remete, à luz de Lyotard, a discussão de tradição:

A tradição é aquilo que diz respeito ao tempo, não ao conteúdo. Por outro lado, o que o Ocidente deseja da autonomia, da invenção, da novidade, da autodeterminação, e o oposto — esquecer o tempo e preservar, acumular conteúdos; transformá-los no que chamamos história e pensar que ela progride porque acumula. Ao contrário, no caso das tradições populares...nada se acumula, ou seja, as narrativas devem ser repetidas o tempo todo porque são esquecidas todo o tempo. (LYOTARD *apud* BHABHA, 1998, p. 93).

As culturas quilombolas, obviamente, não são homogêneas. Porém, muitas vezes acabam tuteladas por culturas dominantes e espera-se determinada vivência ou prática. Então, tantas vezes ocorre exotização. Hall (2006) nos traz à luz Kevin Robins. Ele elucida que no atual processo de descontrole cultural desigual, as populações ‘estrangeiras’ às normas e valores

ocidentais têm sido compelidas a serem os sujeitos e os subalternos destes ao mesmo tempo em que o Ocidente se vê “face a face com uma cultura ‘alienígena’ e exótica de seu ‘Outro’.”. (ROBINS, 1991, p.25 *apud* HALL, 2006, p. 79). Para ilustrar conceito de diferença cultural, Bhabha (1998) afirma que:

O conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em *nome* de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação. É a própria autoridade da cultura como conhecimento da verdade referencial que está em questão no conceito e no momento da *enunciação*. O processo enunciativo introduz uma quebra no presente performativo da identificação cultural, uma quebra entre a exigência culturalista tradicional de um modelo, uma tradição, uma comunidade, um sistema estável de referências, e a negação necessária da certeza na articulação de novas exigências, significados e estratégias culturais no presente político como prática de dominação ou resistência. (BHABHA, 1998, p. 64).

A cultura não é uma soma de costumes e culturas populares, tampouco uma prática. Ela está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento destas. A cultura é dada por um “padrão de organização — ‘dentro de identidades e correspondências inesperadas’, assim como em ‘descontinuidades de tipos inesperados’ — dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais. (HALL, 2003, p. 136).

A alimentação, no contexto de comunidades quilombolas — e toda a relação com o sentir e a memória — pode ser riquíssimo, pois como destaca a pesquisadora Elvira de Santana (2012), o campo é vasto: “Através da alimentação, é possível visualizar e sentir tradições que não são ditas. A alimentação é também memória, opera muito fortemente no imaginário de cada pessoa, e está associada aos sentidos: odor, a visão, o sabor e até a audição” (SANTANA; SILVA, 2012, p. 1). Acessar a memória dos quilombolas a partir da alimentação pode ser um campo extremamente produtivo, inclusive para que compreendamos melhor o presente.

O alimento está envolvido nos mais diversos significados, desde o âmbito cultural até as experiências pessoais. Há momentos mais propícios para o doce, o salgado, a bebida, a fartura ou a restrição alimentar, que são impregnados de significados e culturalmente determinados nas práticas alimentares, que vão dos procedimentos relacionados à preparação até seu consumo propriamente dito, a subjetividade veiculada inclui a identidade cultural, a condição social, a religião dentre outros simbolismos. (GARCIA, 1994 *apud* SANTANA, 2012 p. 1).

Santos (2012) se apoia nos argumentos de Gilroy (2002) para enfatizar a necessidade de pensarmos as identidades negras da diáspora como culturalmente híbridas e dinâmicas. Excluir a concepção de uma identidade construída apenas a partir da memória do trauma original da escravidão, da vivência posterior à violência racial e ao racismo praticamente cristalizando a ideia de construção de identidades é necessário. Assim, devemos considerar veementemente o

desenraizamento e constante metamorfose cultural e estrutural que as comunidades quilombolas vivenciam desde a diáspora aos tempos atuais na construção de sua identidade.

Nos quatro quilombos a alimentação é sempre muito importante nas confraternizações e nas festas religiosas. Os alimentos das festas religiosas, caracterizadas pelo catolicismo popular, são feitos coletivamente: seja por doação de alimentos produzidos e adquiridos ou por bingos e rifas para arrecadá-los, onde arroz, milho, feijão (tropeiro) e carne de gado são muito valorizados.

Em datas não comemorativas os moradores relataram se alimentar de arroz e feijão de caldo. A frequência de consumo de alguma carne e verduras ou legumes variou muito entre as comunidades. Muitos/as são beneficiários do programa social “Bolsa Família”, principal fonte de renda da população entrevistada. Se não fosse por esta política, alguns quilombolas não estariam sequer se alimentando e tal fato não pode ser minimizado. Porém, a oferta externa de alimentos baratos tem afetado o consumo. Alguns produtos industrializados estão sendo inseridos na dieta local, a saber: salsicha, mortadela, biscoito industrializado (principalmente doce), suco em pó, macarrão instantâneo, dentre vários outros com pouco ou nenhum valor nutricional. A frequência de consumo desses alimentos varia muito entre as comunidades. Muitos substituíram a refeição que antes era feita com alimentos produzidos localmente por estes produtos, principalmente as famílias mais desfavorecidas.

As condições ambientais de cada comunidade são diferentes, logo, a produção de alimentos também. Em Fazenda Canabrava, muitos moradores e moradoras têm hortas no quintal e elas são bastante diversas. Plantam alface, couve, cebola, cheiro verde, tomate, cenoura, beterraba e etc., além de ervas para chá, principalmente erva cidreira, hortelã e capim-santo. É importante destacar que há estratégias de armazenamento de água e desenvolvimento de sistemas para regar as hortas. Foram identificados quintais muito abundantes em detrimento de outros com produção mais escassa.

Os alimentos que mais plantam nos quilombos são mandioca, cana, milho e feijão. De uma forma geral, o milho e a cana são mais utilizados para alimentar os animais e a mandioca e o feijão para alimentação da família. Pouquíssimos/as ainda produzem farinha, e menos ainda fazem rapadura — as duas produções foram identificadas apenas em Fazenda Canabrava, a comunidade em melhor situação ambiental e socioeconômica. Os quilombos não apresentam diferenças significativas em suas práticas e relação de consumo na comunidade. Em cada quilombo os hábitos das famílias são semelhantes. Entretanto, apesar de possuírem cultura alimentar muito equivalente, a possibilidade e condições de produção e consumo nos três territórios quilombolas (considerando Extrema e Povoado Levantado juntos) é muito diferente.

Além da produção nos quintais, em Fazenda Canabrava, alguns moradores plantam cana-de-açúcar, mandioca e milho (roçados), sendo frequentemente feita de forma coletiva. Serve tanto para alimentar os animais (milho e bagaço) quanto para a produção de rapadura e farinha. Muitos plantavam mais e também tinham a produção mais diversificada. Muitos criam gado e porco, em proporções diferentes, mas quase todos criam galinhas. Os ovos e leite consumidos são praticamente todos produzidos na comunidade.

Figura 78 - Horta com sistema de irrigação e gado em quintal de casa em Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 79 - Horta com sistema de irrigação em quintal de casa em Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

A maioria da produção, tanto nos roçados coletivos quanto nos quintais, são para consumo próprio e alguns vendem o excedente. Muitos têm filhos e filhas que hoje moram em municípios vizinhos e visitam seus pais com alguma frequência. Assim, alguns quilombolas entregam o excedente de alguma colheita para os filhos venderem em suas cidades. Quando o produto passou por algum beneficiamento, como polpa de fruta, farinha e rapadura, é vendido para os vizinhos.

A criação de animais variou bastante nos relatos. Pela escassez de chuvas está mais difícil criar animais, alimentá-los (pela não colheita) e dar-lhes de beber. As famílias com mais condições que criam galinhas, as utilizam apenas para consumo próprio e também não comercializam os ovos. Algumas criam porcos para consumo próprio e para venda. O boi e vaca se restringem a poucas famílias. Estes são usados tanto para comércio quanto para consumo próprio e da comunidade, principalmente em festas religiosas (no consumo coletivo). Em Baco Pari apenas um morador possui gado (e ele e sua esposa são de fora da comunidade). Como a produção de leite é pouca, a maioria das famílias não produz mais queijo. Entretanto, os mais velhos e alguns adultos afirmam ainda saberem fazê-lo. Os quilombolas com maiores criações de gado e galinhas também se localizavam em Fazenda Canabrava.

A alimentação por pescados foi uma prática, inexistente no momento. A pesca já não é praticada nos quilombos visitados devido ao processo de extinção de rios da região. Os participantes relataram que havia muito peixe elétrico, traíra, piaba e arraia, mas eles praticamente sumiram dos rios, que secaram muito. A carne de caça menos ainda. O tatu, a paca, o veado e o catitu, animais consumidos na infância e juventude de vários quilombolas (adultos e idosos), além de hoje terem sua caça proibida, não são mais animais avistados e alguns moradores associam isso ao desmatamento dos últimos anos.

Todos negaram realizar trocas de alimentos entre os moradores com a produção excedente (como hortaliças, ovos e feijão). Disseram ser mais comum doar uns aos outros do que trocar efetivamente ou mesmo vender.

Nas comunidades de Fazenda Canabrava e Baco Pari, todas as moradoras utilizam o fogão a lenha para cozinhar. Dizem que apesar de mais trabalhoso, a comida fica mais saborosa e o cozimento é mais rápido, além do alto custo do gás de cozinha. Nos quatro quilombos, a cozinha fica geralmente do lado externo da casa (e quando a cozinha é externa, o fogão a lenha é utilizado). A mulher, que é responsável pela feitura do alimento, também trata a lenha para o fogão. Nas Comunidades de Extrema e Povoado Levantado, o uso do fogão à lenha e a gás é mais variado. Praticamente todas as casas possuíam (e utilizavam) fogão a gás. Algumas não

tinham mais o fogão a lenha na área externa, mas relataram sentirem falta pelo sabor dos alimentos e lembranças afetivas.

Figura 80 - Fogão a lenha de Dona Bete em Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 81 - Cozinha da casa de Rosa em Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 82 - Quilombola tratando a lenha para o uso no fogão em Baco Pari.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 83 - Dona Bete tratando a lenha para o fogão em Fazenda Canabrava.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Nas festas e datas comemorativas, o feijão tropeiro (ou farofa de feijão) foi sempre citado, assim como a carne de boi — geralmente cozida, mas algumas vezes assada. Estes pratos foram expostos como indispensáveis em confraternizações especiais como festas religiosas,

casamentos, etc. A galinhada — com e sem pequi — também foi recorrente nos relatos, mas a carne bovina denotou uma relação maior de gosto e até mesmo prestígio entre os moradores. A farofa de carne bovina, igualmente, está mais presente no gosto popular do que a farofa de frango, porém ambas são consumidas em datas comemorativas. A carne suína também é muito consumida, mas, como citado, a carne de boi ocupa um papel central. Esses pratos são acompanhados por arroz e macarrão. Muitos disseram não possuir mais saladas nessas ceias e por vezes há algum legume refogado, sendo mais citada a abóbora e o chuchu. Como Fazenda Canabrava é a que mais possui hortaliças nos quintais, é a população que mais se alimenta de folhas. A comunidade que mais mantém a prática de doces caseiros de frutas e de leite também é Fazenda Canabrava. Há lembranças de pamonhas, bolo de mandioca, doce de leite, doce de mamão, entre outros, que eram mais presentes na rotina das quatro comunidades.

As mulheres são responsáveis pela culinária e cuidado com a horta próxima à casa, quando estas existem e, assim como os homens, cuidam da lavoura. Inicialmente, é essencial o destaque do papel das mulheres na produção e consumo de alimentos de sua família e comunidade, tendo aprendido receitas e produção de remédios com suas mais velhas assim como os homens que também possuíam esses hábitos.

De uma forma geral, as mulheres nos contextos rurais — e quilombolas — são responsáveis pelo plantio e colheita. Elas produzem o alimento, também compram e cozinham. São quem organiza a alimentação da família. E mesmo em contextos de escassez, são elas que geralmente fornecem alimentos para os outros membros da comunidade. Assim, a falta de acesso a água é uma violência que atinge diretamente as mulheres (e crianças) e logo, toda a comunidade.

As mulheres, criadoras históricas do conhecimento em agricultura e em alimentação, aquelas que ainda produzem até 80% dos alimentos nos países mais pobres e que hoje são as principais guardiãs da biodiversidade e sementes nativas, são particularmente afetadas pelas políticas neoliberais [...] (DECLARAÇÃO DAS MULHRES..., 2007).

Mesmo tendo total consciência deste fato e tendo sido fortemente constatado durante a pesquisa, visto que o número de mulheres entrevistadas (por indicação dos próprios quilombolas) foi bem maior do que de homens, esse trabalho não se destinou a discutir a questão das mulheres quilombolas na agricultura e provimento de alimentos. Entretanto, como é importante que essa pesquisa gere reflexões e quiçá ações futuras para outros/as pesquisadores/as, é um dado que merece aprofundamentos em trabalhos futuros. Apenas destaco nesse momento a extrema relevância e a íntima relação de mulheres com a agricultura

e culinária nas quatro comunidades quilombolas visitadas, tanto nos fazeres e cuidados quanto nos ensinamentos para seus filhos e filhas.

Poucas moradoras se identificaram trabalhando com a extração de recursos naturais para comercialização. Apenas duas moradoras de Fazenda Canabrava, onde uma extraí castanha de Baru, Dona Maria Pereira e Bete, que faz garrafadas. Elas comercializam os produtos em outros municípios de Goiás, onde moram filhos e/ou outros parentes. Ao falarem da feitura de remédios citaram alguma interação com indígenas na família, mas muito brevemente, como foi o caso de D. Maria e D. Bete.

Dona Maria Pereira (73 anos) é extrativista e fazedora de remédios caseiros. Utiliza dos recursos naturais e sabedoria ancestral para fazer os remédios que consome: chás e infusões para os rins (Mama Cadel), pressão alta (alecrim e lima), diabetes (mostarda), colesterol (hortelã miúdo), além de melado com casca de angico, jatobá, assa peixe, romã e gengibre. Extraí a castanha do Baru (coco nativo) cortando o fruto ao meio, armazena em garrafas PET e manda pelo filho para a venda (lucra cerca de 15 reais com uma garrafa PET de dois litros cheias de sementes de Baru) em Formosa/GO.

Figura 84 - Extração de semente de Baru por D. Maria em seu quintal.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 85 - Semente de Baru, fonte de renda de D. Maria 1.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 86 - Semente de Baru, fonte de renda de D. Maria 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Outra quilombola fazedora de remédios tradicionais é Elizabeth da Silva, a Dona Bete (60 anos), que faz e vende garrafadas dentro e fora do quilombo (filhos também levam para vender em município vizinho). É agricultora e nasceu no quilombo, assim como seus pais. Em suas garrafadas utiliza muitas cascas de pau do cerrado nativo como: sucupira, baru, burlé (mama-cadela), pau d'arco, barbatimão e mangaba. Das espécies rasteiras usa carrapicho, vassourinha, pé de perdiz e mentrasto. Ela faz infusões nos litros de vinho e deixa curtindo por no mínimo 7 dias. Destacou que utiliza a planta papaconha, mas apenas para as garrafadas para as mulheres. Quando perguntei o porquê, ela disse que apenas era assim. D. Bete nunca frequentou nenhum ambiente formal de formação e educação e possui vasto conhecimento do cerrado nativo e suas propriedades medicinais.

Dona Bete informou que todas as irmãs fazem garrafada. Aprenderam com a mãe, que havia aprendido com indígenas. Atualmente está ensinando a feitura a seu filho Eduardo.

Os remédios caseiros estão muito presentes no cotidiano das quatro comunidades quilombolas, que possuem muitos saberes medicinais e geralmente não são destinados para pessoas de fora das comunidades (à exceção da produção de D. Bete). Os/as quilombolas, principalmente as mais idosas, relataram ter muitos conhecimentos sobre ervas e medicina tradicional, mas estas estão sendo gradativamente menos consumidas. Aprenderam o ofício com mães e avós, muitas vezes de origem indígena, além de negra, obviamente. Garrafadas, chás, infusão com mistura de ervas e/ou de “casca de pau” (raspa do tronco das árvores) são feitas apenas para “os de casa”. Acreditam muito na eficácia, mas acreditam que, em casos mais graves, o melhor são os medicamentos receitados no posto de saúde.

Figura 87 - Dona Bete, quilombola feitora de garrafadas.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 88 - Garrafadas medicinais produzidas por D. Bete.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Maria Aparecida de Oliveira, a Cida, é a agente de saúde comunitária de Fazenda Canabrava e foi quem nos guiou e apoiou inicialmente na visita de apresentação para a pesquisa. Cida me falou de remédios caseiros e tradicionais que fazem no quilombo. Ela me apresentou a pílula de babosa que, como agente de saúde, usa e indica bastante para moradores principalmente para questões intestinais e depuração do sangue. Tinha a fórmula registrada em um pequeno caderno de receitas juntamente com receitas de bolos e outros medicamentos, que me disponibilizou e permitiu que eu fotografasse.

Figura 89 - Entrevista com Cida, agente de saúde e representante comunitária.



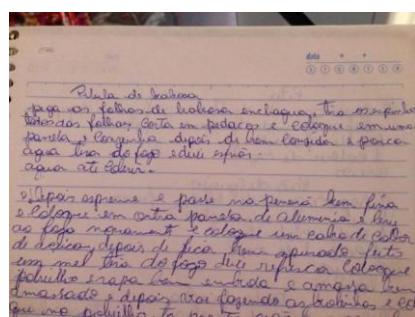
Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 90 -Pílulas de Babosa.



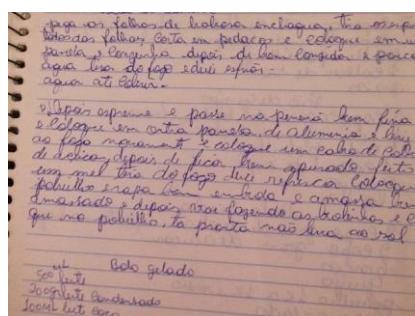
Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 91 - Caderno de receitas de Cida onde consta a fórmula da pílula de babosa e logo abaixo receita de bolo gelado 1.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017).

Figura 92 - Caderno de receitas de Cida onde consta a fórmula da pílula de babosa e logo abaixo receita de bolo gelado2.



Fonte: Acervo pessoal da autora (julho de 2017)

Como exposto, os quilombos Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado reelaboram formas de sobrevivência e adaptação aos tempos históricos e ao presente. Com suas diferenças, semelhanças e possibilidades, continuam fazendo uso da terra e produzindo alimentos — em maior ou menor quantidade — sendo muitas vezes base de sua cultura alimentar, quilombola e agricultora.

5.1 OLHOS FECHADOS PARA OS GUARDIÕES DO CERRADO

A questão da saúde aqui é de fundamental importância, afinal é a alimentação o foco. Por mais que este trabalho não se dedique exclusivamente à abordagem em estudos de saúde, não há como negar que esse tema permeia toda a pesquisa. Adiciona-se o fato de muitas vezes as ciências trabalharem isoladamente. Assim, frequentemente origina-se o que já foi dito enfaticamente aqui: poucos sabemos dos quilombos do interior do país e tampouco conhecemos suas questões atuais de saúde, alimentação, historicidade e cultura, quanto mais essas temáticas em diálogo.

Cabe destacar que de acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS), o termo “saúde” se refere à “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença ou enfermidade” (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD, 1948). No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 considera a saúde como direito de todos e dever do Estado, embora o Estado seja muito ausente nas questões dos direitos da população quilombola e até mesmo o conhecimento de sua situação atual com relação à saúde, onde carecemos de dados a respeito, principalmente, das comunidades quilombolas rurais. A pesquisadora e doutora em Enfermagem, Isabel Cristina Fonseca da Cruz (1993), é referência na denúncia sobre a ausência de dados e pesquisas capaz de traçar um perfil da saúde da população negra:

[...] entendo que a saúde, fenômeno multicausal, está para a etnia negra brasileira historicamente determinada em decorrência da sua inserção no sistema capitalista como população escrava, expropriada inclusive de sua condição humana. Em consequência da ideologia construída no período escravocrata, há hoje um vazio de pesquisas e estudos na área da saúde referentes a este grupo humano. (CRUZ, 1993, p. 323).

Faço coro à denúncia dessa enorme lacuna, inclusive constatada por mim nos diversos espaços onde busquei maiores informações em alimentação quilombola, mesmo me enveredando nas áreas de saúde e cultura. À luz do conceito de saúde proposto pela OMS, adoto o conceito amplo de saúde ligado ao bem estar.

Nas comunidades rurais, onde vários quilombolas têm a agricultura como ofício e produção a partir dela, a questão ambiental ganha forte relevância. Pelo que foi constatado em campo os eixos se articulam intrinsecamente.

[...] a adoção de limites espaciais para se estudar e atuar sobre as condições ambientais e de saúde é reconhecidamente artificial. Nem o ambiente pode ser completamente restrito dentro dos limites de um território, nem os processos sociais se restringem a esses limites. O território é, na maior parte das vezes, utilizado como estratégia para a coleta e organização de dados sobre ambiente e saúde, mas deve-se manter claro que os processos sociais e ambientais transcendem esses limites. (MONKEN *et al*, 2008, p. 9-10)

A saúde está ligada à alimentação e está relacionada com a cultura. O estudo da alimentação em si é complexo e envolve diversas áreas do conhecimento. A alimentação interessa aos mais diversos profissionais como das áreas de políticas públicas e saúde coletiva assim como nutricionistas, agrônomos, antropólogos, economistas, geógrafos, historiadores, sociólogos, biólogos, médicos, assistentes sociais, entre vários outros.

A problemática alimentar, considerada como o conjunto de questões que se estabelece em torno da alimentação, afirma seu caráter complexo, requerendo ser situada no tempo, no espaço e em sociedades específicas e comportando múltiplas abordagens. A seu modo, a perspectiva antropológica leva em conta as diferentes dimensões que definem os padrões alimentares e a variedade de produtos que entram (ou não) no que é designado “comida”, a gama de organizações sociais em torno da exploração do meio ambiente, da produção e da distribuição de alimentos, por sua vez associadas aos significados que os diferentes grupos sociais atribuem ao que se come, como, quando e com quem se come, assim como ao lugar que esses alimentos e essa comida ocupam tanto nas trajetórias de identificação coletiva como nos processos de saúde/doença (MENASCHE, 2012, p.7).

É importante destacar que o campo da Antropologia da Alimentação ainda está sendo construído na América Latina. As pesquisas na área são recentes e muitas vezes escassas. **No entanto**, estudos alimentares de viés antropológico trouxeram reflexões associadas à pobreza e à exclusão social (MENASCHE, 2012). Daí mais uma vez a possibilidade de diálogo dos estudos em questões culturais relacionadas com inserção e/ou exclusão social, e o que considero necessidade de abordagem no caso das comunidades quilombolas.

Os primeiros trabalhos no tema seguiram as orientações teóricas da antropologia do momento, e moviam-se em busca de uma associação entre a alimentação, sua dimensão simbólica, rituais e tabus. Não tardou que fosse fomentada uma abordagem funcionalista que, seguramente, marcou o início de estudos mais consistentes em torno da alimentação (MENASCHE, 2012, p. 9).

A agenda internacional ainda pauta o Direito Humano à Alimentação Adequada, sendo outro conceito criado pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (promulgado e em vigor no Brasil desde 1992 pelo Decreto Nº 591), sendo definido pelo Relator Especial da ONU (2002) para o direito à alimentação como:

Direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (LEÃO, 2013).

No Brasil, de acordo com o Art. 3º da Lei nº 11.346/2006, segurança alimentar e nutricional consiste:

[...] na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Entretanto, grande parte das pesquisas brasileiras em segurança alimentar se baseia na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Ironicamente (ou não) a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)⁵⁴ é uma escala psicométrica baseada em um questionário internacional padrão, proposto por órgãos internacionais — especificamente pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) — e muito aplicado no Brasil. Em absolutamente todas as perguntas do questionário constam o verbo “comprar” e/ou a palavra “dinheiro” para se remeter ao acesso a alimentos. Ou seja, designa a condição de segurança ou insegurança alimentar pela aquisição de alimentos, por meio da compra, apenas. Não são consideradas a diversidade de alimentos nem a qualidade desses alimentos, tampouco o valor nutricional. Menos ainda, a EBIA considera acesso a alimentos por meio da produção local, de plantio, colheita e/ou pesca, ignorando as questões culturais e socioambientais referentes à produção nos territórios.

É justamente em oposição ao conceito de Segurança Alimentar estabelecido pela FAO⁵⁵ que nasce o conceito e base orientadora da luta campesina⁵⁶: a Soberania Alimentar. Para a Via Campesina, o conceito de Segurança Alimentar utilizado pela FAO, assim como as políticas propostas, são limitados à garantia do alimento (baseada pelo meio da

⁵⁴A EBIA foi utilizada por diversos estudos e pesquisas, como: Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar da PNAD, IBGE 2004; Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde – PNDS, MS 2006; Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar da PNAD, IBGE 2009; Censo das Comunidades Quilombolas Tituladas com foco em Segurança Alimentar e Nutricional, MDS 2011; Inquérito de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único, Residentes no Semiárido e com Crianças Menores de Cinco Anos, MDS 2012; O estado de segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional, FAO 2014.

Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>.

⁵⁵O Conceito de Segurança Alimentar da FAO basicamente é garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais.

⁵⁶A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações campesinas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/entenda-que-m-e-a-uma-via-campesina/1040>

compra) sem considerar onde e como são produzidos. Isso favorece o agronegócio enquanto inviabiliza a agricultura camponesa. Essa dinâmica é marcada por paradoxos, entre eles o aumento da insegurança alimentar e a desigualdade social, dos conflitos no campo e da destruição ambiental (CAMPOS, 2007). Soberania alimentar é, então, definida pela Declaração de Nyélény (2007) como:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY, 2007).

Não à toa os movimentos sociais agrários apresentam, em contrapartida, uma de suas diretrizes fundamentais para a consolidação da Soberania Alimentar: a garantia do acesso à terra, água e biodiversidade, assim como a capacitação e assistência técnica. Ou seja, a questão da produção de alimentos perpassa diretamente pelo direito à terra, terra saudável e em condições de produção.

O questionário da EBIA foi aplicado nos domicílios dos quilombos Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado pela equipe do projeto de pesquisa maior/UFAL. A seguir trarei esses dados, pois mesmo discordando do método, ele nos traz indícios do nível de dificuldade para uma comunidade acessar os alimentos por meio da compra. Pode complementar o alerta de comunidades que enfrentam questões de diversos fatores em seus territórios e tampouco conseguem adquirir alimentos e se alimentarem de maneira minimamente digna.

De acordo com os dados sistematizados pelo projeto de pesquisa maior/UFAL, Baco Pari é o quilombo que está com maior vulnerabilidade em relação à sua segurança alimentar. O que está em melhores condições de segurança alimentar é Fazenda Canabrava. Trago a relação das quatro comunidades quilombolas no que se refere à segurança alimentar das famílias, de acordo com a classificação da EBIA, que mensura a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos, seguindo o conceito de aquisição de alimentos. A pesquisa é feita a partir de um questionário por domicílio e a pontuação varia de acordo com o crianças e adolescentes na casa.

Tabela 2 -Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) das comunidades Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado.

Classificação EBIA	Quilombo			
	Fazenda Canabrava (Flores Velha)	Baco Pari	Extrema	Povoado Levantado
Segurança Alimentar	39,5%	9,1%	37,8%	25,0%
Insegurança Leve	35,8%	27,3%	37,8%	37,5%
Insegurança Moderada	19,8%	36,4%	16,2%	18,8%
Insegurança Grave	4,9%	27,3%	8,1%	18,8%

Fonte: Projeto de Pesquisa Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de Diferentes Regiões Brasileiras: Estudo Multicêntrico (2018)

De acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que estabelece critérios de acesso a alimentos por meio da compra, 75% da população do Povoado Levantado está em insegurança alimentar, sendo quase 40% em insegurança grave e moderada. Já em Extrema, cerca de 60% da população está em insegurança alimentar (e 24,8% em insegurança grave e moderada). A população de Baco Pari, praticamente em sua totalidade, (90%) encontra-se em insegurança alimentar. Esse é um dado extremamente alarmante. Mais da metade do quilombo (60%) está em insegurança alimentar moderada e grave. A população, que sequer acessa água potável com frequência, mal consegue produzir alimentos e tampouco acessá-los (e ainda quando o fazem, não sabemos se a população está de fato bem nutrita). Esse é um dado muito importante, mesmo ignorando fatores culturais, sociais e ambientais, que ocorrem mutuamente, de maneira orgânica, como acontece nos quilombos. É o que o intelectual e quilombola Nêgo Bispo (2015) denomina como biointeração, exemplificado resumidamente a seguir:

Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto de energia orgânica, esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia. (SANTOS, 2015. p. 85).

Existe uma multidimensionalidade ao tratarmos da alimentação desde o acesso à terra, condições de trabalho, fazeres, questões ambientais, políticas, culturais, entre outros, como visto, até a refeição em si. A questão socioambiental está muito relacionada à soberania dos quilombos, ou toda a biointeração, como referenciada por Nêgo Bispo, e muito longe de estar ligada apenas ao plantio. Todo um modo de viver, orquestrar, fazer, sentir e compartilhar deve

ser mais que respeitado e também reverenciado em sua grandeza histórica de lutas, ações e transformações.

O fato é que saúde, alimentação e cultura quilombola estão interligadas e em comunidades quilombolas rurais o cultivo também perpassa diretamente a questão socioambiental. Associadamente, as consequências da variante histórica dos quilombos merecem especial atenção. Para exemplificar as ligações, alguns métodos se valem da interdisciplinaridade como o enfoque ecossistêmico de saúde, no qual Maria Cecília de Souza Minayo, pesquisadora da Fiocruz discorre: “O modelo ecossistêmico une três reflexões simultâneas, a de saúde e a de ambiente tendo, como processo mediador, as análises das condições, situações e estilos de vida de grupos populacionais específicos” (MINAYO, 2002, p. 174) Embora eu não vá seguir estritamente o modelo ecossistêmico, ele é uma importante referência enquanto possibilidade para os dados que aqui estão sendo abordados. Tratando-se de comunidades quilombolas, a alimentação, saúde, ambiente e historicidade estão intrinsecamente interligados.

As formas de alimentação, os produtos consumidos e a forma de cozinhá-los relacionam-se com os recursos locais, as características do clima e dos solos, ou seja, com o território, as formas de produção, a agricultura, a pecuária e também as formas de armazenamento e o comércio. Relacionam-se ainda com os conhecimentos, com as práticas culinárias inscritas em todo contexto socioeconômico determinado. Devido a esse conjunto de elementos, a alimentação e tudo a ela relacionado são percebidos como ‘marcadores étnicos’. (HERNANDES, 2005, p. 140-141).

A cultura alimentar das comunidades quilombolas rurais permeia o campo do trabalho agrícola, a seleção e armazenamento de sementes, a colheita de produtos, a criação de animais, o domínio de ervas e raízes, a culinária, entre outros. E para tal, os quilombos precisam de um ambiente e ecossistemas saudáveis. No Cerrado isto pode estar extremamente ameaçado devido à escassez de água que dificulta e até mesmo impede essas atividades. Além disso, compromete não só a cultura, mas a saúde (física e mental), subsistência e autonomia dessas comunidades e, por vezes, sua manutenção em seu território quilombola.

Todas as comunidades participantes da pesquisa relataram as dificuldades de plantio pela escassez de chuvas na região. Disseram estar pior a cada ano. Novas pragas também apareceram caracterizadas pelo difícil manejo, prejudicando o plantio e colheita. Vários rios secaram ou diminuíram drasticamente seu volume, as chuvas duram um período mais curto e o solo está mais compactado. Esses fatores estão impactando diretamente a produção agrícola, culinária, economia, além de produtos manufaturados como farinha, rapadura e queijos (atividades que eram muito comuns na região) e criação de animais. É essencial considerar o caráter mais subjetivo, identitário e de extrema importância, o impacto na autoestima e cultura desses moradores. Eles estão perdendo seu ofício — agricultores/as, em sua maioria — intimamente

ligado à sua identidade, sua relação com a terra, plantio, colheita e subsistência. Em tudo que envolve a cultura alimentar, a problemática socioambiental não impacta apenas a saúde física, mas, sobretudo, a saúde mental. Plantar e não conseguir colher, ver a terra sofrendo, os seus filhos também, os jovens evadindo são fenômenos que estão abalando muito os quilombolas.

Os quilombos no nordeste goiano insistem em produzir. Das quatro comunidades pesquisadas, três migraram de Bahia. A que já era de Goiás está a mais de cem quilômetros de distância do quilombo de origem, tendo uma migração e diversidade populacional vinda de outros estados muito maiores. É muito importante pensarmos as negações de acesso à terra para as populações negras, sua relação com mobilidade, territórios atuais e condições de vida. Seria o presente um reflexo direto do passado? Ainda precisamos conhecer em profundidade as formações de quilombos no interior do Brasil, assim como sua atual conjuntura e sobretudo reconhecê-los enquanto agentes resistentes e formadores desses territórios.

Dos quilombos aqui pesquisados, Fazenda Canabrava é consequência (ou um “fragmento”) de um dos primeiros quilombos do Brasil, Flores Velha. É provável que o local tenha sido escolhido devido a sua fartura e rica biodiversidade. Alguns rios cortam a comunidade, inclusive. Os outros quilombos se formaram no início do século XX e se fixaram no território pelas lógicas das questões fundiárias no Brasil. Após anos trabalhando, em Extrema e Povoado Levantado, os quilombolas conseguiram comprar um lote e assim foram constituindo seu território. A família que chegou em Baco Pari se fixou num lugar onde o relevo é muito acidentado, onde já vivia um povo “rajado de sujo” como disse D. Marciana, onde podemos indagar se não por isso tenham conseguido firmar seu território lá. Em Baco Pari ninguém comprou lotes e ninguém comprou nada para estar ali. Foram para o Goiás em busca de terra para plantar e sobreviver e a duras penas têm conseguido.

Os quilombos Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado levantado, localizam-se na área considerada mais pobre economicamente do estado. Aqui, me valho das palavras da pesquisadora Giselia Carvalho (2004):

Não queremos discutir apenas a região “pobre” economicamente, mas, sobretudo, as possibilidades de políticas sólidas capazes de garantir o mínimo de qualidade de vida permitindo que sua população permaneça nos seus municípios. Baseando-se nos indicadores municipais que compõem o IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico) e o IDS (Índice de Desenvolvimento Social), veremos que estes índices classificam o Nordeste Goiano (região de planejamento) como última posição no Estado, em 10º lugar, exatamente. Algo que desvela uma dura realidade já que estes dados, conforme estudos da SEPLAN-GO (2000), são construídos a partir de análise de elementos tais como: a infraestrutura dos municípios, a qualificação da mão-de-obra formal e a renda municipal per capita, além de considerar o desempenho dos setores da saúde, da educação, da oferta de serviços básicos e da renda da mão de obra formal, respectivamente. (CARVALHO, 2004, p.3).

A supracitada passagem da pesquisadora Giselia Carvalho revela histórico descaso estatal para com a região e suas populações. Não quero defender nenhuma inserção, ou mesmo exclusão, das populações quilombolas nos quesitos que medem IDE e IDS — podendo alguns métodos estarem alheios à realidade quilombola, inclusive. O que considero relevante é a atenção à ausência do poder público no que concerne a direitos básicos da população nessa região, somando-se o descaso. Mais que uma situação econômica, esse fato revela, para mim, a sistemática violência e vulnerabilidades históricas na região, quanto mais às comunidades quilombolas rurais, dado que há uma quantidade maior na região. Milton Santos (2014) discorre sobre a realidade da população rural na qual mercado e Estado contribuem conjuntamente:

O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se presumir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos, e a ganância dos intermediários. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar a saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais. Não faltam, porém, esforços do aparelho do Estado para limitar, ainda mais, a cidadania rural. (SANTOS, 2014, p. 42).

Em paralelo à atuação do Estado, como já visto, em termos de titulação da terra quilombola, ausência de políticas públicas (ou o acesso a elas, efetivamente), o favorecimento às grandes corporações do agronegócio e etc., vem à tona a necessária reflexão das condições político-ambientais que o cerrado enfrenta, como também seus espaços de preservação. Mais de 50% de sua mata nativa do cerrado foi desmatada. É o bioma em que mais avança o agronegócio no país e também a principal fronteira agrícola para sua expansão. Nesses contextos, as populações rurais são as mais afetadas — quiçá as negras e quilombolas rurais. Porém, o Vão do Paraná, no nordeste goiano, é das regiões mais preservadas do estado de Goiás.

A despeito da dinâmica geral de ocupação da região do Vão do Paraná ser baseada no avanço das fronteiras agropecuárias de larga escala e na mineração, a região permanece hoje como uma das áreas de Cerrado mais bem conservadas de Goiás. Na década de 1990, a região foi reconhecida pela UNESCO como área núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado e Pantanal (FERNANDES, 2009). Atualmente, ela também é considerada uma das 87 áreas prioritárias para conservação da biodiversidade pelo Projeto de Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal (BRASIL, 1999; BRASIL, 2007) (TRINDADE, 2016, p. 22).

A autora Giselia Carvalho (2004, p. 01) afirma: “É esse reconhecimento, enquanto patrimônio ambiental, que dá a essa região uma contraditória qualificação: uma pobreza econômica versus uma riqueza ambiental/cultural”. Outros autores também reforçam esse contraste: “O rico patrimônio histórico, cultural e natural da região contrasta com problemas

socioeconômicos traduzidos pelos baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) da região" (FERNANDES, 2009 *apud* TRINDADE, 2016, p. 23).

Mesmo a região estando pressionada por programas de desenvolvimento, a oeste pela exploração de jazidas e minerais e agronegócio, a leste e sudeste pela agricultura comercial superintensiva e expansão da atividade pecuária semi-intensiva nos arredores (TRINDADE, 2016), o Vão do Paraná permanece muito conservado. O destaque cabe às populações que, ao habitarem o espaço, cuidaram e preservaram o ambiente e seguem com essas práticas até hoje.

É preciso que uma questão fique clara: se restou algum patrimônio no Nordeste Goiano hoje, só restou devido o tipo de relação que se primou entre homem e natureza, supostamente, amistosa e fruto dos modos de vida do sertanejo, do nativo, que resultou em um tratamento de respeito com seus rios, com sua flora e com sua fauna enquanto outros processos ocorriam alhures. Portanto, este homem do Nordeste Goiano, além de merecer o status de verdadeiro guardador da biodiversidade do cerrado, deve, mais que todos, participar dos seus usos e possíveis proveitos [...]. (CARVALHO, 2004, P. 16).

Os sistemas produtivos e modos de vida tradicionais certamente contribuíram para a salvaguarda da biodiversidade da região. É a biointeração, proposta por Nêgo Bispo, onde são presentes as práticas tradicionais culturais e ancestrais. Carvalho (2004) pontua que a região é detentora de ampla riqueza imaterial, manifestações culturais expressivas e marcante identidade local, muito influenciadas pelas tradições nordestinas, inclusive, e destaca as comunidades quilombolas nessa questão. Em diálogo com o fato de que ambiente, práticas e cultura estão indissociáveis, a autora ainda destaca:

Quando falamos em patrimônio natural como consequência do fator cultural, queremos expressar que existe um entendimento de que esses dois conceitos não se separam, quando se tem uma visão sócio ambientalista para a compreensão do conceito de meio ambiente. A preservação e a conservação deste, só são exequíveis diante da relação que homem escolhe para com o mesmo, o que só se justifica pelo fator cultural. É este fator que define se desmata, desenfreadamente, ou se utiliza com sustentabilidade, com responsabilidade. (CARVALHO, 2004, p.6).

O autor Barreira (BARREIRA, 2002 *apud* TRINDADE 2016, p.22) argumenta que o Nordeste de Goiás é a área que “provavelmente guarda uma especificidade e identidade local mais preservada até o presente” em todo o estado. Aqui, quero enfatizar o papel das comunidades quilombolas Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado nessa preservação. No nordeste goiano há outros quilombos, no entanto, não se relaciona a preservação local às práticas e cultura quilombola. O cuidado com o lugar, mesmo sofrendo sistemáticas violências por agentes externos, fazem das comunidades quilombolas guardiãs do cerrado e isso precisa ser enfaticamente pautado.

Além de ser necessário reconhecer — e valorizar — as populações quilombolas como sujeitos ativos na formação e preservação dos territórios é preciso igualmente com os movimentos, organizações e instituições que marquem a vulnerabilidade a qual os quilombos estão expostos atualmente. Aqui, enquanto pesquisadora em Estudos Étnicos e Africanos e antes da Fiocruz, mesmo diante da sistemática investida em os excluírem dos processos da/com a terra, marco o protagonismo quilombola enquanto agente de conservação e preservação de seus territórios.

[...] na busca pela compreensão das redes de significação que se desenrolam no processo de demarcação identitária étnica a partir do resgate de símbolos de etnicidade, é preciso considerar não somente a densidade sêmica desses símbolos, a partir do ponto de vista do nativo mas, também, o papel dos autores múltiplos que entram no jogo de construção e marcação identitária desses grupos, a saber: acadêmicos, representantes de organizações não governamentais, representantes de organismos do Estado, movimentos sociais, dentre outros. (SANTOS, 2012, p. 62).

O (inestimável) valor da terra e do território para as populações quilombolas reflete o que muitas vezes lemos apenas enquanto “preservação” de determinada região. Isso não quer dizer que não haja problemas e questões ambientais nos territórios. Suas práticas, no entanto, configuram-se como não predatórias e respeitosas, o que muitos poderiam identificar como sustentáveis. Nos quilombos estudados, considero que são identitárias, inclusive. Neste contexto, Bhabha (1998, p. 85) afirma “[...] a identidade nunca é um *a priori*, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade”. Os quilombos têm forte relação com a terra e a diversa produção de alimentos nela, historicamente, contrapondo os modelos de monoculturas (desde a cana-de-açúcar à soja atualmente). As práticas alimentares e toda a cultura, sociabilidade e identidade visam a biointeração e nela uma terra — e gente — saudáveis e seguras são visadas, investidas e necessárias, com pés firmes na ancestralidade (passado), recriando o presente e semeando o futuro coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No esforço em tratar de quilombos, primeiramente, é preciso reescrever a história da formação do país de maneira que essas comunidades (assim como as indígenas) sejam não apenas incluídas, mas protagonistas na formação de seus territórios. É fato que a ocupação do território nacional (pelos povos não nativos) se deu primeiramente pela costa brasileira, mas, como visto, a mobilidade e formação de comunidades quilombolas pelo país também é um acontecimento histórico. Abordar as comunidades quilombolas que estejam no interior do país e tratar o histórico de acesso à terra é fundamental para traçarmos um panorama de um dos primeiros frutos de uma abolição inconclusa. Compreender as estratégias do Estado para a exclusão dessas populações também se faz fundamental. Assim, é possível ter uma melhor compreensão das inúmeras dificuldades e estratégias de sobrevivência e acesso à terra por parte da população negra (e indígena) ao longo do tempo e espaço.

Uma das comunidades participantes da pesquisa faz parte do grande território da comunidade quilombola de Flores Velha, um dos mais antigos quilombos do Brasil de acordo com a historiografia local. É provável que o local tenha sido escolhido devido a sua fartura e rica biodiversidade, entremeada por rios que fertilizam a localidade. Fazenda Canabrava herdou sua formação atual de distintos grupos oriundos de outras regiões do Goiás, de municípios de Minas Gerais e alguns baianos. Seu crescimento foi lento e gradativo. Havia certo aglomerado de casas numa rua principal e várias fazendas e povoados mais distantes dentro do território. Os quilombolas de Fazenda Canabrava pouco sabiam dizer a respeito da origem da comunidade, se territorializando junto a esses migrantes de outras regiões ao longo dos anos.

Três dos quatro quilombos - Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado- tinham a mesma origem: migraram da Bahia em um grande grupo com fortes vínculos de parentesco, todos atrás de terra para plantar e sobreviver. Eles se formaram no início do século XX e se fixaram no território pelas questões legais e fundiárias no Brasil, sempre atuantes contra a população negra. Após anos trabalhando, em Extrema e Povoado Levantado, os quilombolas conseguiram comprar um lote e assim foram constituindo seu território. A família que chegou em Baco Pari, em contrapartida, se fixou em lugar ambientalmente desfavorável, o que nos incita a indagar se não teriam sido essas as razões pelas quais conseguiram se fixar nesse território. Nessas três comunidades, as casas eram bem próximas umas das outras e a organização socioespacial era semelhante. O sentido comunitário imperava, a questão da origem era tratada de forma coletiva e com pertencimento histórico. Os territórios eram menores e se localizavam em regiões ambientalmente desfavoráveis e, principalmente, com certa distância de rios.

A formação de quilombos no Brasil é diversa, sejam quilombos históricos ou contemporâneos. É preciso que saibamos mais a respeito deles para além das origens. Considerando a importância e valor do território quilombola para as comunidades, é extremamente pertinente o questionamento das condições de permanência nestes, legitimando, mais uma vez, processos de resistência. Enquanto geógrafa, multidisciplinar por formação, entendo e analiso os fenômenos sociais e naturais interligados e interdependentes. Então, além de uma reflexão em torno da formação e presença de quilombos no centro do país, considerei indispensável uma discussão, mesmo que breve, a respeito das questões sociais, culturais e ambientais da região. Devido ao meu olhar geográfico, comprehendo minimamente uma complexidade de fatores no que tange à formação de um território, pois ele é vivo e usado cotidianamente por meio das dinâmicas sociais que o sujeitam a transformações sucessivas.

A alimentação, cientificamente, era um tema novo para mim e quanto mais fui me aproximando, mais fui assimilando que ela também é extremamente complexa e atravessada de diferentes elementos e áreas de estudo. Nesse somatório interdisciplinar, a alimentação por si só comporta as vertentes biológica (saúde), cultural, social, econômica, política e ambiental. Nem a alimentação, isoladamente, seria possível de ser abordada. Não aqui. E me sinto muito contemplada em desenvolver essa dissertação em um programa de pós-graduação multidisciplinar. As categorias de análise escolhidas nesse trabalho (território, alimentação e cultura em comunidades quilombolas rurais) somente poderiam ser estudadas de forma integrada por meio da multidisciplinaridade que as abarca.

Existe uma multidimensionalidade ao tratarmos da alimentação, desde o acesso à terra, condições de trabalho, fazeres, questões ambientais, políticas, culturais, entre outros, como visto, até o consumo. A questão socioambiental está muito relacionada a vivência nos quilombos, muito longe de estar ligada exclusivamente do plantio à colheita como algo linear. Essa relação é cíclica.

Foi um dado comum nas quatro comunidades pesquisadas a escassez da água da chuva, em alterações climáticas mais recentes. Esse fato tem prejudicado todos na agricultura. Alguns quilombolas têm dificuldades maiores, outros muito menores. Em Baco Pari a ausência de água é uma questão central e extremamente exaustiva para a comunidade. A sensação que tive é que esse é um obstáculo para todas as outras relações e fluxos. E não apenas de produção e alimentação, mas humanas, mentais, relacionais, sociais, de autoestima, etc. O conflito pela água pode gerar um ciclo de escassez. Essa problemática não se restringe ao campo ambiental. Afinal, os fatores sociais e ambientais (junto aos demais) são sistêmicos, indissociáveis.

Todo um modo de viver, orquestrar, fazer, sentir e compartilhar quilombola deve ser mais que reconhecido e reverenciado em sua grandeza histórica de lutas, ações e transformações. Mais do que criar e recriar suas práticas, os quilombolas de Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado preservam patrimônio coletivo, natural e imaterial. E precisam ser reconhecidos pela sua trajetória, sabedoria, cultura, tecnologias e práticas. A partir dessa pesquisa em práticas alimentares foi possível ter informações no que tange à cultura, a alimentação propriamente dita, a saúde, as condições, os costumes, suas pautas etc. Mas precisamos saber e fazer ainda e cada vez mais. Esses não podem ser territórios de exclusão pelo Estado, onde paralelamente garantem e mantém preciosas riquezas, seja cultural e/ou ambiental. As comunidades quilombolas do cerrado carecem de estratégias em seu benefício, instrumentalizadas além deles mesmos. É inadmissível que o Estado siga atuando enfaticamente em determinadas áreas em benefício de poderes dominantes (grandes corporações do agronegócio, por exemplo), apoando práticas predatórias, prejudicando sistematicamente as populações e, hoje, sacrificando o cerrado. Portanto, para além de reescrever a história, precisamos escrever o presente e pensar o futuro.

Assim, finalmente, enquanto pesquisadora de duas instituições federais, a Universidade Federal da Bahia e a Fundação Oswaldo Cruz-Brasília (voluntária até 2017), as quais tenho profunda admiração e respeito, me sinto na obrigação de colocar a necessidade do aprofundamento dos estudos em/sobre comunidades quilombolas.

As investidas precisam ser reais para práticas (financeiramente, para a concretização de trabalhos de campo) e também teóricas, onde tenhamos sólidas reflexões e análises a respeito dos quilombos no país. Ter significativo incentivo e empenho nas pesquisas, assim como também nas disciplinas dentro da academia, é um comprometimento essencial e inadiável.

Do mesmo modo, dentro da academia é primordial o acesso às discussões e abordagens sobre a questão quilombola em profundidade. Estive em diferentes departamentos na UFBA na busca de uma condução para se concretizar uma pesquisa teórica em alimentação e quilombos, e nada — nem próximo ao tema — foi possível. Com todo meu respeito, gratidão e real orgulho em ser discente do programa e dessa Universidade — e exatamente por isso — também insisto na urgência em investigação e (re)construção de conhecimento na temática.

Igualmente, reitero e exalto a seriedade da Fiocruz e do Palin, mas, como dito, as condições materiais para realizar a pesquisa de campo não foram satisfatórias de modo a ser realizada com a necessidade que demanda e merece. Participei de diversos processos referente à pesquisa de campo, desde a apresentação do projeto em quilombos (inclusive em alguns que não pude atuar), a pesquisa de campo em si, sistematização dos dados e entrega de relatório à

Fiocruz. Os desafios foram imensos. No campo realizado, além de mim, haveria outra equipe com propósito e metodologias totalmente diferentes. Efetivamente, eu fui a única pesquisadora em campo ininterruptamente realizando a pesquisa do projeto do Palin. E o mais enfático é que, além de eu ter uma autonomia material muito reduzida em campo, a pesquisa que se propunha etnográfica ocorreu concomitantemente à pesquisa quantitativa, fato que estava estritamente previsto para que não acontecesse. Adiciona-se o fato de que realizar pesquisa de campo praticamente sozinha em quatro comunidades quilombolas não é tarefa das mais simples e isso também foi um obstáculo posto ao longo do trabalho. Ser a única pesquisadora nesse contexto já seria desafiador, porém com uma equipe com diferentes focos e simultaneamente em campo, o desafio se intensificava.

Para a realização da pesquisa do projeto de pesquisa maior/UFAL havia um grupo de profissionais. Deste modo, à parte da complexidade de realizar diferentes pesquisas de campo no mesmo tempo e território, eu acabava por estar subordinada ao tempo e dinâmica de uma equipe numerosa de pesquisadores engajados em outro foco e abordagem de trabalho. Ademais, havia uma disparidade básica entre as duas pesquisas e seus métodos: o ideal para a pesquisa quantitativa era atingir o maior número de residências, enquanto, obviamente, a pesquisa que se propunha etnográfica prioriza outros critérios e procedimentos. Realizar as pesquisas de campo de dois diferentes projetos, com métodos tão distintos em um mesmo momento foi determinante nos processos, logo, nos resultados. Ou seja, essa dissertação carrega indícios de uma base etnográfica aliados a dados de uma pesquisa qualitativa. A valer, embora eu tenha colhido bons dados sobre a formação e gestão atual dos quilombos que muito têm a dialogar com a produção de alimentos, não pude aprofundar como pretendia algumas questões referentes ao consumo alimentar propriamente dito. E ainda, talvez pelo curto tempo, os dados coletados em relação às práticas alimentares em resposta aos questionários se assemelhavam muito nas narrativas. Mas ainda assim, exponho ao máximo o que obtive através das entrevistas e acrescento diversas outras informações, a partir de anotações pessoais e pesquisa documental que fiz questão de acessar para que constasse aqui.

Mesmo de forma fragmentada, é garantido e positivado aos quilombolas os direitos sobre seus territórios, acesso à alimentação adequada e de qualidade, considerando e respeitando a cultura. Tudo é garantido no papel, em forma de leis, mas na prática muito falta. Os quilombos Fazenda Canabrava, Baco Pari, Extrema e Povoado Levantado não têm seus direitos em relação à alimentação respeitados em nenhuma instância, seja por conceitos institucionais nacionais e/ou internacionais ou mesmo pautado pelos movimentos sociais. À luz da Constituição Federal, da Organização Pan-Americana da Saúde e, menos ainda, pela proposta de Soberania

Alimentar, os quilombos têm seus direitos assegurados. O racismo já foi e ainda é muito atuante na história e no presente das populações quilombolas, é necessário que as próximas gerações usufruam de seus direitos de um futuro digno e próspero, em um ambiente preservado e saudável. É indispensável o questionamento e apontamentos das condições de permanência desses quilombos no cerrado que eles preservam.

Para o campo em estudos étnicos, especificamente a respeito de comunidades quilombolas, considero que a sistematização das informações coletadas possibilita que se tenha um compilado importante de dados e, de alguma forma, se reduz a lacuna existente. Acredito que contribui para pesquisas na área tanto no que se refere à alimentação quanto ao acesso à terra. Pelo fato de aqui publicizar diversos elementos de uma realidade complexa, espero que outros/as pesquisadores/as possam acrescentar metodologias e cada vez mais reafirmar a importância da relação entre alimentação, cultura, historicidade e ambiente. Por esses motivos é interessante que trabalhos futuros busquem metodologias que de fato contemplam essa multidimensionalidade de fatores em pesquisas sobre/em comunidades quilombolas.

REFERÊNCIASBIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos: Geografia Africana** – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

BAIOCHI, Mari de Nasare. **Negros de Cedro**: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 1 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 16 dez. 2020.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales**, Universidad Barcelona. v. 11, a. 68, n. 245, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-sn-24568.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. O NEGRO BRASILEIRO E A SAÚDE-ONTEM, HOJE E AMANHÃ. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 27, n. 3, p. 317-327, 1993.

DECLARAÇÃO DAS MULHERES pela soberania alimentar. **Mujeres em la Minga**, 2007. Disponível em: https://movimientos.org/es/cloc/fmsa/show_text.php?3Fkey%3D9415. Acesso em: 16 dez. 2020.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY – Foro mundial pela soberania alimentar. **Nyélény**, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 16 dez. 2020.

FIGUEIREDO, André. **O Caminho Quilombola**: sociologia jurídica do reconhecimento étnico. Curitiba: Appris, 2011.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A fundação.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/fundacao>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Palin abre seleção para trabalho voluntário em pesquisa.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/palin-abre-selecao-para-trabalho-voluntario-em-pesquisa>. Acesso em: 16 set. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos:** uma história do campesinato negro no Brasil. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HERCULANO, Selene. **Lá como cá:** conflito, injustiça e racismo ambiental. **INTERFACEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.1, a. 2, jan./abril, 2008.

HERNÁNDEZ, Jesús Contreras. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. *In: Antropologia e nutrição: um diálogo possível.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

LEÃO, Marília (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Étnicas, **NUER Textos e Debates UFSC**. Florianópolis, n. 7, 2000.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá:** dinâmica da civilização africano-brasileira. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos Quilombos:** territórios da memória em uma comunidade negra rural. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MENASCHE, Renata *et al.* Alimentação e cultura em suas múltiplas dimensões.

In: Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

MONKEN, M *et al.* O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. *In: MIRANDA, A. C. et al. Território, ambiente e saúde.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MOURA, Clóvis. **Quilombos:** resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática, 1987.

MOURA, Glória. Quilombos contemporâneos no Brasil. *In: MUNANGA, Kabengele (org). História do negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição.* Brasília: Fundação Cultural Palmares – MinC, 2004.

NOGUEIRA, Mônica. Povos do Cerrado: características gerais e desafios comuns. *In: Povos e comunidades tradicionais no Brasil.* 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2011.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO) E ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS).
Panorama da segurança alimentar e nutricional: sistemas alimentares sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6977o.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Constitución de la organización mundial de la salud. 1948. Disponível em:
https://www.who.int/governance/eb/who_constitution_sp.pdf?ua=1. Acesso em: 16 dez. 2020.

PONS, Sílvia Carrasco. Pontos de Partido Teórico-metodológicos para o Estudo Sociocultural da Alimentação em um contexto de Transformação. In: **Antropologia e nutrição: um diálogo** possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

PROJETO DE PESQUISA. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de Diferentes Regiões Brasileiras: Estudo Multicêntrico. 2014.

ROCHA, Julio Cesar de Sá; SERRA, Ordep (org). **Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais.** Salvador: EDUFBA, 2015.

RODRIGUES, Clênio Guimarães. **Sussas e CurraleirasKalungas:** na Folia do Divino Pai Eterno da cidade de Cavalcante-GO e na Festa de Santo Antônio da comunidade do Engenho II. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2702>. Acesso em 16 dez. 2020.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino. **A Geopolítica do Estado e Território Quilombola no Século XXI.** 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

SANTANA, Elvira Rodrigues de; SILVA, Darcilene Fiúza da. Uma abordagem socioantropológica do alimento como identidade cultural da Bahia. **Seminário de Alimentação e Cultura na Bahia**, v. 1, p. 1-6, 2012.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos:** modos e significações. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INTC) de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Rossevelt José. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado:** metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e Justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-cadernos**, n. 17, 2012.

VEGA, Gerardo Cerdas; BONFIM, Joice. Cerrado, berço das águas, na rota devastadora do capital. **Le monde diplomatique brasil**, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/cerrado-berco-das-aguas-na-rota-devastadora-do-capital/>. Acesso em: 16 mar. 2019.